



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
(PPG)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS (DCH) - CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS,
GESTÃO DO CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
(PGDR).**

DAIANE NASCIMENTO SANTOS

**COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA EM BAIROS POPULARES: uma proposta de
mobilização para o turismo de base comunitária no Beiru, Salvador, Bahia, Brasil.**

SALVADOR
2013

DAIANE NASCIMENTO SANTOS

COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA EM BAIROS POPULARES: uma proposta de mobilização para o turismo de base comunitária no Beiru, Salvador, Bahia, Brasil.

Dissertação apresentada à Universidade do Estado da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas, Gestão Social do Conhecimento e Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Francisca de Paula Santos da Silva.

SALVADOR
2013

S237

Santos, Daiane Nascimento
Comunicação Comunitária em Bairros Populares: Uma proposta de mobilização para o turismo de base comunitária no Beiru Salvador, Bahia, Brasil / Daiane Nascimento Santos. Salvador. 2013
118 f.: il

Orientadora: Profª Drª Francisca de Paula Santos da Silva

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Faculdade de Educação. Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade.

1. Comunicação Comunitária 2. Beiru- História 3. Turismo de base Comunitária.

CDD 302.24

DAIANE NASCIMENTO SANTOS

COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA EM BAIROS POPULARES: uma proposta de mobilização para o turismo de base comunitária no Beiru, Salvador, Bahia, Brasil.

Dissertação apresentada à Universidade do Estado da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas, Gestão Social do Conhecimento e Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof.^a Francisca de Paula Santos da Silva.

Aprovada em 08 de janeiro de 2013.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Francisca de Paula Santos da Silva
Orientadora
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Prof. Dr. Alfredo Eurico Matta
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Prof. Dr. Eduardo David de Oliveira
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Agradecimentos

Agradeço muito a todas as forças que me ajudaram para a feitura deste trabalho, e começo por minha família, em especial, a algumas pessoas: minha mãe, Bárbara; minha irmã, Daiana; minhas primas queridas, Carla, Márcia e Michelle; e minha tia Célia. Muito obrigado por confiarem em mim e me ajudarem, inclusive, nos momentos em que a dificuldade financeira se fez presente, afinal não é fácil a escolha em assumir a pesquisa e se afastar do mercado de trabalho.

Não posso deixar de agradecer às Professoras Carla Liane e Leliana Sousa, pois, na oportunidade em que fui aluna especial delas na disciplina Saberes, Etnicidade e Métodos Qualitativos de Pesquisa, pude escrever um Projeto de Pesquisa, aprendendo muito sobre metodologia, questões étnico-raciais e de saberes populares. Aos colegas da turma IV quero deixar também meu agradecimento, afinal me acolheram, assim como aos outros alunos especiais e ouvintes, com muito carinho. Prof. Leliana foi minha orientadora inicialmente, quando tive a oportunidade de atuar no Centro de Pesquisa em Educação e Desenvolvimento Regional (CPEDR), porém, devido à reestruturação do programa de pós-graduação e novas oportunidades que surgiram passei então a ser orientanda de Prof. Francisca de Paula, que aqui também quero agradecer pela paciência e pelo aprendizado, inclusive, através do trabalho em grupo, no projeto sobre Turismo de Base Comunitária no bairro do Cabula e entorno. As atividades desenvolvidas no referido projeto me nortearam na delimitação do objeto de pesquisa, ressaltando aqui a sensibilidade e o olhar da Prof. Paula neste processo.

Muito obrigado também ao Prof. Alfredo Matta pela visão prática que trouxe à pesquisa, sempre chamando atenção para o processo evolutivo da história baseado no materialismo histórico.

Agradeço imensamente ao Prof. Eduardo Oliveira pela presença na banca de qualificação, e pela compreensão dos processos de prazo. Aceitar o convite para estar na minha banca examinadora me fez muito alegre, pois admiro muito Prof. Duda, desde quando lhe conheci, ao trabalharmos juntos na organização de um Colóquio, feito em parceria com a UFBA, a UNEB e o IFBA, no momento em que trabalhava no CPEDR. Suas contribuições foram muito importantes e o seu entendimento do objetivo de pesquisa foram fundamentais.

Estendo aqui os agradecimentos aos professores do PGDR, em especial ao Prof. Luis Carlos, examinador do projeto inicial escrito, apresentado na disciplina Seminário de Pesquisa II, e que deu ótimas contribuições. Quero agradecer demais a Prof. Yeda Pessoa de Castro pela oportunidade de aprender com ela sobre cultura, língua e sociedade africana e afrobrasileira, quando fui sua aluna no curso sobre línguas africanas. Os encontros com o grupo de pesquisa no momento da organização do III Seminário Acolhendo as Línguas Africanas (SIALA), em 2010, foram também bastante enriquecedores.

Quero agradecer aos meus colegas de turma, em especial Irani, Amparo e Lara, que tornaram minha caminhada ainda mais especial, apesar das dificuldades. Da turma anterior à minha, quero agradecer a Josi, que me ajudou muito na proposta do programa de rádio, afinal tem experiência no assunto, e apresentou a proposta de um programa de rádio *web* na sua dissertação.

Quero também agradecer à Prof. Luciana Martins que trabalha com educação à distância junto comigo, e leciona numa escola pública em Pirajá (também morou lá, assim como eu) e me orientou na busca pelas fontes da história do bairro. Provavelmente trabalharei com o bairro de Pirajá num próximo programa de pós-graduação.

Em relação ao Beiru, quero agradecer a algumas pessoas: primeiro a Davi Nunes, que me apresentou o bairro; ao seu Manoel e sua filha Manuela (estudante da UNEB), que me presentearam com um livro informativo sobre o bairro; aos moradores Damps, Uelinto e Elias, que andaram junto comigo e Davi Nunes no bairro, nos mostrando suas especificidades; ao querido Everton, também morador do bairro; e ao também querido Enéas, que nasceu e cresceu no bairro, formado em Comunicação Social pela Uneb, e me contou muito sobre Beiru, inclusive, andando pelas ruas e participando de encontros na comunidade, além das discussões que tivemos sobre metodologia e comunicação, bastante enriquecedoras para minha pesquisa.

Outra, então moradora do bairro, que foi bastante importante para minha pesquisa é Vilma Neres, que dialogou comigo sobre o bairro e o projeto comunitário do Jornal do Beirú. Márcia Guena, idealizadora do projeto, também contribuiu, contudo por estar em outro município, esta contribuição se deu de forma virtual, não menos importante, e que quero agradecer.

Quero também agradecer aos colegas do grupo de pesquisa do Projeto sobre Turismo de Base Comunitária na região do Cabula e entorno, coordenado pela Prof. Paula, e em especial a: Rosane, Marta Leiro e Seu Chiquinho, exemplos de engajamento cívico em prol do desenvolvimento de suas comunidades.

RESUMO

A dissertação em questão tem por título: **COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA EM BAIRROS POPULARES: uma proposta de mobilização para o turismo de base comunitária no Beiru, Salvador, Bahia, Brasil**, e tem como objetivo propor um programa para rádio, livre e/ou outorgada, e pautas para jornal comunitário, que favoreça a difusão e socialização da história e da cultura do bairro Beiru/Tancredo Neves, visando a sensibilização e mobilização para o turismo de base comunitária com a elaboração de roteiros turísticos alternativos. Tal problemática direciona a discussão acerca da lógica do mercado, através das empresas privadas, impondo valores e condicionamentos sobre os modos de produção e distribuição realizados pelos meios de comunicação de massa, comprometendo os conteúdos e a natureza da informação, trazendo a necessidade da redefinição do serviço público em termos de comunicação e informação no Brasil. A metodologia proposta para este estudo baseia-se nas análises de cunho exploratório e explicativo e a produção dos dados foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica, documental, assim como pela pesquisa de campo. A abordagem é praxiológica, pois a vida social é essencialmente prática, e é a práxis que faz a mediação entre o sujeito e o objeto, afinal os indivíduos se relacionam com o mundo através da ação, por meio do qual satisfazem as suas necessidades. Tal proposta se enquadra na linha de pesquisa: Gestão Social do Conhecimento e Desenvolvimento Regional.

Palavras-chave: Beiru.História.Quilombo.Comunicação.Comunidade.

ABSTRACT

The paper in question is entitled: COMMUNICATION COMMUNITY POPULAR NEIGHBORHOODS: a proposal for the mobilization of community-based tourism in Beiru, Salvador, Bahia, Brazil, and aims to propose a program for radio, free and / or granted, and guidelines for community newspaper, which promotes socialization and dissemination of the history and culture of the neighborhood Beiru / Tancredo Neves, aimed at raising awareness and mobilization for community-based tourism with the development of alternative tourist routes. Such problematic directs the discussion about the logic of the market, through private firms, imposing constraints on the values and modes of production and distribution achieved by means of mass communication, compromising the content and nature of the information, bringing the need for redefinition of service public in terms of communication and information in Brazil. The proposed methodology for this study is based on analysis of exploratory and explanatory and production of data was performed by means of literature, documentary as well as for field research. The praxeological approach is because social life is essentially practical, and is the praxis that mediates between subject and object, after all individuals relate to the world through action, through which meet their needs. This proposal fits in the line of research: Social Knowledge Management and Regional Development.

Keywords: Beiru.History.Quilombo.Communication.Community.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Quilombos da Cidade do Salvador nos século XVIII e XIX

Figura 2 - Mapa das regiões administrativas de salvador, atual SIGA.

Figura 3 - Mapa das principais ruas do bairro Beiru/Tancredo Neves.

LISTA DE FOTOS

Foto 1. Azilô Kasangi Raiz de Omim Silê

Foto 2. Centro de Boiadeiro

Foto 3. Funanji Filho

Foto 4. Ilê Axé Anjualé

Foto 5. Ilê Axé Fili Bomim

Foto 6. Ilê Axé Iyaomiré

Foto 7. Ilê Axé Mojarê

Foto 8. Ilê Axé Ofan Onisidé Omim

Foto 9. Ilê Axé Pandamim Bomifá

Foto 10. Nsumbu Tambula Dicolia Meia Dandalunda (Terreiro São Roque)

Foto 11. Sessão de Giro

Foto12. Terreiro Olufanjá

Foto 13. Terreiro Oya Omim Olorum

Foto 14. Terreiro Tumbeci

Foto 15. Feira Livre

Foto 16. Troféus e medalhas

Foto 17. Pista de Skate do Parquinho

Foto 18. Mesa do Dj Ivan

Foto 19. Grafite

Foto 20. Música

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Educação

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Principais rotas do comércio atlântico de escravos para o Brasil do século XVI ao XIX

Mapa 2 – Salvador e seus arredores

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação das Escolas Municipais

Quadro 2 - Rádios Comunitárias

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Origem dos escravos africanos falecidos na Cidade de Salvador (1741-1799)

Tabela 2 - Grupos Étnicos na Irmandade do Rosário das Portas do Carmo (1798-1865)

Tabela 3 – Irmandades de Pretos na cidade de Salvador – Século XVIII

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA	18
2.1 Conceitos de Comunicação Comunitária	19
2.2 Rádios Comunitárias Livres e/ou Outorgadas	23
2.3 Mídia impressa	27
2.3.1 Imprensa Negra	30
3 PRESENÇA DE GRUPOS DE ETNIAS AFRICANAS NA BAHIA	39
3.1. Etnias africanas na Bahia	42
3.2 Resistência, Insurreições e Levantes Negras	46
3.2.1 Os Quilombos	50
3.2.1.1 O Quilombo Cabula e sua relação com o Negro Beiru	54
4 O BAIRRO BEIRU/TANCREDO NEVES	62
4.1 Aspectos demográficos do Beiru/Tancredo Neves	63
4.2 Turismo de Base Comunitária	66
4.2.1 Caminhos para o Turismo de Base Comunitária no Beiru	68
5 COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA NO BEIRU/TANCREDO NEVES	87
5.1 (Re)conhecimento da história - Beiru	91
5.1.1 A voz do povo negro do Beiru	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS	108
APÊNDICE A	115

1 INTRODUÇÃO

O advento da *internet* atraiu o setor da comunicação com a perspectiva de lucro, criando mais uma mercadoria, circulando conforme as leis do mercado de oferta e procura. Entretanto, permite que os sujeitos descubram novas possibilidades de expressão e interação, visto que o acesso à comunicação viabiliza o desenvolvimento de meios alternativos e/ou cooperativos, onde os indivíduos, além de disporem das informações, tornam-se também produtores das mesmas, através do uso das tecnologias apropriadas, a exemplo das redes sociais virtuais, como *orkut*, *blog*, *twitter*, *facebook*, *youtube*, dentre outros.

Não obstante, os movimentos sociais, culturais e informacionais já utilizam alternativas de acesso à comunicação, a exemplo das rádios comunitárias e jornais de bairro, visto que o acesso à *internet* não está disponível a grande parte da população brasileira, conforme dados do Comitê Gestor da *Internet* no Brasil (2010); 46% da população brasileira nunca usou um computador; somente 31% dos domicílios brasileiros possuem computador de mesa e 8% possuem computador portátil; e 52% da população nunca navegou na *internet*.

É importante salientarmos o sentido da visibilidade que a comunicação comunitária proporciona às ações da comunidade, fomentando redes sociais voltadas para o fortalecimento de um conjunto de produtos e produções direcionados ao bem comum, estando a serviço do exercício da cidadania e da transformação social.

Uma possibilidade de fomentar redes sociais é através da organização e do planejamento para o Turismo de Base Comunitária (TBC), no qual o protagonismo é da população local, fortalecendo as associações e cooperativas, viabilizando assim projetos comunitários. O TBC aliado à prática dos princípios da economia popular e solidária se configura como um instrumento para o fortalecimento comunitário e associativo, assim como a comunicação comunitária, que pode ser a difusora do (re)conhecimento construído com a comunidade, afirmando a identidade local, o que possibilita uma relação de parceria e troca com o turista e/ou visitante.

Nesta pesquisa nos interessou investigar os saberes sobre o bairro Beiru/Tancredo Neves, situado no antigo Quilombo Cabula, combatido no século XIX, e que sofreu uma mudança de nome em 1985, por isso utilizamos os dois

nomes para nos direcionarmos a ele. Assim sendo, investigamos de que forma as rádios livres e/ou outorgadas e os jornais comunitários, podem socializar os saberes, fazeres e sabores do bairro Beiru/Tancredo Neves, mobilizando a comunidade para o turismo de base comunitária, por meio da elaboração de roteiros turísticos alternativos? Portanto, o objetivo geral é apresentar a proposta de um programa de rádio, livre e/ou outorgada, e pautas para jornal comunitário, que favoreça a socialização da história e da cultura do bairro Beiru/Tancredo Neves, visando a mobilização para o turismo de base comunitária.

Para atingirmos o objetivo geral: construímos conhecimento sobre a história do bairro do Beiru/Tancredo Neves, e sua correlação com o Quilombo do Cabula, através de pesquisa documental; identificamos e analisamos os meios de comunicação comunitária, especificamente as rádios comunitárias livres e/ou outorgadas e a mídia impressa como jornais, boletins, revistas e informativos presentes no bairro Beiru/Tancredo Neves; mapeamos os atrativos culturais, históricos, ambientais e tecnológicos do bairro Beiru/Tancredo Neves em visitas à comunidades; e organizamos roteiros turísticos alternativos com a comunidade do bairro Beiru/Tancredo Neves, a partir da memória coletiva desta. As questões que nortearam a pesquisa foram: as rádios e jornais comunitários socializam a história e memória do bairro Beiru/Tancredo Neves?; Qual a relação histórica percebida pela comunidade, entre o bairro Beiru/Tancredo Neves e o Quilombo Cabula?; Quais os saberes, fazeres e sabores existentes no bairro Beiru/Tancredo Neves que podem ser contemplados em roteiros turísticos alternativos?

Para a pesquisa bibliográfica utilizamos livros impressos, revistas, periódicos, jornais, entre outros, o que caracteriza a coleta de dados secundários. Para tal consultamos bibliotecas e acervos, fizemos um levantamento de dados da comunidade, através de pesquisa de gabinete, buscando informações pertinentes ao problema proposto. Para a coleta dos dados primários, que são obtidos originariamente pelo investigador, trouxemos a interpretação causal, caracterizando-se como atividade de campo, por conseguinte, a amostragem não foi probabilística e não utilizamos instrumento de pesquisa. Deste modo, desenhamos uma metodologia participativa de mapeamento turístico, com o objetivo de não gerar impactos, conflitos e resistências por parte da comunidade, o que dirimiu na adoção da Roda de Conversa no bairro, como meio de levantamento de dados e informações.

Nossas fontes, conseqüentemente, não se restringiram aos registros oficiais que, em geral, apresentam o ponto de vista oficial, habitualmente ligado aos grupos que impõem uma direção à sociedade. No intuito de conhecer as expressões de outros setores, procuramos outras evidências, que foram: manuscritos impressos, orais e imagéticos. Uma das formas de investigação foi através da memória coletiva presente na comunidade, que, partindo do real, opera através de uma dimensão onde as motivações inconscientes e subjetivas constituem o vetor determinante da sua construção.

Tendo em vista a formação da pesquisadora, em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda; estudos na área de formação social da população no entorno do Cabula para o Projeto intitulado Turismo de Base Comunitária da Região do Cabula e Entorno: processo de Incubação de Operadora de Receptivos Populares Especializada em Roteiros Turísticos Alternativos, aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), coordenado pela orientadora, que está vinculado ao Programa do Mestrado em Políticas Públicas, Gestão Social do Conhecimento e Desenvolvimento Regional (PGDR) da Universidade do Estado da Bahia – UNEB - elegemos este objeto de estudo. Além do nosso engajamento em trabalhar com comunicação comunitária, colaborativa, participativa e alternativa, objetivando a democratização do serviço de comunicação no Beiru/Tancredo Neves.

O referido projeto já passou pela fase das Rodas de Conversa que se configurou como uma metodologia de pesquisa, para a realização de diagnóstico participativo e colaborativo, e também para o mapeamento turístico dos bairros envolvidos, no qual representantes das comunidades e os pesquisadores do projeto realizaram um bate-papo, com trocas de informações, inclusive no bairro Beiru/Tancredo Neves. Os pesquisadores apresentaram o projeto, a definição do TBC, e, posteriormente, os representantes foram estimulados a fazer um mapeamento dos possíveis atrativos dos bairros, fazendo a formatação de um roteiro turístico. Na segunda etapa, que se encontra em desenvolvimento atualmente, as comunidades estão se articulando e organizando o início do processo de incubação, contando com o suporte da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UNEB).

Outro aspecto a ser considerado, é que fizemos um Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, sobre o negro nas propagandas de televisão na Bahia, o que nos

deu sustentação ao capítulo em que falamos sobre a constituição do povo brasileiro, mais especificamente da população baiana. Escolhemos o bairro Beiru/Tancredo Neves pelo fato desta região ter sido construída a partir do combate e resistência dos negros escravizados no período da colonização. Portanto, trazemos a figura do arquétipo ancestral, o Negro Beiru, personagem da nossa história pouco mencionado na literatura brasileira, ou seja, ainda desconhecido por jovens e adultos.

Sobre a escolha da rádio comunitária, necessário salientar que, por meio da oralidade e do seu alcance, se configuram como veículos que prestam serviço de utilidade pública, o que a conforma como uma alternativa na articulação dos movimentos sociais, gerando fortalecimento das comunidades, através da integração e estímulo ao lazer, cultura e convívio social, possibilitando a difusão dos saberes populares, dando oportunidade para a difusão de ideias e conhecimentos relacionados às tradições locais, além de contribuírem para o desenvolvimento profissional dos jornalistas e radialistas envolvidos, e permitirem a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível.

Em relação ao jornal de bairro, apresentamos a experiência existente no Beiru/Tancredo Neves do Jornal Comunitário do Beiru que está com as atividades paralisadas devido à impossibilidade de auto-sustentação financeira. Contudo, algumas ações foram desenvolvidas o que justifica apresentarmos sua importância.

É de extrema relevância social essa pesquisa, pois busca reconhecimento da história do bairro Beiru/Tancredo Neves por parte da população, inclusive por ser um bairro com presença marcante de jovens, homens e mulheres, negros e negras, de baixa renda, que sofrem o descaso relacionado aos aspectos sociais, culturais e ambientais. Enquanto durou a escravidão, a presença de comunidades quilombolas na região onde se situa o bairro contribuiu para a concentração de terreiros de candomblé que, naquela época, ficavam escondidos para não serem alvos de repressão da polícia. O legado deixado pelas comunidades quilombolas é de valor patrimonial, material e imaterial, ainda pouco cultivados por moradores, visitantes e turistas.

O estudo aqui proposto se enquadra na linha de pesquisa 2: Gestão Social do Conhecimento e Desenvolvimento Regional, uma vez que a pesquisa motivou mudanças de percepções sobre a história da comunidade do Beiru/Tancredo Neves,

e a importância da comunicação nesse processo, inclusive com a proposta da construção coletiva de um roteiro turístico no bairro contemplando os aspectos de origem desta localidade.

No **Segundo Capítulo** apresentamos a comunicação sobre o viés comunitário, afinal, no desenvolvimento dos processos de comunicação no país, se manteve uma política de dominação e subordinação de seus aspectos à ordem vigente e aos padrões elitistas.

Para compreender e conhecer a colonização no Brasil, em específico sobre a Bahia e os negros africanos que foram utilizados como mão de obra no processo escravista, foi necessário a realização de uma pesquisa histórica, o que deu conteúdo para a composição do **Terceiro Capítulo** da dissertação, portanto traremos informações acerca do Quilombo do Cabula.

Chegamos ao **Quarto Capítulo**, no qual apresento aspectos da atualidade do bairro Beiru/Tancredo Neves, seguindo o intento de viabilizar a difusão do (re)conhecimento da história local, inerente à nossa cidade, tendo a figura protagonista do Negro Beiru, que pouco é mencionado na literatura e historiografia brasileira, ou seja, ainda desconhecido por crianças, jovens e adultos. Assim proporemos a construção de um roteiro turístico de base comunitária no bairro Beiru/Tancredo Neves, que será articulado a um programa de rádio comunitária livre e/ou outorgada e às pautas para mídia impressa, objetivando difundir a história da comunidade.

Quanto ao **Quinto Capítulo**, apresento a proposta de intervenção na comunidade, através de um programa de rádio, para rádios comunitárias livres e /ou outorgadas e de pautas para a mídia impressa, com a intenção de difundir o (re)conhecimento sobre a história local.

Na conclusão faço um balanço geral da pesquisa, aferindo suas limitações e alcances, e trazendo as possibilidades de desdobramentos e perspectivas de continuidade.

Esta pesquisa se apresenta pelo desejo da pesquisadora em contribuir com a prática da comunicação comunitária, na busca pela democratização da comunicação e sua configuração em um serviço efetivamente público. Para tal, apresentamos a história do bairro Beiru/Tancredo Neves e sua relação com o Negro Beiru e o Quilombo Cabula.

2 COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

A comunicação se constitui enquanto uma realização histórica dos fenômenos sociais e não pode ser verificada fora do contexto econômico, social, político e cultural. De acordo com as formulações de McLuhan *apud* Melo (1998), o homem formou, inicialmente, padrões culturais através da comunicação oral, entretanto, com o surgimento da escrita o homem cria outra relação com os bens culturais da comunidade.

Rudiger adverte que o sentido da comunicação:

[...] deve ser reservado à interação humana, à troca de mensagens entre os seres humanos, sejam quais forem os aparatos responsáveis por sua mediação. A comunicação representa um processo social primário, com relação ao qual os chamados meios de comunicação de massa são simplesmente a mediação tecnológica: em suas extremidades se encontram sempre as pessoas, o mundo da vida em sociedade (RUDIGER, 1998, p.17).

É um processo social primário de interação e socialização da humanidade, afinal a base da vida em sociedade foi formada através dos primeiros sinais de comunicação, das trocas simbólicas, da expressividade do homem.

Com a revolução industrial e tecnológica surgem na sociedade novos instrumentos capazes de romper barreiras geográficas, lingüísticas e culturais, são os meios de comunicação de massa, que motivaram os estudos e suscitaram a reflexão acerca da problemática da comunicação. Esta forma de comunicação de massa, realizada através dos meios eletrônicos como a televisão e o rádio, e dos meios impressos como o jornal e a revista, possibilitou o alcance de audiências de massa, a supressão do tempo e da distância.

A prática de comunicação de massa, realizada através desses meios eletrônicos, permitiu a constituição de públicos, como assevera Gomes:

os meios de comunicação alcançaram nesse momento, ao mesmo tempo, as pessoas localizadas em pontos mais remotos, situadas nas mais diversas classes e com nível de alfabetização, cultura e competência expressiva os mais diversificados. Pessoas que jamais estiveram na presença uma das outras e jamais poderiam se constituir em públicos. Por outro lado, essas pessoas, porque podem consumir a mesma informação e os mesmos produtos de cultura e entretenimento que todas as outras, não deixam de constituir uma nova publicidade social, uma esfera expandida de visibilidade pública, um público sem convivência e presença (GOMES, 2004, p. 49)

Estes meios são fundamentados com a função de informar, educar e entreter.

Com a expansão e fortalecimento da economia em âmbito global, que incluem indústria, comércio e serviços, gerou-se uma lógica de mercado que impõe valores e condicionamentos sobre os modos de produção e distribuição dos meios de comunicação de massa, comprometendo os conteúdos e a natureza da informação. A partir daí, surgem alguns desafios a serem superados em diálogo com a sociedade:

- a] a uniformização e superficialidade dos conteúdos;
- b] o desequilíbrio dos fluxos de informação;
- c] a falta de diversidade cultural;
- d] o monopólio das redes de comunicação;
- e] o papel regulador do Estado;
- f] a redefinição de serviço público em termos de comunicação e informação; e
- g] a falta de participação popular.

Diante destes desafios concordamos que a comunicação mais interativa e participativa é uma possibilidade para alteração das questões apresentadas.

2.1 Conceitos de Comunicação Comunitária

O processo de comunicação comunitária se configura como uma nova maneira de pensar o popular, ligando comunicação e cultura, adotando uma postura mais dialética e flexível “admitindo o pluralismo e ocupando novos espaços ou incorporando canais de rádio e televisão e outras tecnologias de comunicação, com as redes virtuais (internet, etc.) (Peruzzo, 1998, p. 120)”. Porém, a participação dos indivíduos na comunicação popular não está relacionada somente à produção de meios, “[...] ela perpassa as relações interpessoais e grupais e ali ajuda a construir a base de uma nova cultura política (Peruzzo, 1998, p. 127)”.

Sobre o envolvimento e participação dos indivíduos na comunicação comunitária Peruzzo assegura:

[...] é premente tentarmos compreender o envolvimento popular na produção, no planejamento e na gestão da comunicação comunitária, como

forma até de contribuir para o avanço em qualidade participativa e na conquista da cidadania. (PERUZZO, 1998, p. 143-144)

Um dos entraves na construção de projetos de comunicação comunitária é o problema financeiro, afinal a auto-sustentação, um dos pilares de sua autonomia, é difícil de ser atingida, como nos traz Peruzzo:

[...] os movimentos populares acabam apostando mais na comunicação interpessoal e grupal e adotando meios mais cômodos, mais ágeis e menos onerosos. Assim valem-se especialmente de contatos informais, reuniões, e assembléias. Boletins, panfletos, cartazes e cartas são bastante explorados. Os instrumentos que requerem mais elaboração técnica e mais recursos como seqüências de slides, alto-falantes e vídeo, por exemplo, são menos usados (PERUZZO, 1998, p. 150)

Outra questão apontada por Peruzzo é a seriedade dos meios de comunicação comunitária que:

em suma, a comunicação popular impressa e radiofônica tem sido séria demais. Abre pouco espaço para amenidades, para o entretenimento, o lúdico. Explora insuficientemente o humor, a canção popular, a fotografia, os desenhos, enquanto expressões da criatividade popular, o que poderia tornar os meios mais participativos e atraentes (PERUZZO, 1998, p. 151)

A autora acrescenta que:

é o rádio e o jornal não dando vez – ou o fazendo de forma muito restrita – a amenidades e ao entretenimento, ou seja, às dimensões do sonho, que também são necessidades humanas, lado a lado com as de moradia, vestuário, alimentação, educação, saúde, etc (PERUZZO, 1998, p. 152)

A comunicação comunitária tem uma relação direta com a cultura popular, visto que a mesma se define enquanto movimento de resistência e ação, se configurando numa nova práxis, em que o sujeito se conforma como a força motivadora, propulsora e receptora dos benefícios desenvolvidos nas comunidades, ampliando os direitos da cidadania. Todavia, Lopes (2005, p. 65) discute que: “não é por ser do ‘povo’ que a cultura popular é a priori revolucionária e contestadora, nem conformista e reprodutora do status quo”.

Sobre a práxis na comunicação comunitária Peruzzo afirma que:

[...] no Brasil representa uma conquista muito expressiva para os setores que dela se servem, num amplo processo político-educativo de uma população sem tradição de participar, de forma igualitária, nas decisões que a afetam e, ainda por cima, impedida de se reunir, se expressar, denunciar, reivindicar e interferir durante mais de duas décadas de regime militar autoritário (PERUZZO, 1998, p. 158)

Afinal, na nossa sociedade há uma instância que dita e controla as regras de funcionamento nacional dos meios de comunicação de massa, ou seja, há uma

regulamentação que permite aos meios desempenharem seus papéis, visto que os mesmos influenciam os aspectos da vida cultural, social, política e econômica do país. A autora ainda afirma que:

[...] a história recente da sociedade brasileira mostra que o governo militar combinou dois aspectos não necessariamente antagônicos: a organização de um Estado autoritário e o desenvolvimento econômico. [...] Paralelamente à expansão do mercado material interno, o Estado implanta a infra-estrutura tecnológica do sistema de telecomunicações (sistema de satélite, Telebrás, Embratel) e sistema básico de microondas (possibilidade de integração nacional por TV, TV em corres – 1972), que permite pela primeira vez falar adequadamente na consolidação de um mercado cultural nacional (LOPES, 2005, p. 26).

Em vista disto, a relação entre o Estado brasileiro e a cultura popular se dá da seguinte forma, de acordo com Lopes:

[...] a atuação do Estado brasileiro na Indústria Cultural parece cada vez menos suscetível de receber o popular em suas realizações, uma vez que estas atendem predominantemente às demandas às elites culturais (LOPES, 2005, p. 26).

Lopes (2005, p. 23) ainda situa que: “A problemática da cultura popular tem sido uma questão política porque sempre esteve profundamente ligada a uma reinterpretção do popular pelos grupos sociais e a própria construção do Estado”.

Por conseguinte, não podemos negar “os processos de manipulação ideológica e controle político, exercidos pelas classes dominantes” como nos afirma Lopes (2005, p. 20), visto que essa classe detém o controle sobre os grandes meios de comunicação. Porém, o exercício da comunicação comunitária deve ser realizado: “[...] admitindo o pluralismo e ocupando novos espaços ou incorporando canais de rádio e televisão e outras tecnologias de comunicação, com as redes virtuais (internet, etc.)”, como nos afirma Peruzzo (1998, p. 120).

Para a análise das ações de comunicação comunitária, Peruzzo assegura que:

as investigações [...] implicam a necessidade de a teoria abarcar os processos no contexto mais amplo em que se realizam, ou seja, devem ir além do estudo do meio comunitário em si mesmo, [...] pois a dinâmica social na qual este se insere é que vai lhe dar significados. (PERUZZO, 1998, p. 114)

Portanto, a interação entre os estudantes e profissionais da área de educação será proeminente neste aspecto. A autora pontua que:

concretamente, a participação popular na comunicação comunitária pode significar, numa gradação crescente: o simples envolvimento das pessoas, geralmente ocasional, no nível das mensagens, ou seja, dando entrevistas, avisos, depoimentos e sugestões, ou cantando, pedindo a inserção de músicas e aderindo a concursos; elaborar matérias (notícias, poesias, desenhos); compartilhar a produção global do jornalzinho do programa de rádio etc; tomar parte na definição da linha política, do conteúdo, do planejamento, da edição, do manejo de equipamentos; compartilhar o processo de gestão da instituição comunicacional como um todo (PERUZZO, 1998, p. 142-143)

Ou seja, a partir da participação inicial da comunidade no exercício da construção coletiva da história do bairro Beiru/Tancredo Neves, gradativamente os participantes podem se engajar de maneira mais profícua no desenvolvimento das atividades comunitárias, inclusive no que tange à comunicação e ao turismo de base comunitária. Em relação ao trabalho com temas locais, Peruzzo assevera:

a comunicação popular, ao abordar temas locais ou específicos, tende a despertar o interesse por parte da audiência, pelo fato de o conteúdo e os personagens terem relação mais direta com as pessoas. Os programas não são espetáculos a que se assiste, mas dos quais se participa, o que leva a incrementar o processo de construção das identidades e de cultivo dos valores históricos e culturais (PERUZZO, 1998, p. 157)

Esta afirmação de Peruzzo expressa nitidamente nossa proposta de trabalho com a comunidade do Beiru/Tancred Neves.

Como o objetivo da pesquisa é apresentar a proposta de programa para rádio comunitária e pautas para jornal comunitário, seguiremos trazendo aspectos sobre os mesmos, apontando as possibilidades de desdobramentos ao trabalharmos com estes veículos.

2.2 Rádios comunitárias livres e/ou outorgadas

As rádios comunitárias, por meio da oralidade e do seu alcance nas comunidades, se configuram como veículos que prestam serviço de utilidade pública, o que as conformam como uma alternativa na articulação dos movimentos sociais, gerando fortalecimento das comunidades, através da integração e estímulo ao lazer, cultura e convívio social. As rádios possibilitam a difusão dos saberes populares, dando oportunidade para a difusão de idéias e conhecimentos relacionados às tradições locais, além de contribuírem para o desenvolvimento

profissional dos jornalistas e radialistas envolvidos, e permitem a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível. Assim, se constituem como uma alternativa para a inserção de indivíduos como sujeitos produtores capazes de gerar conteúdos que possam modificar a realidade que os cercam, potencializando a construção de conhecimentos em processos horizontais, que possibilitam a existência de lugares e territórios onde se aprende coletivamente a conviver com a cultura.

Marshall McLuhan situa a problemática da comunicação no âmbito dos meios de comunicação de massa, propondo que a presença dos meios configura uma nova forma de estar no mundo por parte dos homens. Ele determina que a presença de um meio por si só, independente do conteúdo que veicula, traz modificações na vida das pessoas. São mudanças de escalas, de dimensões, que provocam novas sensibilidades, novas inserções da humanidade na realidade. A natureza de um meio determina o tipo e a qualidade da informação que por ele é veiculada, e cada meio cria espaços públicos de interação participativa entre cidadãos/cidadãs informados usando o direito à palavra.

Contudo, Peruzzo (1998, p. 154) traz a afirmação acerca da participação desigual: “nesse caso, a comunicação passa a ser tratada como atividade-fim, perdendo sua potencialidade de atividade-meio com função político-educativa para o conjunto das pessoas”. A nossa proposta é de que a comunicação se caracterize como “atividade-meio”, e sua função será efetivamente “político-educativa”.

As rádios comunitárias livres surgiram no Brasil no período da ditadura militar, na década de 1970 e se desenvolveram nos anos de 1980, e “[...] hoje ela se apresenta sob várias formas, das comunitárias às independentes [...] (Peruzzo, 1998, p. 252)”. Inclusive, se apresentam como as rádios do povo, como assevera a autora:

os alto-falantes vêm sendo utilizados como “rádios do povo”, em várias partes do continente latino-americano, por associações e movimentos que, não podendo operar emissoras convencionais, em razão das limitações impostas pelo sistema de concessão de canais e pelas condições econômicas, se valem desse instrumento para transmitir programas e satisfazer, assim, algumas de suas necessidades de comunicação (PERUZZO, 1998, p. 159)

O termo rádio comunitária se institucionalizou no I Encontro Nacional de Rádios Livres Comunitárias “[...] definidas como aquelas que têm gestão pública, operam

sem fins lucrativos e têm programação plural. Elas encaixam-se no perfil das chamadas rádios de baixa potência (Peruzzo, 1998, p. 252-253)”.

A Lei 9.612 regulamenta o serviço de radiodifusão comunitária, a partir de 19 de fevereiro de 1998 no Brasil. Conforme Art. 4º tem por finalidade:

- I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

O Art. 8º, sobre autorização, esclarece: a entidade autorizada a explorar o serviço deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º desta Lei.

Atualmente, não existe no Brasil: “[...] uma mobilização mais ampla em torno da reivindicação de acesso à concessão de emissoras de rádio e televisão comunitárias e locais”, como afirma Peruzzo (1998, p. 150). As razões se encontram no desconhecimento da população acerca do serviço público de comunicação, assim como pela falta do engajamento cívico, como afirma Peruzzo:

as causas estão nas raízes culturais e históricas das sociedades latino-americanas, que, por um lado, geraram uma certa apatia e um sentimento de inferioridade diante dos “que sabem” e, por outro, uma tendência a delegar o poder, uma espécie de consenso e cumplicidade em relação a ideologias conservadoras e praticas autoritárias. (PERUZZO, 1998, p. 298-299)

Devido a estes aspectos apresentados sobre a rádio comunitária, a proposta final desta pesquisa é uma programação que contemple os aspectos relacionados à constituição do bairro Beiru/Tancredo Neves. Existiram algumas rádios no bairro que

trabalharam com os aspectos gerais referentes aos problemas enfrentados pela comunidade, no entanto algumas foram fechadas e há uma com as atividades paralisadas devido a problema com equipamentos, o que apresentaremos com mais detalhes no capítulo 5. Por conseguinte, se faz necessário a reativação das rádios, assim como a concepção de outras, e que as mesmas contemplem a história da constituição desta localidade, se configurando em difusores deste (re)conhecimento. Neste sentido, o poder da oralidade inerente ao rádio será importante, como afirma Bosi:

o ouvido, órgão receptor por excelência nas sociedades arcaicas e primitivas, ter-se-ia embotado pela mecânica tipográfica dos últimos quinhentos anos da história ocidental. A escrita teria (e tem) agido como um fator isolante, arrancando o homem da sua comunidade verbo-oral, destribalizando-o, portanto (BOSI, 2007, p. 50)

Sobre esta análise cabe a afirmação de Mcluhan:

como a cultura letrada incentivou um individualismo extremo e o rádio atuou num sentido exatamente inverso, ao fazer reviver a experiência ancestral das tramas do parentesco do profundo envolvimento tribal, o Ocidente letrado procurou encontrar uma espécie de compromisso com a responsabilidade coletiva, em sentido amplo (MCLUHAN, 2007, p. 339).

O autor ainda indaga: “não é digno de meditação que o rádio sintonize tão bem com aquela primitiva extensão de nosso sistema nervoso central, aquele meio de massas aborígene – que é a língua vernácula? (Mcluhan, 2007, p. 340)”.

As rádios comunitárias, mesmo as outorgadas, são vistas, por parte da sociedade, de forma preconceituosa. Quanto às rádios livres, são vistas com ainda mais preconceito, inclusive, a população comumente as confundem, visto que desconhecem o processo de concessões públicas. Destacamos que durante o texto ao nos relacionamos às rádios comunitárias, estamos também agregando as rádios livres ou de alto falantes, como também são denominadas. Sobre as rádios livres Peruzzo postula:

[...] historicamente as rádios livres são ativadas por amantes do rádio que, apesar, de não terem autorização para funcionar, entram no ar correndo os riscos de serem submetidas aos rigores da lei das comunicações que vem sendo aplicada, que prevê prisão de quem estiver operando, laque e apreensão dos transmissores... Suas matizes também têm sido diferenciadas. Podem ser de caráter político-ideológico, de serviço comunitário, religioso, comercial, ligadas a interesses das minorias ou a movimentos sociais, ou simplesmente colocadas no ar com a intenção de oferecer uma programação alternativa, porém similar a das emissoras convencionais. No entanto, tem em comum a contestação aos sistemas de controle dos meios de comunicação de massa. (PERUZZO, 1998, p. 2)

Durante muitos anos, as rádios comunitárias foram chamadas de “piratas” e/ou “clandestinas”, por não terem amparo legal de funcionamento. De acordo com Peruzzo (1998, p. 2) “as rádios comunitárias ousaram iniciar a ‘reforma agrária do ar’. Elas têm um grande e importante trabalho de caráter comunitário”. Porém, existe um forte controle das mesmas por parte do Estado, e a Agência Nacional de Telecomunicações fecha as rádios comunitárias por considerá-las ilegais. Sobre isto, Peruzzo afirma:

[...] foram poucas as iniciativas de rádios livres, certamente porque podiam ser facilmente reprimidas, dado o caráter claramente coletivo de suas ações. Foi por isso também que se incrementaram os sistemas de alto-falantes, no seu papel de “rádios do povo”, ao alcance deste sem maiores restrições legais. Mas a situação se mudaria a partir de 1990, quando passa a ocorrer uma verdadeira proliferação de rádios livres comunitárias. (PERUZZO, 1998, p. 252)

A discussão acerca da ilegalidade é apresentada por Peruzzo:

[...] as rádios comunitárias até podem sê-lo diante da legislação das telecomunicações (lei nº. 4.117/62 e decreto-lei nº. 236/67), mas não o são perante a Carta Magna do País – que garante que “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença” (art.5º IX) e que “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição” (art. 220) (PERUZZO, 1998, p. 253)

A aprovação da lei 9.612 de 19 de fevereiro de 1998 para a radiodifusão de baixa potência é fruto das muitas lutas em prol de um sistema de comunicação mais aberto, pelos movimentos sociais. Desta forma, as rádios que operavam em FM passaram a ter potência máxima limitada a 25 watts, em um potencial de cobertura restrita a 10 km, e então, passaram a necessitar das concessões públicas por parte do governo. É evidente a capacidade que o rádio tem de atingir um bairro e/ou comunidade, especialmente às pessoas não alfabetizadas/letradas, afinal ele se constitui em uma importante ferramenta na difusão de informação para quem não tem acesso a outros meios.

Peruzzo afirma que:

as manifestações desse tipo de comunicação afloram com maior desenvoltura quando se trata de socializar informações ou conscientizar, mobilizar e organizar a população em torno, basicamente, da busca de soluções para problemas vivenciados em comum, embora cheguem a dar-se em outros níveis de participação política, ou seja, contra formas de poder, repressão e discriminação. (PERUZZO, 1998, p. 149)

Desta forma, Peruzzo elenca as possíveis ações dos moradores:

[...] aprender a participar politicamente da leitura do bairro e da escola para os filhos, a apresentar sua canção e seu desejo de mudança, a denunciar condições indignas, a exigir seus direitos de usufruir da riqueza gerada por todos, por meio de melhores benefícios sociais e de salários mais justos, a organizar-se e a trabalhar coletivamente. (PERUZZO, 1998, p. 158)

Portanto, contra o descaso e a discriminação sofridos pelo bairro Beiru/Tancredo Neves, o intento será a organização e participação política, através da comunicação comunitária, afinal, o Estado é bastante ausente em questões importantes como moradia, saúde, educação, segurança, dentre outros.

2.3 Mídia impressa

A imprensa foi instituída no Brasil no início do século XIX, quando as primeiras gráficas aqui se instalaram, o que se configura como um dos fatores que privilegiaram a nossa cultura oral, devido às heranças indígenas e africanas que ao se organizarem em comunidade conferiam poder à palavra e aos mais antigos. Ou seja, esta escassa cultura letrada foi historicamente compensada por inúmeras e ricas tradições orais, o que se faz necessário ressaltar no processo de colonização sofrido no país.

McLuhan faz uma análise sobre as culturas tribais:

as culturas tribais não podem agasalhar a possibilidade do indivíduo ou do cidadão separado. Sua idéia de espaço e tempo não é continua nem uniforme, mas emotiva e compreensiva em sua intensidade. As culturas sentem a “mensagem” do alfabeto em seu poder de projetar estruturas de uniformidade e continuidade visuais. (MCLUHAN, 2007, p. 103)

E, em relação à uniformidade, McLuhan acrescenta:

todos os alfabetos do mundo ocidental, da Rússia e dos Bascos, de Portugal e do Peru, derivam dos caracteres greco-romanos. A separação única que introduzem entre o som e a visão, de um lado, e o conteúdo verbal e semântico, de outro, os transformaram na mais radical das tecnologias, no sentido da tradução e homogeneização das culturas. Todas as demais formas de escrita sempre serviram a uma única cultura, bem como a distingui-las de outras. (MCLUHAN, 2007, p. 106)

Verdade que a perda da vida comunitária se deve a diversos fatores históricos, muito mais complexos que a difusão da imprensa, afinal: “[...] no momento em que o trabalhador foi privado de seus instrumentos de produção, uma elite, que não faz trabalho manual, passa a organizá-lo: é a hegemonia da ordem burguesa (Bosi, 2007, p. 57)”. Em relação à divisão do trabalho associado a comunicação, Bosi afirma que:

a divisão do trabalho é também um fato sólido e incontornável em todas as empresas radiofônicas, televisivas, jornalísticas e editoriais. É ela que impõe modelos: desde a extensão física do produto (um filme terá 2.500m de película de 35mm; um programa de rádio ou de TV deve durar meia hora; o artigo do jornal não deve ocupar mais de 3 colunas) até o teor e a ideologia subjacente à mensagem. A fórmula substitui a forma. (BOSI, 2007, p. 65)

O surgimento da escrita permitiu aos indivíduos romperem com os laços tribais e, assim, perderem a relação direta com os antepassados. Os primeiros livros foram impressos em latim, contudo com a difusão dos mesmos produziram-se obras em outras línguas. (MELO, 1998).

Este processo de rompimento resultou na mundialização e no comércio das culturas, fazendo com que a influencia de umas sobre as outras se acentuasse de forma mais veemente, o que pode ser considerada uma explicação para o afastamento dos indivíduos de sua própria historia e cultura. Desta forma, “a memória coletiva é apontada como um cimento indispensável à sobrevivência das sociedades, o elemento de coesão garantidor da permanência e da elaboração do futuro” (Santos, 2009, p.329).

A descentralização da comunicação, através das potencialidades dos serviços de tecnologia da informação e comunicação deve estar a serviço do coletivo, do bem-estar comum, afinal:

é no dia-a-dia, no relacionamento com as instituições que afetam diretamente a vida das pessoas, como um associação de moradores ou o poder público local, que se firmam os alicerces da educação para a cidadania (PERUZZO, 1998, p. 282)

Sobre o papel de cidadão e cidadã, Peruzzo acrescenta:

[...] o status de cidadão é uma construção social que vem se modificando ao longo da historia, numa extensão que varia de país para país. A simples aquisição de direitos em nível legal já foi uma grande conquista das sociedades e de seus movimentos, representando a ampliação da cidadania.

A cidadania é conformada por três tipos de direito, que podem configurar-se, ou não, de maneira mais abrangente ou mais restrita na práxis de um povo: os civis, os políticos e os sociais. (PERUZZO, 1998, p. 286)

Por conseguinte, “[...] tudo o que fazemos produz informação [...]”, de acordo com Santos (2007, p. 321), o que gera um “[...] conteúdo comunicacional ainda maior [...]” nas periferias, devido “[...] à afinidade de destino, afinidade econômica ou cultural.” (Santos, 2007, p. 324-325). Porém, o autor faz uma ressalva: “É na esfera comunicacional que eles, diferentemente das classes ditas superiores, são fortemente ativos.” (SANTOS, 2007, p. 326).

De certo que é inacessível para grande maioria dos moradores do Beiru/Tancredo Neves, como de outros bairros periféricos, as tecnologias necessárias para a prática de uma comunicação social que, rege a lei, se realiza na prática da democracia. Regulamentação questionada por Gomes:

[...] o formulamos de modo negativo: “a ninguém pode em princípio ser vedado o direito de servir-se de meios técnicos-institucionais para produzir comunicação”. O que a meu ver representa um problema nessa posição é que ela não é, em princípio, incompatível com a idéia de controle político da comunicação e, além disso, a não ser que ela se acompanhe de regras e prescrições pelos quais o Estado assumiria o ônus de tornar disponível para todos os grupos e representações sociais a possibilidade de emitir e publicar [...] Pois, uma afirmação que reza que a ninguém seja vedado o acesso aos direitos de emitir e publicar não impede que, de fato, apenas algumas pessoas possam servir-se de meios de comunicação para o seu próprio benefício e do grupo que representa. [...] O que certamente é insatisfatório para qualquer perspectiva de democratização da comunicação (GOMES, 2004, p. 189).

O que Santos chamou na citação acima de “esfera comunicacional” se refere às relações interpessoais e de vizinhanças, realmente difícil de acontecer em bairros considerados nobres. Uma possibilidade de alterar esta realidade é dar visibilidade às ações coletivas de uma comunidade através da comunicação comunitária, como proposto nesta pesquisa.

Para mudar este fato, algumas organizações buscam quebrar o paradigma conceitual da grande mídia hegemônica, seguindo o comprometimento com os possíveis avanços na área de comunicação, tendo como base a sua democratização. Um exemplo é o Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, constituído em 2003, que se define enquanto: “[...] um coletivo que luta com base na compreensão de que a comunicação é um direito humano.” (Vozes da Democracia, 2006, p. 370). Para o Intervozes:

sem o direito à comunicação não existe democracia e a palavra cidadania transforma-se em mera retórica. Sem o direito humano à comunicação, os outros direitos não se efetivam.

Neste sentido, a comunicação de que falamos não pode ser compreendida como arena de especialistas. É terreno da cada cidadão, de qualquer lugar do planeta. A ampliação radical da sociedade civil na definição das políticas de comunicação é, portanto, um dos nossos objetivos. (VOZES DA DEMOCRACIA, 2006, p. 370)

Importante destacar que o Intervozes acredita que “é na luta [...] que submetemos a teoria ao crivo da ação” (Vozes da Democracia, 2006, p. 370), e tem três grandes objetivos de atuação, conforme assembleia realizada em 2005:

[...] formular, difundir e disputar um sistema público integrado de comunicação para o Brasil; dedicar esforços para construir um movimento de base em defesa do direito à comunicação; e ampliar o diálogo permanente com outros movimentos sociais e grupos organizados da sociedade para fortalecer a luta por uma sociedade mais justa e igualitária. (VOZES DA DEMOCRACIA, 2006, p. 370).

Entendemos que as experiências de ações locais, como no bairro Beiru/Tancredo Neves, sustentam este objetivo maior, em termo de nação.

Aqui em Salvador, a Cipó Comunicação Interativa (Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos) tem ações nos bairros: Lobato, Plataforma e Fazenda Coutos, além da região metropolitana de Salvador, em Lauro de Freitas, formando Agentes Comunicadores Sociais, que são, em sua maioria, jovens moradores das referidas comunidades. Neste âmbito, vários cursos e oficinas na área de comunicação são oferecidos, como: fotografia, jornalismo, redação publicitária, TV digital, entre outros, inclusive, é apresentado e discutido o serviço público de comunicação, com visitas às rádios comerciais e locais.

Seguindo o desígnio de apresentar uma proposta que contemple a história da ancestralidade negra africana no Beiru/Tancredo Neves, se faz proeminente relatarmos sobre a imprensa negra no país.

2.3.1 Imprensa Negra

A respeito das sociabilidades de massa em comparação com a comunitária, Gomes assevera:

na sociabilidade de massas os indivíduos são ligados uns aos outros através de laços cognitivamente muito débeis, enquanto na sociabilidade comunitária os laços cognitivos são intensos, na medida em que as relações informais e a tradição constroem um repertório de temas, de quesitos e de imagens comuns da realidade que municiam as constantes interações entre

os sujeitos. Essas interações cognitivas constituíam uma espécie de cimento social, ao lado de elementos como o sentido comum de pertencimento étnico (GOMES, 2007, p. 323)

Esta avaliação de Gomes é importante no entendimento de projetos relativos à comunicação comunitária, visto que o pertencimento étnico que ele propõe foi a base da interação cognitiva que consubstanciou a organização do Jornal Comunitário do Beiru, que será apresentado no último capítulo. Contudo, a grande mídia de massa dificulta ações de comunicação comunitária, em especial uma comunicação com o viés anti-racista, como é a nossa proposta.

Sodré (1999, p. 243) descreve a compreensão da realidade atual da comunicação no Brasil: “[...] a mídia desenvolveu-se [...] como um bem patrimonial – os sujeitos econômicos da indústria da informação e do imaginário são predominantemente famílias”. Em vista disto, algumas alternativas veem surgindo, como estratégias dentro desta realidade, a exemplo do Instituto de Mídia Étnica e do Correio Nagô, além do Jornal Irohín que, atualmente, está com suas atividades paradas, pois não obteve êxito na busca por apoio através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Sobre este aspecto, importante lembrar que, dentro do contexto de invisibilização sofrida pelos negros nos veículos de comunicação, em 1915 surgiu a imprensa negra no Brasil com o jornal O Menelick, seguido posteriormente pelos jornais: O Clarim da Alvorada, Getulino, A Princesa do Norte, O Bandeirante, O Alfinete, A Liberdade, Tribuna Negra, A Voz da Raça, Cruzada Cultural, Senzala, entre outros. Entretanto, os mesmos se concentravam em São Paulo. Importante destacar que em 1887 o jornal A Redenção, então escrito como A Redempção, se configurava como uma Folha Abolicionista, Comercial e Noticiosa que, obviamente, trazia a discussão da proposta da política abolicionista, mas que trazia também anúncios e propagandas. Outro exemplo é o jornal O Baluarte (1904), que se definia enquanto um Órgão Oficial do Centro Literário dos Homens de Cor – Dedicado à defesa das Classes. Em relação à imprensa negra, cabe afirmação de Sodré:

até o advento da Nova República, esta imprensa caracteriza-se pela tentativa de fazer o negro integrar-se na sociedade global: os textos, de feição rebuscado e literário, noticiam aniversários, casamentos, eventos sociais; veiculam protestos contra o preconceito racial; incitam a educação com recurso de ascensão social; condenam o alcoolismo e as práticas boêmias. Predomina a moral puritana, valorizada como meio de obtenção

de respeitabilidade e equiparação aos padrões brancos (SODRÉ, 1999, p. 239)

Sodré descreve o momento de retomada da imprensa negra:

a segunda fase da imprensa negra coincide com a implantação da Nova República pela Revolução de 30. A educação, que antes fora percebida como meio ascensional, assume agora no âmbito de uma política educacional gratuita incentivada pelo Governo Federal, foros amplos de estratégia coletiva para os negros. A reivindicação política – impulsionada pela conquista do direito de voto – toma corpo no movimento conhecido como “Frente Negra Brasileira”, fundada em 1931, e o Jornal A Voz da Raça sustenta posições político-ideológicas assentadas contra o preconceito de cor. (SODRÉ, 1999, p. 240)

Passados alguns anos, já no final da década de 70 e início da década de 80, vivíamos em plena ditadura militar, com duras lutas para o Estado de democracia. Nesse período surgiram as primeiras reivindicações das jovens organizações anti-racistas, dissociando raça e classe, na luta pela conquista da liberdade e igualdade. Em relação à imprensa negra neste período, Sodré acrescenta:

até o golpe de 1963, quando o golpe militar silencia, pela segunda vez na história do país, a imprensa negra esta jamais deixou de refletir os protestos e as esperanças dos descendentes de africanos. Mesmo caracterizada por publicações de pequena tiragem e de curta duração, essa imprensa foi fundamental para a formação de uma consciência diferente, atenta a problemas de socialização específicos do negro brasileiro (SODRÉ, 1999, p. 242).

Os movimentos sociais surgiram representando as várias instâncias da sociedade, entre eles, os movimentos de resistência negra, denunciando a existência e persistência de práticas discriminatórias e racistas, e exigindo medidas para o fim dessas práticas. Nesse momento o movimento negro tenta estreitar relações com o Estado, exigindo a adoção de práticas anti-discriminatórias, para possibilitar cidadania ao negro, e derrubar o mito da democracia racial.

Em 1988, nas comemorações do centenário da Abolição da Escravatura, a Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida obteve uma resposta do Governo Federal com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para Valorização da População Negra. O decreto de criação do GTI, de 20 de novembro de 1998, definiu como uma de suas competências “estimular e apoiar iniciativas públicas que valorizem a presença do negro nos meios de comunicação”. No

entanto, conforme colocado por Silva (2005): “a televisão, a publicidade, as revistas e os jornais brasileiros apresentam uma imagem distorcida da população brasileira, pois limita a presença do negro”.

Entre as ações desenvolvidas nos relatórios do GTI, a principal foi a busca de inclusão de maior contingente de negros na publicidade oficial do Governo Federal e das estatais. Silva (2005) pontua o racismo presente na mídia aqui no Brasil: “o discurso racista na mídia brasileira, baseado particularmente no estabelecimento do branco como representante natural da espécie e do negro como desviante”. O referido autor ressalta a imagem estereotipada do negro no meio TV: “repetem-se os estereótipos do negro ligado particularmente ao futebol, carnaval e noticiário policiais”, Silva (2005).

Em 1996 foi lançada a Revista Raça no país, direcionada ao público negro, sendo um marco na divulgação da estética negra positivamente valorizada pela grande mídia. O crescimento do mercado de produtos direcionados aos negros, e, conseqüentemente, o aumento de negros em propagandas, se deve também ao aumento do poder aquisitivo da população negra, entretanto, outro fator considerável para tal crescimento é a preocupação das empresas em se mostrarem com consciência social, respeitando as diferenças. Sobre isto, cabe afirmação de Sodré:

[...] tende-se, assim a reificar ou essencializar o cidadão dito “diferente”, escondendo o fato de que toda e qualquer diferença é sempre histórica e produzida numa relação com indivíduos e grupos hegemônicos. [...]

No âmbito do mercado e da mídia, trata-se da construção sócio – imagística do outro – o “negro”, um diferente não mais singular, mas idêntico a si mesmo na base de traços idealizados de negritude, onde se minimiza a dimensão política em favor da promoção de uma auto-estima individual, estético-mercado-lógica (SODRÉ, 1999, p. 255)

Cabe aqui ressaltar as palavras de Conceição, referente aos estereótipos:

competem, portanto, as escolhas, uma vez inimaginável a vida sem estereótipos. Convive-se com eles cotidianamente, e têm, os mesmos, função de reforço positivo ou negativo. Se o estereótipo aponta para o preconceito, logo, resvala para a intolerância. (CONCEIÇÃO, 2005, p. 136)

Segue exemplo, apresentado por Sodré, em que a discriminação é apresentada de forma explícita em uma campanha publicitária:

[...] em 1986, o Centro de Pesquisa e Assistência em Reprodução Humana espalhou por Salvador, Bahia, cartazes publicitários com o título “defeito de

fábrica” acima da imagem de um garoto negro, com correntinhas no pescoço, canivete na mão e uma tarja nos olhos. Abaixo, o texto: “Tem filho que nasce para ser advogado e vai ser embaixador. Infelizmente, tem filho que já nasce marginal.” Outro cartaz mostrava uma mãe negra, grávida, coberta com um lençol branco e a legenda: “Também se chora de barriga cheia” (SODRÉ, 1999, p. 235)

Seria importante que os programas de televisão e propagandas tivessem a participação de negros, assim a juventude negra teria melhores referências, o que, associado a melhorias na educação, levantaria a auto-estima do povo negro. Porém, é necessário que essa participação do negro seja representativa, ou seja, que não seja em posição desigual, mas com posição igual ao branco, e que não seja de forma estereotipada. Importante também que o negro possa atuar na produção, na execução de projetos nesta linha.

Em 2008, a Comissão da Promoção da Igualdade, então presidida pelo Deputado Bira Côroa (Partido dos Trabalhadores – PT), apresentou na Assembleia Legislativa de Salvador-BA uma Audiência com o tema: Espaço Alternativo de Comunicação para o Povo Negro. Com a presença de profissionais da área, estudantes, partidos políticos e de entidades da sociedade civil, foi debatida a criação de meios alternativos de comunicação sob o viés afrodescendente. Portanto, se evidencia um interesse social acerca destas questões, entretanto na prática poucas ações são notadas, além de estarem focadas na *internet* como veículo de denúncia da discriminação racial. É sabido que esta fonte de informação está distante da realidade atual, já que o acesso à *internet* não está disponível para um número significativo de pessoas, devido ao alto custo de navegação, assim como dos equipamentos necessários para tal. Assim, Peruzzo afirma:

para não nos perdermos em sonhos mirabolantes, é bom lembrar que a participação pode começar pelo que está mais próximo. [...] viabilizar um envolvimento mais amplo da população na programação das rádios populares, por exemplo. É no dia-a-dia, no relacionamento com as instituições que afetam diretamente a vida das pessoas, como uma associação de moradores ou o poder público local, que se firmam os alicerces da educação para a cidadania. (PERUZZO, 1998, p. 222)

Novas propostas relacionadas à democratização da comunicação poderão ser discutidas na Bahia, devido à instalação e posse dos 27 integrantes do primeiro Conselho Estadual de Comunicação do país, em janeiro de 2012. O Conselho de Comunicação da Bahia foi criado por lei estadual em maio de 2011, e é resultado de

um amplo processo de discussões, onde a mobilização da sociedade foi extremamente relevante.

Dentre as atribuições do referido Conselho, destacam-se: a formulação e acompanhamento da política pública de comunicação social do estado; a elaboração do Plano Estadual de Políticas Públicas de Comunicação Social; a defesa dos direitos difusos e coletivos no que tange à comunicação social; e o fomento à produção e difusão de conteúdos locais e veículos populares e independentes. Sua composição se dá da seguinte forma: 10 representantes da sociedade civil, 10 representantes do setor empresarial e 07 representantes do governo.

A 1ª Conferência Nacional de Comunicação, realizada em 2009, teve como uma das principais propostas aprovadas, a criação dos Conselhos Estaduais de Comunicação. Contudo, a efetivação destas propostas gerou uma reação dos veículos da grande mídia e de partidos políticos conservadores acusando as referidas propostas de terem o objetivo de cercear a liberdade de expressão, o que mostra nitidamente uma resistência por sob as novas possibilidades que se surgem a partir de uma comunicação mais democrática no país. Entretanto, se faz necessária a participação popular, ou seja, a apropriação da população em relação ao serviço de comunicação, como afirma Peruzzo:

a participação popular pode facilitar o devir de uma nova práxis da comunicação. A participação e a comunicação representam uma necessidade no processo de constituição de uma cultura democrática, de ampliação dos direitos de cidadania e da conquista da hegemonia, na construção de uma sociedade que veja o ser humano como força motivadora, propulsora e receptora dos benefícios do desenvolvimento histórico (PERUZZO, 1998, p. 296)

O Secretário de Comunicação do Estado da Bahia e Presidente do Conselho Estadual é Robinson Almeida. As organizações que buscam a democratização da comunicação discutem a proposta de um Conselho Nacional de Comunicação, que se constituiria enquanto um órgão auxiliar do Congresso Nacional de Comunicação.

A Constituição da Bahia foi promulgada em 1989, e já previa no seu artigo 227 a criação do Conselho como instrumento responsável por formular a política de comunicação social do Estado. Assim, durante muitos anos os movimentos sociais justificavam e exigiam a criação do conselho, porém, não obtiveram sucesso. Por conseguinte, na realização, em 2008, da 1ª Conferência Estadual de Comunicação da Bahia, a primeira no país, que teve a participação do governo e da sociedade, assim como, em 2009, com a etapa regional baiana da 1ª Conferência Nacional de

Comunicação (Confecom), as discussões acerca da questão se tornaram possíveis. Nas duas conferências citadas, foi aprovada a criação do Conselho Estadual de Comunicação, estabelecendo um debate público sobre a participação social na comunicação.

Um dos primeiros desafios do conselho será a distinção entre comunicação pública e comunicação estatal, assim, as entidades reivindicam abertura do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IDERB) para a participação social. Outro fator relevante, já levantado pela sociedade civil, é a publicação da verba disponível do Estado para a publicidade.

No que tange à questão da *internet*, é tarefa do conselho articular com o Poder Executivo a construção de um plano estadual de banda larga que garanta *internet* universal e de qualidade a todos os cidadãos baianos, o que coaduna com o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) – Brasil Conectado, implantado através da publicação do Decreto nº. 7.175, de 12 de maio de 2010.

A primeira ação do Conselho será a elaboração do seu regimento interno que definirá o seu funcionamento e organização. Entretanto, cabe ao órgão pautar o debate sobre a violação de direitos humanos nos veículos de comunicação, direcionando processos de denúncias de abusos e violação desses direitos às instituições competentes. Já foram eleitos os representantes da sociedade civil que vão compor o referido conselho, seguem listas de titulares e suplentes:

Para os representantes titulares, foram eleitas as seguintes instituições:

Representante de entidade profissional de classe: Associação Baiana de Imprensa.

Representante titular de universidades públicas com atuação no estado da Bahia:

Faculdade de Comunicação – UFBA.

Representante titular do segmento de televisão aberta e por assinatura comercial:

TV Aratu.

Representante titular do segmento de rádio comercial: Grupo Tucano de

Comunicação Ltda.

Representante das empresas de jornais e revistas: Empresa Editora A Tarde S.A.

Representante das agências de publicidade: Rocha Propaganda e Marketing LTDA.

Representante das empresas de telecomunicação: SINDITELEBRASIL.

Representante das empresas de mídia exterior: Sindicato das Empresas de

Publicidade Exterior do Estado da Bahia/SEPEX - URANUS 2.

Representante das produtoras de audiovisual ou serviços de comunicação: RX 30 Produtora Ltda.

Representante do movimento de radiodifusão comunitária: Radio Comunitária Santa Luz Ltda.

Representante das entidades de classe dos trabalhadores do segmento de comunicação social: SINJORBA.

Representante dos veículos comunitários ou alternativos: Associação Vermelho.

Representantes das Organizações Não-Governamentais ou entidades sociais vinculadas à comunicação: Foram eleitas três entidades: Cipó Comunicação Interativa, Intervozes Coletivo Brasil de Comunicação Social e Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé.

Representante dos movimentos sociais de comunicação: Associação Renascer Mulher.

Representante de entidades de movimentos sociais-organizados: Foram eleitas três entidades: União Brasileira da Mulher, Central dos Trabalhadores do Brasil–CTB, e o SINTERP.

Representante de entidades de jornalismo digital: A S2R Comunicação Ltda– Bahia Notícias.

Para suplentes, foram eleitas as seguintes instituições:

Representante de entidade profissional de classe: OAB–Seção Bahia.

Representante de universidades públicas com atuação no Estado da Bahia: Universidade do Estado da Bahia-UNEB.

Representante do segmento de televisão aberta e por assinatura comercial: TV Itabuna.

Representante do segmento de rádio comercial: Tudo FM Ltda.

Representante das empresas de jornais e revistas: Jornal Folha do Estado.

Representante das agências de publicidade: CCA Comunicação Propaganda.

Representante das empresas de telecomunicação: SINDTELEBRASIL.

Representante das empresas de mídia exterior: Central de Outdoor.

Representante das produtoras de audiovisual ou serviços de comunicação: Malagueta Cinema e Vídeo.

Representante do movimento de radiodifusão comunitária: Abraço.

Representante das entidades de classe dos trabalhadores do segmento de

comunicação social: SINTTEL.

Representante dos veículos comunitários ou alternativos: Instituto Cultural Negro D'Água.

Representantes das Organizações Não-Governamentais ou entidades sociais vinculadas à comunicação: UNEGRO, IDESAB e a ARCCA.

Representante dos movimentos sociais de comunicação: FNDC.

Representante de entidades de movimentos sociais organizados: CUT, UJS e FETAG-BA.

Representante de entidades de jornalismo digital: Notícias do Sertão.

Em relação à violação dos direitos humanos, se faz proeminente abordamos os programas policiais de TV, como são denominados, que atualmente algumas emissoras de televisão trabalham no Estado. Os referidos programas trazem reportagens acerca de violência, tráfico de drogas, morte, assassinatos, acidentes, brigas, entre outros assuntos neste âmbito. Desta forma, as equipes de jornalistas acompanham as operações e fazem entrevistas com os detidos pelas guarnições da polícia militar e/ou civil. Os detidos pela polícia, em sua maioria negros (as), pobres, jovens e adolescentes da periferia de Salvador e de Região Metropolitana, são abordados pelos jornalistas de forma que viola efetivamente os direitos humanos, além dos bairros chamados de periféricos serem apresentados de forma estigmatizada, sobre o viés da violência.

Na consecução do parecer apresentado, no último capítulo apresentaremos a proposta para um programa de rádio, livre e/ou outorgada, e pautas para jornal comunitário, que favoreça a difusão e socialização da história e da cultura do bairro Beiru/Tancredo Neves, visando a mobilização para o turismo de base comunitária com a elaboração de roteiros turísticos alternativos. Para compreender e conhecer a colonização no Brasil, em específico sobre a Bahia, e os negros africanos que foram utilizados como mercadoria no período escravista, entre eles o Negro Beiru, foi necessária a realização de uma pesquisa histórica, o que deu conteúdo para a composição do próximo capítulo, que trata sobre a formação da população na Bahia.

3 PRESENÇA DE GRUPOS DE ETNIAS AFRICANAS NA BAHIA

A colonização brasileira se deu, inicialmente, com o trabalho escravo de índios, que foram capturados e utilizados como mão de obra, entre o século XVI e início do século XVIII, sendo suprido pelo trabalho escravo de negros africanos. Ao serem “trazidos” para a colônia, entre os séculos XVI e XIX, os escravos negros africanos prevaleceram como base do sistema colonial, especialmente no decorrer do século XVII, com a criação de uma vinculação mercantil entre as Américas, a África e a Europa, através do tráfico. Sobre isto, cabe explicitar a resistência dos índios ao processo escravista e à ocupação das terras por parte do colonizador, como exposto em *A grande Salvador* (1978, p. 4), no qual é relatado o impedimento da construção de um engenho, pelos índios: “a sesmaria de João de Velosa conteria um belo engenho de açúcar não fosse – em 1545 – a rebelião geral dos índios contra o donatário”.

De acordo com a finalidade mercantil do colonizador português, o Brasil, no século XVI, tinha terra em abundância e mão de obra escassa, o que gerou o desenvolvimento de uma economia a partir da concentração das propriedades de terras e do intenso tráfico de escravos. Na primeira metade do século XIX se consolidava o sistema escravista no país, enquanto na Inglaterra acontecia a Revolução Industrial e o desenvolvimento do Capitalismo, o que criou uma política contrária à escravidão. Desde 1807 o tráfico de escravos estava proibido neste país, com o governo inglês exigindo das demais nações a sua extinção, inclusive do Brasil, de onde se importava boa parte da produção.

Diante deste cenário, somente em 1850 a proibição do tráfico de escravos aconteceu no Brasil, devido à rejeição dos donos de terras que consideravam o escravo instrumento indispensável ao sistema agrário. Apesar disso, o tráfico ainda continuou, de forma ilegal, e os navios britânicos perseguiram os navios negreiros (também chamados de tumbeiros) no litoral brasileiro, o que gerava conflitos. Neste mesmo ano a imigração se instaura no Brasil, como um processo de tentativa de branqueamento da população, entretanto o contingente da população negra brasileira continuava maior do que de brancos, conforme exposto por Costa (1998, p.19): “no século XIX, às vésperas da independência, o Brasil contava, aproximadamente, 1 milhão e 347 mil brancos e 3 milhões e 993 mil negros e mestiços entre escravos e livres.”

Moura nos apresenta outro entendimento acerca do fim do tráfico no Brasil:

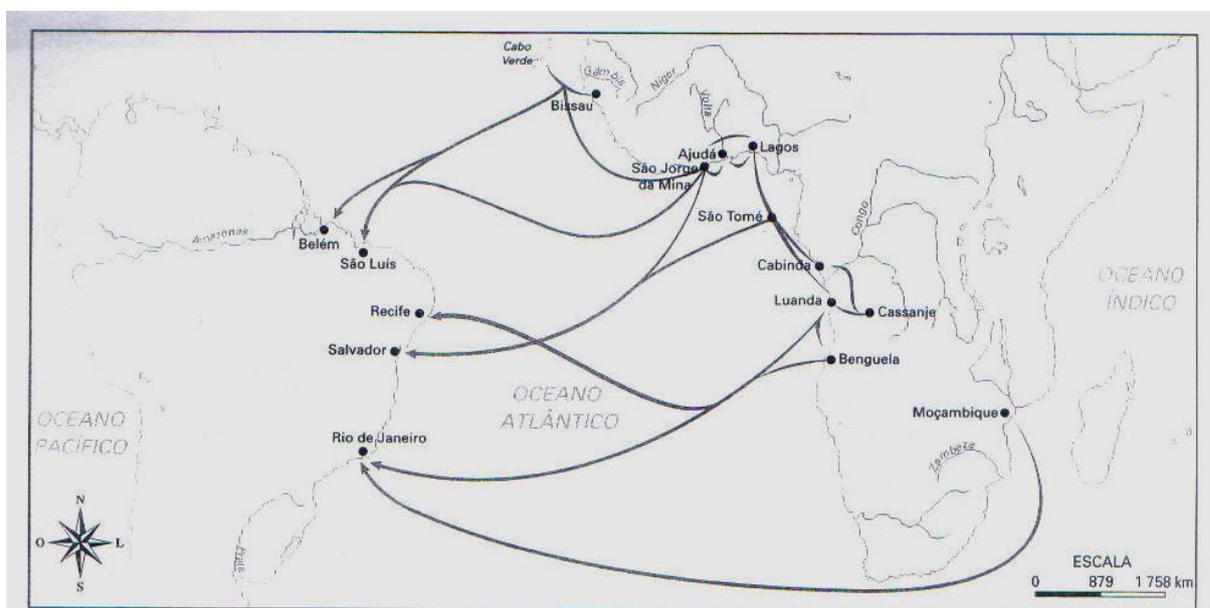
além dessas causas particulares e específicas da Bahia, agravava-se a crise geral do País. Havia uma conjuntura que favorecia as lutas contra o governo. Os “Farrapos” levantavam-se no Rio Grande do Sul (1835); em Pernambuco os escravos levantavam-se nas fazendas, assassinando feitores; no Pará, em 1833, os Cabanos revoltaram-se contra a prepotência imperial. Na época em que se verificaram as revoltas dos escravos baianos, no Leão do Norte já estavam sendo aglutinadas as forças que liderariam a Revolta Praieira. A Balaiada, no Maranhão, em 1838, será uma continuação desse estado geral de coisas. A situação era francamente favorável às insurreições e os escravos souberam aproveitá-la. As lutas ascenderiam a tal nível que o governo imperial, amedrontado e vendo o que significaria o aumento ininterrupto do número de escravos, proibiu, em 1850, definitivamente, a entrada de africanos no País, extinguindo o tráfico. (MOURA, 1959, p. 137)

Portanto, concordamos que todo este conjunto de fatores citados por Moura foram determinantes para a extinção oficial do tráfico de cativos.

Os escravos negros africanos que “chegaram” ao Brasil vieram de Angola, Congo, Moçambique, Nigéria e antigo Daomé, atual Benin. Ver Mapa 1 a seguir, com as principais rotas do comércio de escravos para o Brasil:

Mapa 1 – Principais rotas do comércio atlântico de escravos para o Brasil do século XVI ao

XIX:



Fonte: SOUZA, Maria de Mello. **África e Brasil Africano**. 2 ed. SP: Editora Ática, 2007.

Os Bantos que, na tradução para o português, significa pessoas, foram os primeiros a chegarem aos trópicos brasileiros, e vieram da Costa Ocidental africana, ao norte do Equador, o chamado ciclo da Guiné, que correspondem a Angola e

Congo, a chamada África Central. O continente africano representa uma realidade bastante complexa e multifacetada, por isso, para explicar o significado atribuído ao termo Banto, Pessoa de Castro (2010) afirma: “Banto é um termo criado no final do século XIX pelo linguístico Bleek, e não se caracteriza em língua ou etnia, mas sim uma denominação para o grupo de 500 línguas faladas na África Subequatorial”.

Autores clássicos de obras que buscam a identidade nacional do povo brasileiro, a partir da influência do contingente negro africano sobre a nossa cultura e sociedade, como Nina Rodrigues, se caracterizam como “[...] defensores da pureza nagô em detrimento das manifestações mistas dos bantos [...]”, como nos apresenta Oliveira (2007, p. 26). O autor ainda afirma que:

[...] a valorização da identidade jêê-nagô foi criada em detrimento de uma identidade banto, posto que a primeira foi tomada como a “legítima” e “autêntica” identidade negra, uma vez que mantinha-se mais “pura” frente aos valores civilizatórios africanos, enquanto que a identidade dos bantos ficou relegada ao discurso de inferioridade étnica, posto que mais “misturada” seria também menos africana e menos legítima da “cultura negra”. (OLIVEIRA, 2007, p. 33)

Nina Rodrigues é considerado o precursor dos estudos sobre os africanos e seus descendentes no Brasil, tendo a Bahia como lócus de pesquisa, inclusive. No início do século XX ele inaugurou um pensamento no país em que o “outro” – o negro – era descrito como “estranho” em seus costumes e “diverso em sua natureza”, sendo avaliado como povo selvagem e primitivo. Sobre isto, Oliveira questiona:

quais são os fatores que contribuíram para que, apesar da diversidade de etnias, línguas, origens, religiões, enfim, da diversidade cultural reinante entre os escravos africanos no Brasil, prevalecesse a cultura de uma dentre as muitas etnias africanas que aqui aportaram? (OLIVEIRA, 2007, p. 35)

A constituição da valorização do africano “puro” em detrimento ao mestiço brasileiro é reafirmada pela preferência dos nagôs em relação aos bantos nos estudos clássicos sobre o assunto, o que corrobora na abordagem depreciativa da mestiçagem brasileira. Para entendimento de tal contexto, seguimos apresentando as etnias dos negros africanos trazidos como mercadoria no período da escravidão, o que se deu inicialmente na Bahia, e posteriormente foi sendo levado para outras regiões do país. Cabe aqui evidenciar que a Bahia durante muitos anos se configurava como o lugar onde se concentrava a principal atividade mercantil europeia nas Américas, assim como o maior contingente negro fora da África, portanto, estes dois fatores se constituem como primordiais no entendimento de

nossa cultura e sociedade. Afinal, não existia aqui uma sociedade baiana constituída antes da atividade mercantil e do contingente negro africano de cativos, existiam os nativos chamados de índios que, obviamente, também foram influenciados por esta nova conformação social.

3.1 Etnias africanas na Bahia

Com a posição geográfica litorânea privilegiada para o escoamento da produção, a Bahia se caracterizava como o maior centro produtor de açúcar no Brasil, e concentrou a expansão dos canaviais no século XVI, sendo influenciada pela supressão do Haiti como produtor do mesmo, devido à rebelião dos escravos neste país. Neste período colonial, a região que hoje consideramos o Nordeste era determinada pela produção econômica, pelo desenvolvimento das forças produtivas e pela articulação com o capital mercantil europeu. A partir daí criou-se uma nova oportunidade de mercado europeu, com um sistema produtivo que, além de atividade extrativa e temporária, constituía uma exploração permanente, e que necessitava de uma grande quantidade de mão de obra, conjeturando a concentração de recursos produtivos. (KOWARICK, 1994)

Na segunda metade do século XVI o contexto social da Bahia, se configurava, conforme o livro *A grande Salvador* (1978), da seguinte forma:

[...] a ocupação juridicamente definida da terra, pacificada de vez em 1555 (com a repressão total da rebeldia indígena) – no governo agitado de D. Duarte da Costa, e já tão opulenta e rendosa no governo sensato de Mem de Sá, que, em 1571, eram numerosos os engenhos, estendia-se pelo recôncavo o canavial; à falta de caminhos os barcos faziam, baía a dentro, o comercio animado, e pela orla litoral repontavam as capelas, a cuja sombra irrompiam os núcleos primário do povoamento ambicioso, os senhores em meio da escravatura preta, já tão intensa e procurada, que a Bahia se assemelhava a outra África. Ou a uma Europa diferente. A cidade era pequena, cercada de muros de taipa, com as três igrejas a Sé, a da Ajuda, a do Colégio; - e pela redondeza do golfo se estendiam as aldeias laboriosa, com a casa-grande, a fábrica de meles e açúcar, a senzala; e, no sítio mais alto, tomando conta da paisagem, o cruzeiro com seu altar humilde. A Bahia nasceu assim. (A GRANDE SALVADOR, 1978, p. 4-5)

Nessa assertiva podemos elencar elementos que subjaz se fazem importantes na nossa cultura e sociedade:

a] “a rebeldia indígena” reprimida, resultando numa ocupação jurídica, portanto, legal, da terra, o que torna eminente a injustiça e invasão que sofreram os povos

indígenas que, ainda com todas as dificuldades, lutaram para continuarem em suas terras;

b] o crescimento do comércio, através dos engenhos e das fábricas de mel e açúcar, inclusive no recôncavo;

c] o desenvolvimento do transporte para o escoamento da produção, através de barcos, portanto marcadamente marítimo neste período;

d] a “escravatura preta” muito forte, com grande número de negros na cidade, a ponto de nos assemelharmos à África, o que podemos diagnosticar como fator relevante para a organização de futuros levantes, insurreições e quilombos, afinal a grande quantidade de negros escravizados, obviamente, resultaria em inúmeros fatores na nossa sociedade;

e] a ainda “insuficiente” estrutura da cidade, com “falta de caminhos” e “muros de taipa”;

f] e a forte doutrinação da Igreja Católica, já com três unidades, e a sua falácia humildade em tomar “conta da paisagem”, portanto, da própria cidade que estava emergindo. A Igreja Católica, neste período, tinha um papel importante no batismo e na mudança de nome dos negros escravizados que chegavam aos portos da cidade, isto quando os mesmos não chegavam já batizados e com nomes portugueses. Retornaremos à Igreja Católica ao apresentarmos a associação, comumente chamada de sincretismo, que os negros escravizados faziam de suas “divindades” com os “santos” católicos. (A GRANDE SALVADOR, 1978)

Importante salientar, a partir destes fatores apresentados, que a cidade de Salvador foi pensada e construída já enquanto cidade, para o atendimento a todas as atividades de colonização europeia, sendo então povoada pelos europeus e pelos negros cativos africanos, que interagiram com os nativos indígenas, até então únicos habitantes desta localidade. Obviamente que esta interação foi muito prejudicial ao povo e à cultura indígena, assim como ao povo negro africano.

A partir do século XVIII, enquanto os traficantes de escravos de outras regiões brasileiras permaneciam nas rotas de Angola e Congo, houve uma alteração no contingente negro da população baiana, pois a Bahia passou a enviar os tumbeiros para Costa da Mina e, em seguida, para o Golfo do Benin. Seguem informações sobre as etnias que formaram o contingente negro brasileiro:

a] bantos – denominação de um tronco linguístico que caracterizava um grupo de pessoas que tinham como atributo a produção de objetos de cerâmica, a prática da

agricultura e a criação de gado. Eles dominavam a técnica da metalúrgica, inclusive conferiam valor sagrado ao ferro.

b] jêjês – grupo do Golfo de Benin que trouxeram os voduns.

c] nagôs - grupo de língua Yorubá que trouxeram os Orixás e os Oríkis (canções dos Orixás).

d] haussás - grupo trazido em menor quantidade para o país. No século XIV, envolvidos pela maré islâmica na África, aprenderam a ler e escrever em árabe, e, ao chegarem ao Brasil no século XIX, foram chamados de malês. Para este grupo, o islamismo organizou-se em crença eficaz, a respeito do desconhecimento dos senhores brancos, na organização das insurreições, na qual a Revolta dos Malês, em 1835, é a mais conhecida e difundida na historiografia oficial.

Importante salientar que etnia é uma palavra que foi usada pela primeira vez em 1935 num Congresso em Amsterdã, em substituição à palavra raça, e está diretamente relacionada à língua, como assevera Pessoa de Castro (2010): “a língua substância o espaço identitário de um povo”. Sobre etnia cabe afirmação de Munanga:

uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território.(MUNANGA, 2003, p.12)

Por conseguinte, devido aos ameríndios, chamados de índios pelos europeus que buscavam a Índia, temos etnias brasileiras indígenas, isto porque os portugueses vieram da Europa e os africanos, obviamente, vieram da África. Os únicos nascidos aqui foram os ameríndios, portanto verdadeiros donos das nossas terras.

Aqui no Brasil podemos identificar também a etnicidade, conceito político-ideológico marcado por pragmáticas diferenciadas de uma mesma língua, afinal a língua portuguesa é apontada por usos diferenciados nos países em que se instituiu como língua oficial e que foi introduzida pelas práticas culturais.

Os termos étnicos citados acima são contemporâneos na história da própria África, inclusive alguns deles não fizeram parte da história colonial brasileira. Contudo, Reis e Gomes elucidam:

[...] em muitos sentidos, essas designações étnicas eram criações coloniais porque não reconheciam diferenças políticas, culturais e religiosas na África. [...] A formação de novas identidades e “comunidades imaginárias” de acordo com rótulos coloniais foi um processo complexo e incompleto que teve lugar no Brasil (REIS;GOMES, 1996, p. 378).

No português do Brasil, de acordo com as formulações da mencionada etnolinguista Pessoa de Castro (2010), a vocalização, que é o uso contínuo de vogais nas sílabas, construídas com uma consoante(c) e uma vogal(v) – (cv), se dá devido à semelhança do português arcaico com o sistema vocálico do grupo banto, mais especificamente o Quimbundo, o que caracteriza a influência da língua africana do tronco linguístico banto na nossa língua. Portanto, importante na discussão acerca da importante influência da cultura jêjê e nagô na cultura dos habitantes da Bahia.

Partindo da língua podemos citar palavras do grupo banto que foram apropriadas pela língua portuguesa, como o *candomblé* e o *quilombo*, que se originaram respectivamente de: *Kandómbélé* – ação de rezar; e *Kilombo* – grande aldeamento. Um canção popular infantil também aponta a origem africana: “Escavo de Jó...”, em que “Jó” se constitui enquanto composto de matriz africana, transferido para o português numa forma inalisável que é *njo* - casa, portanto seria um escravo da casa. (PESSOA DE CASTRO, 2010).

Determinadas etnias se constituíam enquanto nações, a exemplo dos índios brasileiros. Munanga, sobre as etnias nações africanas, afirma que:

os territórios geográficos da quase totalidade das etnias nações africanas foram desfeitos e redistribuídos entre territórios coloniais durante a conferência de Berlim (1884-1885). Os antigos territórios étnicos, no sentido dos estados nações são hoje divididos entre diversos países africanos herdados da colonização. O antigo território da etnia iorubá se encontra dividido hoje entre as Repúblicas de Nigéria, Togo e Benin; o antigo território da etnia Kongo é hoje dividido entre as Repúblicas de Angola, Congo Kinshasa e Congo Brazaville, etc. para citar apenas dois exemplos entre dezenas. (MUNANGA, 2003, p.12)

Conforme a distribuição geográfica e sua relação com a etnografia, Munanga (2003, p.14) afirma que “não existe uma única cultura branca e uma única cultura negra e que regionalmente podemos distinguir diversas culturas no Brasil”, e acrescenta:

neste sentido, os afro-baianos produzem no campo da religiosidade, da música, da culinária, da dança, das artes plásticas, etc. uma cultura diferente dos afro-mineiros, dos afro-maranhenses e dos negros cariocas. As comunidades quilombolas ou remanescentes dos quilombos, apesar de terem alguns problemas comuns, apresentam também histórias, culturas e religiões diferentes. (MUNANGA, 2003, p.14-15)

Contudo, estas culturas regionais brasileiras são frutos da resistência negra, que ocorreu de diversas formas, o que apresentaremos a seguir, focando na Bahia, obviamente.

3.2 Resistência, Insurreições e Levantes negras

Na investigação acerca da origem étnica dos africanos em Salvador-Bahia, seguimos a descoberta do autor Ott *apud* Reginaldo (2011), que foi o Livro de Óbitos de Escravos da Santa Casa de Misericórdia de Salvador. Os dados levantados pelo referido autor estão apresentados na Tabela 1:

Tabela 1 - Origem dos escravos africanos falecidos na Cidade de Salvador (1741-1799):

Origem dos escravos africanos falecidos na Cidade de Salvador (1741-1799)¹³⁶

Sudanêses	N.º	Bantos	N.º
Jéje	1399	Angola	7992
Nagô	385	Benguela	2451
Mina	6244	Cabinda	01
Gentio da Costa	388	Congos	30
Gentio da Guiné	11	Muxicongo	02
Aussá	03	Gabão	18
Arda	01	Moçambiques	270
Benin	07	Mbunda	01
Calabar	07	São Tomé (Sic)	51
Cabo Verde	10		
Fulani	01		
Tapa	06		
Ilha do Príncipe	06		
Total	8481	Total	10816

Fonte: Livros de óbito da Santa Casa de Misericórdia de Salvador Apud Carlos Ott. Formação e Evolução Étnica da Cidade do Salvador. Salvador, Prefeitura Municipal de Salvador, p. 59-61.

Fonte: REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários de Angola: Irmandades de Africanos e Crioulos na Bahia Setecentista.** São Paulo: Alameda, 2011.

Analisando os dados Reginaldo pontua que:

caso os dados estejam mais concentrados nas primeiras décadas, é possível sugerir que eles sejam reflexos do tráfico do século XVII, o que explicaria a maioria centro-africana, ao lado de uma marcante presença dos mina, bem como os sinais evidentes de um primeiro movimento de entrada jejes e nagôs na Bahia (REGINALDO, 2011, p. 301).

Sem relegar as heranças jêjê e nagô na cultura afrobaiana, se faz necessário anunciar também a herança banto na constituição da nossa cultura, portanto é importante destacar o maior número de bantos na tabela acima, isto no final do século XVIII.

Reginaldo expõe as Irmandades de africanos e de crioulos na Bahia, e nos apresenta a Tabela 2, em que podemos comparar os números em relação às etnias que foram trazidas nas últimas levas de escravos que chegaram à região:

Tabela 2 - Grupos Étnicos na Irmandade do Rosário das Portas do Carmo (1798-1865):

Nação ou Origem	Números absolutos	%
Angola	35	13,73
Crioulo	84	32,94
Jeje	97	38,04
Mina	16	6,27
Benguela	09	3,53
Da Costa	04	1,57
Moçambique	01	0,39
Nagô	09	3,53
TOTAL	255	100

Fonte: REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários de Angola: Irmandades de Africanos e Crioulos na Bahia Setecentista.** São Paulo: Alameda, 2011.

A autora pondera:

[...] chama atenção a diminuição na porcentagem de angolas e o crescimento na de jejes, Este fenômeno reflete, com certeza, o contexto do tráfico africano para Bahia que, desde as primeiras décadas do século XVIII, voltava-se cada vez mais para os portos da África Ocidental, em detrimento da África Central (REGINALDO, 2011, p.348).

As Irmandades de africanos e crioulos na Bahia tiveram importante papel na busca pelo fim da escravidão, afinal os negros, mesmo livres, não tinham o direito à cidadania plena, sendo permitido somente se associarem às organizações religiosas. Assim, nestas organizações efetuavam a compra de cartas de alforrias para os negros escravizados, prestavam assistência aos familiares, promoviam políticas abolicionistas e participavam das lutas e revoltas viventes no período. Sobre isto Oliveira acrescenta:

a adaptação consistiu em encontrar na sociedade brasileira brechas onde os valores africanos poderiam subsistir. As brechas, como eu chamo [...],

seriam sobretudo os espaços dos cultos religiosos, como vimos a pouco, e também espaços sociais como as organizações de negros detentores de um saber profissional especializado (artesãos, sapateiros, etc.), os folguedos de domingo, enfim, lugares sociais onde os negros podiam manter vivas suas tradições, ainda que readaptadas. (OLIVEIRA, 2007, p. 116)

Segue Tabela 3 com dados sobre as Irmandades em Salvador, no século XVIII:

Tabela 3 – Irmandades de Pretos na cidade de Salvador – Século XVIII:

Irmandades de Pretos na cidade do Salvador – Século XVIII⁷¹

Freguesias	Irmandades
São Salvador da Sé	Bom Jesus da Ressurreição; São Benedito; Santa Ifigênia
Nossa Senhora da Vitória	Nossa Senhora do Rosário dos Pretos
Nossa Senhora da Conceição da Praia	Nossa Senhora do Rosário dos Pretos; São Benedito; Senhor Bom Jesus da Redenção
Santo Antonio Além do Carmo	Nossa Senhora do Rosário dos Pretos
São Pedro	Nossa Senhora do Rosário dos Pretos; Santo Antonio de Categeró; Santo Rei Baltazar
Senhora Santana	Nossa Senhora do Rosário dos Pretos
Santíssimo Sacramento da Rua do Passo	Nossa Senhora do Rosário dos Pretos; Senhor Bom Jesus dos Martírios
Nossa Senhora da Penha de França de Itapagipe	Nossa Senhora do Rosário dos Pretos; São Benedito

Fonte: REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários de Angola:** Irmandades de Africanos e Crioulos na Bahia Setecentista. São Paulo: Alameda, 2011.

Moura (1959, p. 133) nos apresenta que “[...] as relações escravistas determinavam todo o conjunto da sociedade baiana na época. Pelo simples peso específico dos escravos no conjunto da população poderemos deduzir isso [...]”. O autor adverte que no ano de 1824 “[...] numa população de 858.000 habitantes havia 524.000 escravos”. Obviamente os escravos estavam em maior numero, entretanto eram considerados indignos e se constituíam em mercadoria que servia à estrutura econômica, ou seja, precisavam de estratégias na busca pela mudança daquela realidade, no qual o sincretismo e as Irmandades se configuravam em uma delas. O sincretismo beneficiou vastamente a análise dos autores, como Nina Rodrigues, que

buscavam criar escalas valorativas entre as etnias negras e sua relação com a “civilização européia-branca” como atesta Oliveira:

ocorre que Nina Rodrigues não se “ilude” com os negros, pois, como já demonstrei, basta ser negro para ser inferior ao branco. Há, porém, negros melhores que outros. Os melhores são aqueles que, ainda que preservando sua tradição, partilham, de alguma forma, da referência maior que é o catolicismo (OLIVEIRA, 2007, p. 62)

De acordo com o que apresentamos anteriormente, os haussás, chamados aqui de malês, se organizaram em levantes na Bahia, a exemplo da “reconhecida” Revolta dos Malês, em 1835. Mostramos que os malês eram da religião islâmica, avaliada por Nina Rodrigues como também superior por se assemelhar ao catolicismo, como Oliveira acrescenta:

por isso o Islã é valorizado posto que se traduz numa religião monoteísta. Já os bantos praticantes que são de religiões pautadas em deuses locais, em cultos organizados no seio das famílias e linhagens, com uma lógica atuante somente no interior do clã, são tidos como fetichistas primitivos. (OLIVEIRA, 2007, p. 63)

Referente aos levantes dos escravos, conveniente informar que os primeiros anúncios publicitários brasileiros foram dos senhores oferecendo seus escravos, de acordo com as palavras de Carvalho (2000, p. 203) “são anúncios oferecendo escravos negros para vender ou para alugar seus serviços [...]”. A condição de escravo dos negros, sendo propriedades dos seus donos, lhes propiciava tal situação, porém, após a Lei Eusébio de Queiróz os negros eram anunciados somente quando fugiam, oferecendo-se recompensas àqueles que os capturassem.

Para deslegitimar a organização dos escravos na Bahia, que começaram desde a terceira década do século XVII, a classe senhorial criou em 1653 o cargo de Capitão-mor, com a função de vigiar as estradas, desarticulando os grupos que se rebelavam, e sobre isto temos as palavras de Moura:

[...] no pólo senhorial criaram-se vários mecanismos de defesa contra esses levantes e fugas, mecanismos que vão da estruturação de uma legislação repressiva violenta à criação de milícias, capitães-do-mato e ao estabelecimento de todo um arsenal de instrumentos de tortura (MOURA, 1981, p.41).

Considerando que “[...] a violência também é uma categoria econômica [...]”, de acordo com Moura (1981, p. 8), é indispensável evidenciar como os escravos reagiam diante da situação em que se encontravam, salientando que as insurreições

tiveram um “[...] significado global como elemento de desgaste econômico, social e psicológico do escravismo.”, como assegura Moura (1981, p. 12).

Para explicar as rebeliões escravas baianas, Reis e Gomes esclarecem que várias vertentes são colocadas: religião, política, conjuntura ou étnica, e assegura:

alguns autores argumentaram que o momento das rebeliões – em meio à longa “Revolução Atlântica” (1776-1840) e especificamente à inquietação política associada à independência brasileira (1822) – não foi de maneira alguma accidental e que as rebeliões devem ser consideradas sob esse ângulo (REIS;GOMES, 1996, p. 374).

Os autores ainda acrescentam que:

[...] à medida que o número de africanos na Bahia inchou e, especialmente, o número de rebeliões cresceu, as autoridades coloniais e os senhores buscaram cada vez mais restringir, controlar ou eliminar as expressões culturais que unissem os escravos, especialmente aquelas abertamente africanas. Os senhores queixavam-se de eleições de “reis” por escravos e libertos durante festas religiosas, vendo nelas atos políticos. Os candomblés se tornaram problema policial, suas casas de culto sendo invadidas em Cachoeira, em 1785, e em Salvador, em 1829. (REIS;GOMES, 1996, p. 388)

A organização dos escravos, ao longo dos anos, se dava, inclusive, entre cidades diferentes, como afirma Moura (1959, p. 156): “os negros de Santo Amaro, de Itaparica e de outros pontos vinham reunir-se aos da Cidade do Salvador para discutirem em conjunto os detalhes mais importantes do movimento”. Quanto às punições sofridas pelos escravos, Moura (1959, p. 160) explica como os mesmos morriam: “[...] uns em combate ou afogados, outros nas prisões, vítimas de tétano e dos maus tratos, além dos que foram condenados à morte e executados”.

Neste contexto os escravos se organizavam em quilombos, onde se mantinham em comunidade e articulavam levantes e insurreições agregando também outros marginalizados da sociedade no período, como os índios. Portanto, abordaremos os quilombos com mais acuidade a seguir.

3.2.1 Os Quilombos

No sistema colonial e escravocrata brasileiro, os quilombos se configuraram como espaços de resistência e combate pela população negra escravizada, entretanto se tornaram também ambientes de manutenção de suas origens e cultura, a exemplo dos cultos africanos, como no Quilombo do Urubu (século XIX) que tinha

como centro diretor do movimento uma Casa de Candomblé. Sobre isto Araújo (2003, p.4) afirma que os Terreiros de Candomblé se constituem como “[...] refúgio da herança cultural da escravidão é o núcleo da identidade negra baiana”. Inclusive, durante os tempos de opressão, a exemplo da ditadura militar, os Terreiros acolheram políticos e ativistas, ligados à religião, que precisavam se esconder da opressão. (OLIVEIRA, 2007)

Devido à repressão que sofreram, os Terreiros de Candomblé ficavam escondidos para não serem alvos de perseguição policial, e resistiram. Esta “resistência cultural” se deve à:

[...] força da memória coletiva africana. Esta, como um poder supra-natural, teria impelido os negros a forjarem novas estruturas sociais para que os valores africanos, preservados na memória coletiva, se perpetuassem na nova terra. Tem-se início o período de criação. (OLIVEIRA, 2007, p. 117)

Sobre isto, Araújo declara:

[...] a honra dos negros brasileiros seria sua africanidade, porque o colono negro tinha trazido para o Brasil todas as virtudes do trabalho, da disciplina, da sociabilidade, da espiritualidade, da força civilizatória (ARAÚJO, 2003, p.69).

Araújo ainda afirma que:

o único refúgio dos movimentos negros na Bahia para afirmação de sua identidade, para além da sua herança da sociedade escravista da Bahia, é a tradição africana, guardada com cuidado pelas comunidades religiosas do Candomblé (ARAÚJO, 2003, p.69).

No contexto hostil colonial, as mulheres negras escravizadas foram responsáveis pela formação da família e das nacionalidades baianas e brasileiras, pois estavam comprometidas com a relação entre o Brasil e a África, sendo as mães dos negros escravizados nascidos aqui, mantendo a tradição da oralidade nos Terreiros de Candomblé, conservando a culinária africana, entre outros fatores, o que lhes confere o papel de socializadora, como nos apresenta Pessoa de Castro:

na intimidade desse contexto histórico, o isolamento social e territorial em que foi mantida a colônia pelo monopólio do comércio externo brasileiro feito por Portugal até 1808 condicionou um ambiente de vida de aspecto conservador e de tendência niveladora, mas aberto à aceitação de aportes culturais mútuos e de interesses comuns. Aqui, destacam-se a atuação socializadora da mulher negra no seio da família colonial e o processo de socialização lingüística exercido pelos negros ladinos junto à escravatura (PESSOA DE CASTRO, 1990).

Acerca dos interesses comuns que se configuravam na colônia brasileira, como apresentado acima por Pessoa de Castro, Pedreira apresenta um fato, do século XVI, influente na existência e permanência dos futuros quilombos aqui no Brasil, e que nos mostra como perdurou os referidos interesses coloniais e comerciais:

ALMEIDA PRADO, em “A Bahia e as Capitâneas do Centro do Brasil” denuncia que, no governo de Manuel Telles Barreto (1583), “certos fazendeiros, na ânsia de arrebanhar trabalhadores por meios escusos”, impediram a Cosme Rangel (depois Governador Interino), “de continuar a expedição que iniciara”, quando ainda Ouvidor Geral da administração precedente de Luis de Brito e Almeida, contra os “quilombos da região baiana”, o que “propiciou o aumento dos redutos de antigos escravos, a ponto de se tornarem, nas administrações ulteriores, outro gravíssimo problema a se ajuntar ao dos índios hostis” (PEDREIRA, 2007, p. 147).

Esta afirmação nos mostra que os índios também atuavam junto com os negros nos quilombos, como demonstra Moura (1959, p. 109), ao asseverar que: “em 1709, Dias da Costa era provido da patente de Capitão-mor ‘a fim de extinguir os mocambos, aprisionar os negros e reduzir os índios Maracazes, Cacurus e Caboclos [...]’”.

Pedreira descreve a penalidade conferida aos negros, anunciada pelo “Senado da Câmara de Salvador em 11 de abril de 1629”, em que os quilombos eram chamados de mocambos:

os negros dos mocambos que se tomaram e os que doravante forem tomados, pelos danos que se seguem de tornarem a fugir e levarem consigo os negros dos vizinhos, mandarão que todos os negros que vierem presos sejam marcados no rosto com um ferro, para assim serem conhecidos, e os seus donos farão um Termo de os botarem fora da terra dentro em quatro meses, e fugindo novamente, não mais terão direito neles, e perderão em caso de tornarem ser presos nos mocambos, cabendo a metade do negro para quem os tomar, dando-lhe a Câmara o seu prêmio (PEDREIRA, 1973, p. 79).

É preciso destacar a violência com que os negros eram “punidos”.

A circular nº 29 do Ministério da Fazenda, de 13 de maio de 1891, autorizou a queima de arquivos referentes ao período escravocrata, através do decreto feito pelo então Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, em 14 de dezembro de 1890. Em vista disto, podemos imaginar os inúmeros documentos que foram apagados da nossa história, entretanto, as pesquisas de Moura, Pedreira, Reis, entre tantas outras, revelaram “[...] a verdade histórica a que nenhum povo pode se furtar e não se deve procurar iludir”, como ironicamente afirma Nina Rodrigues (2008, p. 35). Desta forma, Pedreira nos apresenta que:

antes da terceira década do século XVII eram conhecidos na Bahia os primeiros núcleos de negros escravos fugidos, pois em 1629, no lugar conhecido como Rio Vermelho (um dos atuais bairros da Capital) se havia constatado um “quilombo”, cuja destruição ocorreu em 1642 por ordem do governo da Capitania (PEDREIRA, 1973, p.77).

Moura (1987, p. 86) assevera que: “nesse contexto, duas alternativas apavoravam os senhores de escravos: ‘o fantasma do comunismo’ que assolava na Europa e a junção dos colonos oprimidos com os quilombolas”. O autor ainda acresce que:

o que não se pode negar é o pavor da classe senhorial ao presentir qualquer movimento que significasse mudança social na estrutura da sociedade escravista. Convém notar que o Manifesto comunista de Marx e Engels foi publicado em 1848 [...] “fantasma do comunismo” e a possibilidade desse perigo unir-se às lutas dos quilombolas no Brasil (MOURA, 1987, p. 87)

Importante destacar a afirmação de Reis e Gomes, de que:

[...] muitos desses quilombos não estavam longe dos núcleos populacionais, as cidades e os engenhos, e sobreviviam de ataques e do comércio com populações vizinhas. No início do século XIX, os quilombos suburbanos – no Cabula, Matatu ou Itapoan, nas imediações de Salvador – estavam cada vez mais integrados à vida da escravidão urbana, talvez mesmo servindo, às vezes, como destinação de fugas temporárias, centros de assistência e descanso para os escravos urbanos. [...] e o isolamento relativo dos quilombos dava aos africanos a chance de manterem uma certa autonomia cultural, que suprimia a prática das religiões africanas. O quilombo do Urubu, destruído em 1826, abrigava um candomblé. [...] Após a destruição de um quilombo, quase invariavelmente alguns dos fugitivos evitavam ser capturados e estabeleciam outro quilombo, para serem logo procurados por novos quilombolas, numa espécie de dialética da resistência escrava [...] (REIS;GOMES, 1996, p. 377)

Pedreira (1973, p. 79) acrescenta que: “outros ‘quilombos’ deram trabalho ao governo da colônia, dentre eles os de Orobó, Tupim e Andaraí, ‘Buraco do Tatu’, Nossa Senhora dos Mares e Cabula”. Em relação à organização dos mesmos, Moura afirma que:

[...] aparentemente o quilombo era um grupo defensivo. No entanto, em determinados momentos, tinha necessidade de atacar a fim de conseguir artigos e objetos sem os quais não poderia sobreviver. [...] Convém notar, porém, que o quilombo, além de não ser completamente defensivo, nunca foi, também, uma organização isolada. Para o seu núcleo convergiam elementos igualmente oprimidos na sociedade escravista: fugitivos do serviço militar, criminosos, índios, mulatos e negros marginalizados. (MOURA, 1981,p. 18)

Durante a primeira metade do século XIX aconteceram as mais importantes revoltas dos escravos na Bahia, com a organização dos quilombos. Segundo

afirmação de Moura (1981, p. 11), os quilombos se configuraram em “[...] movimentos que deram dinamismo, por negação ao sistema, praticados pelos próprios escravos”. Para ilustrarmos os quilombos existentes em Salvador, nos séculos XVIII e XIX, segue Figura 1:

Figura 1 – Quilombos da Cidade do Salvador nos século XVIII e XIX:

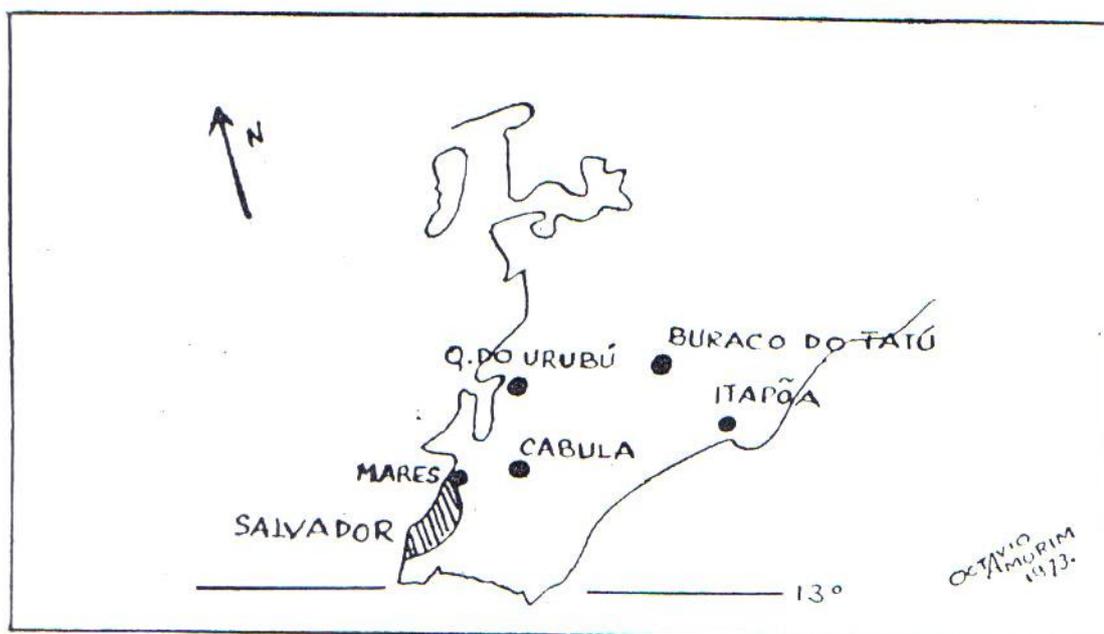


Fig. 2 — Quilombos da Cidade do Salvador nos séculos XVIII e XIX

Fonte: PEDREIRA, Pedro Tomas. **Os Quilombos Brasileiros**. BA: Departamento de Cultura da SMEC, Prefeitura Municipal de Salvador, 1973.

Como apresentado no mapa, o Quilombo Cabula foi importante no início do século XIX, o que necessita abordagem mais detalhada em vista do recorte de pesquisa, portanto, seguiremos a ele.

3.2.1.1 Quilombo Cabula e sua relação com o Negro Beiru

O Negro Beiru chegou ao Brasil no século XIX e viveu em um pedaço de fazenda conhecido como Capoeirão, onde, atualmente, podemos situar do Largo da Jaqueira, no Cabula, até o bairro da Engomadeira, no qual tinha um rio onde as negras engomavam as roupas dos patrões. Esse espaço se configurava como um

lugar de combate e resistência negra e era parte do Quilombo Cabula, desterritorializado em 1807. (NUNES, 2008)

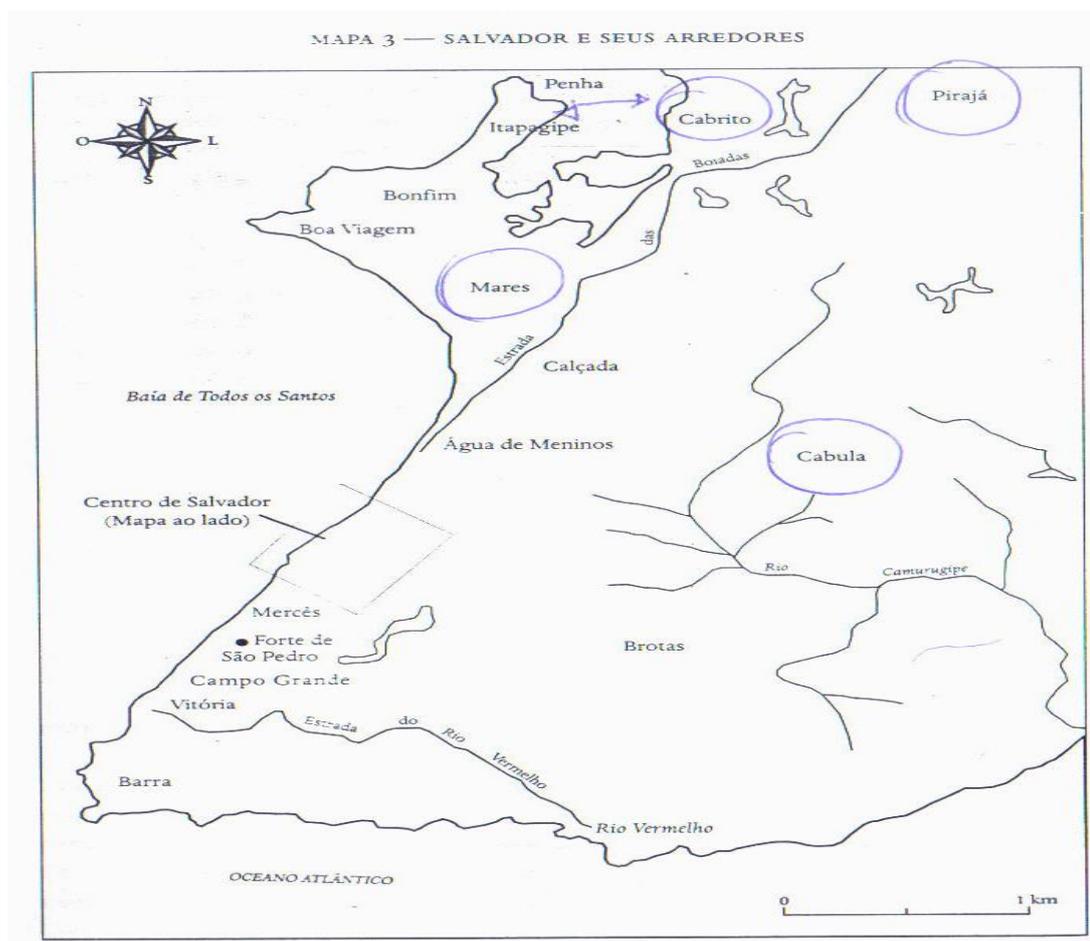
Os bairros que compreendem o antigo Quilombo Cabula, conforme entendimentos mantidos com as comunidades, através das Rodas de Conversas realizadas pelo projeto Turismo de Base Comunitária na Região do Cabula e Entorno são: Cabula, Engomadeira, Beiru/Tancredo Neves, São Gonçalo do Retiro, Saboeiro, Mata Escura, Arraial do Retiro, Sussuarana, Pernambués, Saramandaia, Narandiba, Dorón, Resgate, Estrada das Barreiras e Arenoso, e se caracterizavam, originalmente, como regiões rurais com plantações de laranjas (LIMA, 2010). Sobre esta região, Lima comenta:

[...] essas terras foram, por volta do século XVI, doadas a Antônio de Ataíde e posteriormente arrendadas ao senhor Natal Cascão, que construiu a capela de Nossa Senhora do Resgate, atualmente conhecida como Igreja da Assunção. Nascia então um pequeno povoado a partir da ocupação nos arredores dessa igreja (LIMA, 2010, p. 35).

Um documento oficial sobre o referido Quilombo Cabula é escrito pelo Governador Conde Da Ponte, em 7 de abril de 1807 ao Ministro de Marinha e Ultramar, Visconde de Anadia, relatando o ataque e a extinção do mesmo. Pedreira (1973) faz toda a transcrição do documento, onde o original se encontra no Museu da Marinha e Ultramar em Lisboa – Portugal, com uma cópia no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, segue trecho:

mandei chamar no dia 29 de março deste ano com o disfarce e cautela necessária o Capitão-mor de Entradas e Assaltos do Termo desta Cidade Severino Lessa, com firmeza lhe protestei que me ficava desde aquela hora responsável pela dispersão de tais quilombos, para a qual diligência lhe prestaria todo o auxilio que me requeresse; não pense V. Excia. que ele deixasse de tremer ao ouvir esta minha resolução, e nada mais me respondeu, que partia a executá-la, mas que ficava perdido. No dia 30 de me requereu 80 homens da Tropa de Linha escolhidos, e bem municados, e com os Oficiais de mato e cabos da polícia que lhe pareceram capazes, se cercaram várias destas casas e arraiais na distância de duas léguas desta Cidade para os sítios que se denominaram Nossa Senhora dos Mares e Cabula, e com a fortuna de apreenderem setenta e oito pessoas destes agregados, uns escravos, outros forros, e dois dos principais cabeças; houve alguma resistência e pequenos ferimentos, mas nada que mereça mais atenção (PEDREIRA, 1973, p. 136)

A localização geográfica do Quilombo do Cabula era um fator que, obviamente, dificultava o acesso por parte dos Chefes de Polícia e suas tropas, visto que estava bem afastado do litoral da cidade, onde estavam concentrados o comércio e as sedes oficiais do governo. No Mapa 6 podemos ter uma ideia desta realidade:

Mapa 2 – Salvador e seus arredores:

Fonte: REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil:** a história do levante dos malês em 1835. Edição revista e ampliada. SP: Companhia das Letras, 2003.

Este fato é importante no entendimento da conformação das denominadas periferias da cidade. O que denuncia que em uma das principais Províncias do Império se conformavam vários levantes contra o sistema escravocrata.

Na busca pela história do bairro Beiru/Tancredo Neves tivemos acesso, através de um informativo sobre o bairro, à Certidão de Fazenda, ao Registro de Imóveis e Hipotecas e ao Registro de Cartório da Marquesa de Niza, documentos importantes no conhecimento acerca do bairro. No informativo se afirma:

a Marquesa de Niza, como consta nas escrituras, era dona dessas terras, ponto que necessita de mais pesquisas, fala a professora Norma Ribeiro. O nome Beiru carrega uma história importante para o bairro. Beiru foi um escravo da fazenda Campo Seco, conhecido por Preto Beiru, cujo nome em ioruba, sua língua nativa, se escreve GBEIRU.

Em 1845, ele ganhou parte desta fazenda que pertencia à família Silva Garcia. Ele pôde, então, formar um quilombo. [...]

Preto Beiru nasceu em Oió, uma cidade da Nigéria, país africano, segundo está registrado na escritura das terras que recebeu da família Silva Garcia. (ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CARNAVALESCA MUNDO NEGRO, 2007, p. 14)

O referido informativo intitulado Beiru foi organizado pela Associação Comunitária e Carnavalesca Mundo Negro, do próprio bairro, com apoios: da Fundação Pedro Calmon; da Universidade do Estado da Bahia (UNEB); da Universidade Federal da Bahia (UFBA); e da Associação Nacional dos Advogados Afrodescendentes (ANAAAD), sendo então publicado em novembro de 2007.

O Quilombo Cabula, pela historiografia oficial apresentada anteriormente, foi destruído em 1807, portanto, pode ser que o Negro Beiru tenha vivido nestas terras no período descrito, inclusive, consta na memória coletiva da comunidade que o mesmo desembarcou neste território entre 1800 e 1820, e, como descrito na citação anterior, ganhou parte da fazenda em 1845. Existem duas possibilidades que justificam a doação dessas terras, uma de que ele foi um servo que, através do trabalho, foi ganhando a confiança de seus donos, e a segunda de que ele era capataz da família Hélio Silva Garcia. Contudo, existe uma relação entre o referido quilombo e este personagem histórico, afinal na criação de territórios de resistência os negros africanos escravizados sabiam preservar a herança de suas histórias de levantes contra a perversidade da escravidão, que se fez cultivada e passada de geração em geração, como explicado abaixo:

os africanos escravizados em Salvador criaram um território próprio de resistência ao poder dos donos das fazendas, cujos limites ainda são desconhecidos, o Quilombo Cabula. Atualmente, todos esses bairros juntos continuam sendo uma área de grande concentração de negros. Hoje, podemos chamá-los de quilombos urbanos, áreas que preservam muita coisa herdada daqueles guerreiros africanos. (ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CARNAVALESCA MUNDO NEGRO, 2007, p. 15)

É possível que, mesmo de forma individual, os negros escravizados tenham buscado alguma resistência ao sistema escravista, como pontua Reis:

mas é também hora de dizer com todas as letras que a maioria dos escravos, inclusive entre haussás e nagôs, já desde muito havia optado por outros meios de resistência diferentes da sublevação coletiva. Durante aqueles anos de divisão entre os baianos, alguns até buscaram explorar vantagens pessoais dentro e fora dos movimentos dos livres. A partir de agora as fugas, a desobediência, a ousadia individual, a resistência cultural, antes concomitante substituiriam a revolta coletiva. Não obstante resgatar uma tradição rebelde específica, o levante de 1835 seria quase um acidente num percurso mais calmo que prevaleceria até o fim da escravidão (REIS, 2003, p. 121)

Apesar do Quilombo do Cabula ter sido extinto em 1807, Reis mostra que em 1828 aconteceram alguns combates nestes territórios, segue abaixo:

em 12 de março, em Itapuã, escravos fugidos da capital e de engenhos vizinhos atacaram e incendiaram as armações de pesca de Lourenço Herculano e Manoel Ignácio da Cunha Menezes, este último vítima recorrente da rebeldia negra. Alguns escravos novos de Herculano se juntaram aos rebeldes, mas os ladinos de Manoel Ignácio recusaram a segui-los. De Itapuã, os insurgentes rumaram na direção de Pirajá queimando canaviais e saqueando casas, mas não conseguiram lá chegar, sendo barrados em Engomadeira por patrulhas já mobilizadas pelo governo. Na sequência, verificou-se um encontro sangrento, mas os soldados prevaleceram por terem recebido a tempo reforços de tropas da polícia. Oito praças foram feridos e vinte insurgidos mortos antes que a situação pudesse ser controlada. (REIS, 2003, p. 109)

Presume-se que o Negro Beiru tinha conhecimento da existência desta situação descrita, e pode ter usado suas estratégias pessoais em busca de uma vida mais digna dentro do sistema escravocrata, através da aliança com os senhores das terras em que trabalhava, por exemplo. Enfim, são hipóteses que podem explicar a permanência do seu nome nesta localidade.

No sistema colonial e escravocrata brasileiro, a presença de comunidades quilombolas na região dos bairros Cabula – Beiru contribuiu para a concentração de Terreiros de Candomblé, e estima-se que exista atualmente em torno de 89 terreiros nesta localidade. A permanência deste legado pode ser explicada, conforme Oliveira:

é preciso insistir no seguinte: os negros viviam como escravos numa sociedade onde o padrão social e religioso era o dos brancos.[...] Ora, os negros (escravos ou libertos) não viviam isolados, fora da sociedade envolvente. Pelo contrário, interagem com ela, sendo visivelmente, de um lado, o esteio econômico da sociedade escravocrata e invisivelmente, por outro lado, estabelecia inúmeras trocas culturais que deixaram um legado cultural absolutamente rico para a sociedade brasileira. Essa interação, repleta de conflitos e negociações, é a responsável pelo sincretismo entre os orixás, inquices e voduns (divindades genéricas dos iorubás, bantos e fons) com os santos do catolicismo popular que reinava no Brasil. (OLIVEIRA, 2007, p. 163)

Sobre isto, Oliveira traz a ideologia perpetrada por Nina Rodrigues:

se de um lado temos a religião dos iorubás, sofisticada e complexa, que se traduz historicamente no candomblé nagô, temos, por outro lado, os bantos, que são os únicos negros, segundo Nina, que são portadores de uma “pobreza mítica reconhecida”. Tal pobreza mítica evidencia-se na cabula e nos candomblés de caboclo. (OLIVEIRA, 2007, p. 64)

Em relação aos nomes dos bairros Cabula – Beiru, vinculados à sua herança africana, cabe a assertiva de Moura:

[...] o Brasil se converteu, praticamente, em um conjunto de quilombos, uns maiores, outros menores, mas todos significativos para a compreensão da nossa história social. O quilombo [...] não foi um fenômeno esporádico. Pelo contrário, Renato Mendonça, fazendo um estudo da toponímia do Brasil, mostrou a constância de nomes de cidades, vilas, povoados, fazendas, ou simples acidentes geográficos como serras e rios, com o nome de mocambo e quilombo, fato que vem demonstrar a sua importância social e sua permanência na consciência histórica. [...] Renato Mendonça afirmou: o quilombo é uma constante histórica e sua importância social muito maior do que já foi computada pelos nossos historiadores e sociólogos. (MOURA, 1981, p. 16-17)

Se faz necessário a garantia da preservação e do (re)conhecimento sobre estas histórias e sua importância na conformação dos moradores destas localidades. Neste intento, importante destacar que em 1937 no Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, localizado no bairro São Gonçalo do Retiro, um dos quinze bairros do Quilombo Cabula, cerca de 3 mil pessoas se reuniram nas atividades ocorridas no II Congresso AfroBrasileiro, que gerou repercussão no meio acadêmico e na população em geral. Como o evento ocorreu em janeiro, necessário destacar que:

embora com a maioria dos terreiros em recesso, a Comissão executiva do Congresso, com o prestígio pessoal de dois dos seus membros, o próprio Carneiro e Aydano [...], conseguiu que os mais antigos e prestigiosos terreiros da Bahia recebessem os congressistas. (OLIVEIRA E LIMA, 1987, p. 98)

Ainda Oliveira e Lima apresentam o cronograma de visitas aos referidos terreiros:

o noticiário da época narra, com pormenores, as visitas que os congressistas fizeram, no dia 12, terça-feira, ao terreiro de Procópio, no Matatu Grande, e, no mesmo dia, ao Engenho Velho; no dia 13, quarta-feira, foram recebidos no Centro Cruz Santa do Axé do Opô Afonjá, pela mãe de santo Aninha; [...]. O Congresso encerrou-se, oficialmente, no dia 19, mas no dia 20, os congressistas visitaram, ainda, a convite especial do pai Bernardino, o terreiro do Bate Folha (OLIVEIRA E LIMA, 1987, p. 98)

A contribuição da Mãe Aninha, então mãe de santo do Ilê Axé Opô Afonjá, dentre outras, como da Mãe Menininha, do Terreiro do Gantois, e do babalaô Martiniano do Bonfim, garantiram a empatia por parte dos adeptos do candomblé ao referido congresso. Sobre isto, Oliveira e Lima (Org.) afirmam:

importante foi também a presença, no Congresso, de pais-de-santo e mães-de-santo baianos, destacando-se a do já referido Martiniano do Bonfim, e mais as de Eugênia Ana dos Santos, a famosa Aninha, do Axé do Opô Afonjá, Manoel Bernardino da Paixão, o Bernardino do Bate Folha, Manuel Vitorino dos Santos, o Manuel Falefá da Formiga que redigiram, respectivamente, para o mesmo, os seguintes trabalhos – “Notas sobre comestíveis africanos”, “Ligeira explicação sobre a nação congo” e “O mundo do religioso do negro da Bahia”. (OLIVEIRA E LIMA, 1987, p. 29)

Uma contribuição importante deste evento foi a fundação de uma entidade em defesa da liberdade de culto religioso: a União das Seitas Afro-Brasileiras da Bahia, que tinha como proposta fundamental a obtenção da liberdade religiosa. (SIQUEIRA, 2005). Obviamente que o citado II Congresso Afrobrasileiro, organizado por Edson Carneiro e Aydano do Couto Ferraz, assim como o I Congresso Afrobrasileiro, realizado em 1934 no Recife, organizado por Gilberto Freyre e Ulisses Pernambuco, contribuíram para que os cultos religiosos fossem respeitados, contudo ainda hoje podemos constatar que ainda há preconceito em relação às religiões afrobrasileiras. Pertinente destacar que ambos os Congressos tiveram um caráter mais acadêmico e descritivo, onde o negro foi objeto de estudo, e não produtor de informação e conhecimento acerca de si mesmo e de sua história. (SIQUEIRA, 2005)

Trazendo aspectos atuais das comunidades remanescentes quilombolas, salientamos que, na consecução da Constituição Brasileira, em 1988, foi determinado que todos os documentos e espaços detentores de histórias quilombolas fossem tombados, sendo então assentado ao Estado o reconhecimento das terras quilombolas, conferindo a propriedade das mesmas aos seus ocupantes. Estas ações são oriundas do movimento social, em que a Convenção do Negro pela Constituinte, realizada em 1986, foi extremamente importante, haja visto que nesta foram aprovadas algumas reivindicações aos deputados eleitos, incluindo o reconhecimento e a titulação dos territórios quilombolas.

A Fundação Cultural Palmares (FCP), criada em 22 de agosto de 1988, conforme lei nº. 7.668, é a responsável pela certificação das comunidades remanescentes de quilombos existentes atualmente no Brasil. Entretanto, o critério para este reconhecimento está fundamentado no reconhecimento da comunidade enquanto tal, devendo ao grupo se auto-reconhecer enquanto oriundos de famílias de ex-escravos. A FCP oficializa o reconhecimento e desenvolve projetos de desenvolvimento junto às comunidades, de acordo com o Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação destas terras. A certidão emitida pela FCP segue em processo para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que se responsabiliza pelo levantamento territorial e estudos antropológicos para a correta delimitação e demarcação da área a ser titulada. Contudo, na prática poucas titulações de quilombos foram concedidas, apesar dos avanços nas discussões.

Os poucos municípios que possuem a titulação das comunidades remanescentes de quilombos recebem (ou deveriam receber) orçamento especial para aplicação de garantia dos serviços públicos para estas comunidades, assim como para ações em prol do desenvolvimento em saúde, educação, moradia e lazer.

Para ampliarmos a discussão, apresentaremos no próximo capítulo, aspectos da atualidade do bairro Beiru/Tancredo Neves, seguindo o intento de viabilizar a difusão do (re)conhecimento desta história, inclusive o relacionaremos ao Turismo de Base Comunitária (TBC), com a sugestão de pontos turísticos para um roteiro turístico de base comunitária no bairro, no qual será articulado a um programa de rádio comunitária livre e/ou outorgada.

4 O BAIRRO BEIRU/TANCREDO NEVES

O Beiru/Tancredo Neves é o único bairro em Salvador com o nome de um negro ex-escravizado chamado G'Beiru, conforme afirma o livro informativo sobre o bairro:

Beiru é o nome de um afro-descendente, como a maioria dos que vivem aqui.

Essas terras, após a morte do escravo, voltaram para a família de origem, já que o Preto Beiru, como era chamado, não tinha herdeiros libertos. Os Garcia, em gratidão ao seu falecido escravo, resolveram homenageá-lo, dando o nome de Beiru a sua fazenda, como se conta nas escrituras do século XIX. As terras foram então vendidas a Miguel Arcanjo, primeiro residente da área. Anos mais tarde, ele fundou um terreiro de Candomblé no local onde estava a Casa-Grande da Fazenda Beiru. A venda das terras data de 1910. (ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CARNAVALESCA MUNDO NEGRO, 2007, p. 14-15)

Este nome é significativo para os moradores, tendo em vista que, com a proposta de mudança de nome do bairro de Beiru para Tancredo Neves a comunidade se uniu em busca da afirmação deste nome, e conquistaram Beiru atrelado a Tancredo Neves. A força deste nome é evidenciada no projeto do livro informativo que tem por título Beiru e traz, inclusive, um pedido de tombamento do bairro como patrimônio imaterial, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Segundo consta nos documentos apresentados no informativo, Miguel Arcanjo morreu em 1941, deixando dois herdeiros “Caetana Angélica de Souza e Guilherme Angélica de Souza. Como herdeiro do cargo de pai-de-santo ficou o seu filho-de-santo, Manoel Jacinto” (Associação Comunitária e Carnavalesca Mundo Negro, 2007, p. 19).

No Beiru/Tancredo Neves são reunidos os aspectos do universo civilizatório africano na constituição da sua territorialidade, devido à sua especificidade histórica, pois remonta a um arquétipo ancestral, o Negro Beiru, e à preservação de muitos elementos da religiosidade afrobrasileira, oriundas dos rituais realizados nas matas do Quilombo Cabula.

As ações desenvolvidas no bairro acerca da história do Quilombo do Cabula e do Negro Beiru são resultantes de um trabalho em conjunto da comunidade, uma relação entre espaço e movimentos sociais que Santos postula:

através do entendimento desse conteúdo geográfico do cotidiano poderemos talvez, contribuir para o necessário entendimento (e, talvez, teorização) dessa relação entre espaço e movimentos sociais, enxergando na materialidade, esse componente imprescindível do espaço geográfico,

que é, ao mesmo tempo, uma condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação. Nada fazemos hoje que não seja a partir dos objetos que nos cercam (SANTOS, 2003, p. 321).

Para que a justiça territorial aconteça, toda a comunidade deve estar engajada na visibilização da história deste território.

4.1 Aspectos demográficos do Beiru/Tancredo Neves

De acordo com o IBGE (2010), o bairro possui 10.443 domicílios particulares e 50.416 habitantes, e está afastado do Centro da cidade de Salvador, onde a habitação é feita de forma desordenada, são as denominadas periferias, localidades consideradas como a “[...] segregação espacial da população [...]”, conforme Santos (2007, p. 154). O autor assevera que:

esta segregação espacial responde, por si mesma, às condições de apropriação do espaço pelas diferentes classes sociais e encontra uma de suas explicações na especulação fundiária, que é uma maneira de extrair mais-valia dos terrenos urbanos, muitas vezes valorizados por investimentos públicos (SANTOS, 2007, p.154)

O que caracteriza um “[...] processo de dominação pelo viés da dominação do espaço [...]” (Santos, 2007, p. 155), que só mudará através de “[...] uma redistribuição da renda real (Harvey, 1973) ou, retomando as palavras de B. Davies (1968), para uma justiça territorial” (Santos, 2007, p. 156).

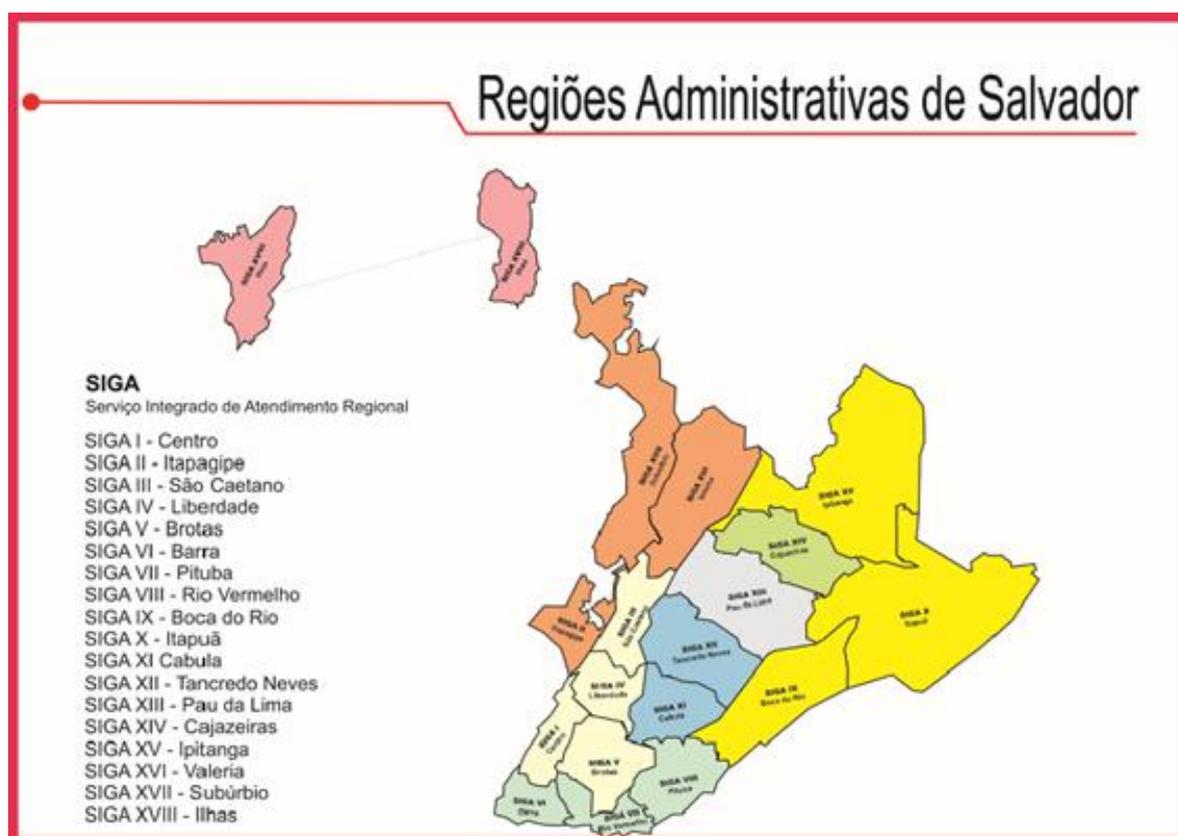
Pena nos mostra as características atuais da região do Cabula:

o Cabula constitui hoje uma área em expansão, sobretudo da classe média, pois dispõe de muitos serviços e está bem localizado geograficamente. Além de estar próximo da BR-324, da Avenida Paralela, dois dos principais eixos viários da cidade, agora está sendo construída uma via expressa, obra viária de grande impacto que ligará o Cabula a outros pontos da cidade com maior facilidade. Além disso, o Cabula possui muitas unidades educacionais, sendo outro de seus aspectos marcantes, o que faz com que muitos, de outros bairros, inclusive, busquem aí esse serviço (PENA, 2010, p. 63).

Entre as unidades educacionais, importante destacar a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) que mantém atividades de extensão com a comunidade na qual está inserida. Na década de 1970, a região do “miolo” de Salvador, como é considerada a região do Cabula, passou pelo processo de urbanização, resultando em construções de conjuntos habitacionais, a exemplo do Conjunto Arvoredo no bairro Beiru/Tancredo Neves (LIMA, 2010).

O Serviço Integrado de Atendimento Regional – SIGA, que anteriormente se chamava Administrações Regionais de Salvador, divide as regiões administrativas da cidade, conforme Figura 2, a seguir:

Figura 2 - Mapa das regiões administrativas de salvador, atual SIGA.



FONTE: Reis, Cleber. Apoio ao Planejamento - CEPAD

Portanto, são 18: I Centro, II Itapagipe, III São Caetano, IV Liberdade, V Brotas, VI Barra, VII Pituba; VIII Rio Vermelho, IX Boca do Rio, X Itapuã, XI Cabula, XII Tancredo Neves (BEIRU), XIII Pau da Lima, XIV Cajazeiras, XV Ipitanga, XVI Valéria, XVII Subúrbio e XVIII Ilhas.

O bairro Beirú/Tancredo Neves possui os seguintes limites geográficos: ao Norte limita-se com o bairro da Sussuarana; a Noroeste com bairro da Mata Escura; a Oeste limita-se com as Barreiras; a Sudoeste com Engomadeira e Cabula; a Sul limita-se com bairro da Narandiba; a Sudeste com Cabula VI; a Leste limita-se com bairro do Arenoso e Nordeste com bairro de Novo Horizonte.

Conforme história apresentada no capítulo anterior o bairro pode ser considerado remanescente de quilombo, e possui uma considerável extensão

o bairro esta inserido possui características próprias referentes à topografia, solo, clima e vegetação. Para a CONDER e a SEPLAN:

a topografia do Miolo é caracterizada por sua feição irregular, com cotas variando de 10 a 110 metros. Abriga os pontos mais altos da cidade, em espigões com topos relativamente planos (tabuleiros) e entalhados por vales profundos [...] O solo em quase todo Miolo é de constituição argilosa, razoável coesão e pouco erosível; [...] O clima é úmido e apresenta precipitações intensificadas nos meses de abril e maio, com médias pluviométricas superiores a 300mm. A temperatura máxima é, em média, de 30° C no verão e de 26° C no inverno, enquanto a mínima oscila entre 23° C no verão e 21° C no inverno.[...] Árvores de grande porte encontra-se esparsas por toda a área, tomando características de plantação de fundo de quintal,[...] A vegetação médio porte localiza-se predominantemente nas baixadas, pela umidade natural do solo, onde também a vegetação rasteira é espessa e somam-se as demais criando massas verdes consideráveis (CONDER;SEPLAN 1985, p.21).

Por conseguinte, ambientalmente o bairro tem características que podem ser observadas por turistas e/ou visitantes.

Atualmente a estrutura do bairro se configura da seguinte forma: quatro escolas públicas; uma Delegacia da Polícia Civil; o Centro de Saúde Dr. Rodrigo Argolo; Linhas de Transporte, insuficiente, de acordo com a comunidade; Saneamento Básico e Luz Elétrica, inacessível a uma parcela de moradores; Cooperativa de Velas e Sabonetes; Hipermercados; Padarias; Lojas; Restaurantes; Bancas de trabalhadores informais; Igreja Universal do Reino de Deus, a segunda maior da cidade; Praça de Esporte e Lazer, somente uma; o Centro de Integração Familiar (CEIFAR); Associações Comunitárias; Liga Desportiva Quilombo do Beiru; dentre outras instituições e grupos. Outro aspecto a ser considerado é a predominância do comércio local, com os estabelecimentos e as feiras livres.

Seguindo o intento de elencar as atividades do bairro para a consecução de roteiros turísticos alternativos que correspondem ao turismo de base comunitária, apresentaremos os conceitos sobre o TBC, visto que o bairro reúne elementos que sinalizam para esta forma de organização do turismo.

4.2 Turismo de Base Comunitária

O Estado da Bahia se caracteriza pela diversidade cultural, perceptível na nossa religiosidade, que foi constituída a partir dos cultos africanos que os negros trouxeram nos navios negreiros, absorvidos pelo sincretismo cristão, perceptível

também pela diversificada gastronomia, igualmente constituída pelas comidas que os negros faziam no tempo da escravidão, assim como pela nossa pluralidade musical e literária, pelo patrimônio arquitetônico, entre outros fatores que estabelecem um constante atrativo para os visitantes e/ou turistas.

Contudo, as contradições e desigualdades sociais se configuram com uma realidade no Estado, afinal a cultura folclórica da Bahia é lucrativa aos beneficiários diretos desta venda, e não a grande maioria da população. Inclusive, no que tange aos aspectos de infraestrutura, segurança, transporte, educação e lazer nos bairros periféricos, percebemos o descaso em detrimento de melhores serviços nos bairros que compõem o referido roteiro turístico. Os bairros periféricos estão fora do roteiro turístico convencional, que movimenta muito dinheiro em todo o Estado, e a maioria da população sequer tem acesso aos bens culturais promovidos pela indústria do turismo na Bahia.

Diante destes aspectos, o Turismo de Base Comunitária (TBC), com origem no espaço rural, é uma prática ainda iniciante e desconhecida, e busca incentivar o desenvolvimento social e econômico do local, incluindo aspectos ambientais, culturais, sociais e políticos que não são contemplados no turismo convencional, pois trabalha com um conjunto de dimensões, formando redes de auto-organização da comunidade em prol de seu desenvolvimento. Valorizando a cultura local e contribuindo para a preservação e o desenvolvimento da localidade, no TBC o protagonismo é da população local, o que fortalece as associações e cooperativas, viabilizando assim projetos comunitários.

Seguindo a dinâmica capitalista vigente, o desenvolvimento considera apenas os aspectos e impactos econômicos da atividade turística, apesar de abranger aspectos culturais, políticos, ambientais dentre outros, e relega a sustentabilidade, por exemplo, almejada e necessária numa aplicação de atividade turística que não pretenda entrar em processo de autofagia e pasteurização dos produtos turísticos.

Os princípios seguidos pela Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário – REDETURISOL, e suas filiadas e parceiras, tangenciam o produto ou atração turística como o modo de vida da comunidade. A participação da comunidade se dá como proprietária, autogestora, enfim, empreendedora das organizações turísticas, complementadas por outras atividades econômicas já praticadas, e a distribuição do capital deverá ser justa, com transparência no uso dos

recursos. Desta forma, a cadeia de valor é focada no desenvolvimento da comunidade como um todo, assim os elos da cadeia contribuem para a organização e normatização, com regras e padrões estabelecidos entre todos os envolvidos.

Em relação às questões de infraestrutura e ambiental, o Turismo de Base Comunitária pode auxiliar na resolução de questões fundiárias, respeitando a conservação e sustentabilidade ambiental. Deve-se considerar também o patrimônio material e imaterial, natural e construído pela comunidade, incluindo os saberes e fazeres locais, como a gastronomia, os artesanatos, a contação de histórias e estórias, música, teatro, artes plásticas, entre outros.

4.2.1 Caminhos para o Turismo de Base Comunitária no Beiru

Para a criação de um roteiro turístico de base comunitária no Beiru/Tancredo Neves, ou em qualquer outra localidade, se faz necessário um planejamento, que deve ser feito considerando as diversas áreas que o compõe, para que todas possam conviver harmoniosamente. Em vista disso, o planejamento deve ser encarado sob dois prismas, o primeiro como ação social, visto que é direcionado para a comunidade; o segundo de forma racional, uma vez que é um processo que tende a estabelecer-se afirmando uma série de decisões com alto grau de racionalização.

Acompanhando a proposta de disseminação do turismo em bairros, como pretendido pelo Projeto TBC na região do Cabula e entorno, foi desenvolvida pela equipe do projeto uma metodologia participativa de mapeamento turístico, através da adoção das Rodas de Conversa para levantamento de dados e informações.

O contexto socioeconômico do bairro do Cabula e entorno inclusive o bairro Beiru/Tancredo Neves, é fortemente marcado por uma população afrodescendente, predominantemente pobre, economicamente, e carente de ações de políticas públicas. Contudo, a população local:

[...] está ancorada na experiência negro-africana em solo brasileiro, que mantém e atualiza sua forma cultura seja na capoeira angola, no candomblé tradicional, na economia popular das favelas, etc. (OLIVEIRA, 2007, P.38)

Entretanto, a particularidade marcadamente negra na região possibilita o seu protagonismo no intento de buscar desenvolvimento para o local. Portanto, deve-se considerar a ancestralidade, conforme definição de Oliveira (2007, 64), como uma: “[...] categoria analítica que contribui para a produção de sentidos e para a experiência ética”, visto que:

a ética da ancestralidade é comunitarista e compreende perfeitamente que a comunidade não é uma abstração conceitual, nem utópica, mas uma realidade da maior importância para o exercício da vida plena e da cidadania (Somé, 2003). Parte-se da África inventada no Brasil que é o lugar daqueles que sobrevivem por um motivo simples: não se deixaram converter em indivíduos, e mantiveram-se comunidades (Oliveira, 2007). Não fosse isso, teríamos desaparecido, enquanto experiência de resistência, permanência e consistência da face da Terra. (OLIVEIRA, 2007, P. 64)

A comunidade é entendida como a população local, constituída dos que vivem, residem, resistem e, historicamente, têm um sentimento de pertença ao local.

A metodologia do Projeto TBC na região do Cabula e entorno contemplou o caráter de pesquisa e extensão do mesmo, onde conhecimentos acadêmicos e comunitários se confluíram para o entendimento da dinâmica comunitária e da sua potencialidade turística. As atividades e reflexões nos levaram a dividir a atividade em dois momentos:

1] dedicado ao diagnóstico por meio de pesquisa em órgãos públicos, sites, bibliotecas e arquivos públicos, com o intuito de coletar o máximo de informações possíveis a respeito dos bairros contemplados pelo projeto. Essas informações dizem respeito à infraestrutura; taxas de natalidade; saneamento básico; taxas de emprego; habitação; disposição de serviços básicos, tais como posto médico, escolas; associações de bairro; limpeza e higienização das vias públicas; vias de acesso; transporte; dentre outros. A coleta destes dados em pesquisa de gabinete reduziu tempo e custos, necessário para a aplicação de formulários. Obviamente que alguns órgãos públicos apresentaram resistência no atendimento dos pesquisadores e divulgação das informações requeridas, porém conseguimos obter os dados necessários à “inventariação” turística.

2] realização de Rodas de Conversa e construção de roteiros com e nas comunidades. Essa atividade foi feita com a participação de diversos segmentos da comunidade como: artesãos; líderes comunitários; cozinheiras; crianças; adultos; idosos, importantes guardiões das histórias locais e do patrimônio comunitário;

professores; dentre outros. O processo se deu por meio de conversa inicial com a comunidade a respeito do entendimento da mesma a respeito da atividade turística, então partimos para ouvirmos as experiências da comunidade com o turismo e os relatos do cotidiano. Na sequência, a equipe apresentou o projeto TBC Cabula, fez a ligação dos conteúdos e das práticas acadêmicas com o cotidiano dos envolvidos na roda de conversa. E por fim, seguimos para a elaboração de roteiros turísticos, elegendo os pontos potencialmente atrativos na comunidade. Neste âmbito, o sentido de atrativo turístico, patrimônio cultural e identidade comunitária foram importantes para contextualizar a realidade dos bairros, com as histórias, os valores e a dinâmica, que fazem parte do cotidiano daquelas pessoas.

Este processo gerou na comunidade o autoconhecimento, e para nós pesquisadores, nos possibilitou conhecer: os saberes populares passados de geração em geração, o que caracteriza a cultura oral; as iniciativas comunitárias para driblar as adversidades geradas pela má gestão pública, que as marginaliza; o domínio que alguns políticos exercem sobre aquelas localidades, elegendo grupos que são beneficiados com bens e/ou serviços públicos que deveriam ser de acesso a todos os cidadãos, independente de sua filiação partidária; os limites que o tráfico de drogas impõe às ações na e/ou da comunidade; a repressão policial nas comunidades, que se conforma em um poder público opressor, visto que o Estado não se faz presente nestas comunidades através dos serviços básicos como moradia e saneamento básico, ou se faz de forma precária com as escolas; os dramas pessoais e sociais vividos na comunidade; as tradições da comunidade; a resistência à padronização imposta pelo capitalismo e pela sociedade de consumo, gerando estratégias inusitadas e criativas da comunidade para se apresentar como diferencial, e exemplo dos Blocos Afros, que não recebem patrocínio como os Blocos de Trio, no carnaval; negócios familiares; dentre inúmeros outros aspectos.

Ressaltando que nos contextos destas comunidades há presença de representantes políticos que cooptam lideranças comunitárias, há ainda a presença intenso tráfico de drogas, dentre outros problemas que colocam em risco a segurança dos entrevistadores/pesquisadores, mesmo que dentre a equipe contemos com a presença de bolsistas das próprias comunidades, que foram contemplados pela FAPESB.

As atividades e programações no turismo de base comunitária seguem um roteiro desenhado pela comunidade de forma a não criar um cenário, fazendo com

que o turista participe da realidade que aquela comunidade vivencia todos os dias, e que infelizmente no Brasil, e mais especificamente na Bahia, é estereotipada, principalmente com o viés da violência, pelas mídias de massa. Portanto, salientamos que, grande parte dos moradores das comunidades se “esconde” em suas residências, acreditando que assim pode se proteger de um contexto de violência e descaso, contudo não percebem que podem ser organizarem para lutarem pelos interesses em comum, no sentido de resignificar as relações de troca entre eles e com o meio externo.

Avaliamos que, no espaço urbano, além da especulação imobiliária, do tráfico de drogas e das relações de poder paralelo, até mesmo com a própria polícia, existe um processo de alienação de massa que faz com que a fragmentação política dificulte ainda mais as incursões do TBC nas comunidades, e exemplo da criação de currais eleitorais por parte de vereadores e associações de moradores que a eles se filiam, ou seja, observa-se um processo de seleção que segue uma dinâmica de afinidades políticas, dentro das próprias comunidades, o que reforça a ideia de que nem tudo que está na comunidade é comunitário (LEIRO, 2012).

Consideramos que as atividades alcançaram o objetivo pretendido, na medida em que coletamos os dados e informações importantes à atividade de planejamento turístico, e identificamos junto as comunidade os atrativos turísticos de que as mesmas dispunham, para que fosse exercida a atividade turística de forma justa, sustentável, solidária e comunitária.

Devido ao recorte desta pesquisa apresentaremos obviamente, dados e informações pertinentes ao bairro Beiru/Tancredo Neves. Iniciaremos informando o aspecto da educação, haja visto que o bairro possui um número pequeno de Escolas Públicas em relação ao número de habitantes do bairro, com uma população que frequenta creches e escolas de 15.302 habitantes (Ouvidoria/Secretaria da Educação – 2011). São quatro Escolas Públicas: Colégio Estadual Helena Magalhães, Colégio Estadual Antonio Sergio Carneiro, Colégio Estadual Zumbi dos Palmares, Colégio Estadual Professor Ignácio Lunelli e um Centro de Educação Familiar –CEIFAR, como pode ser observado através da Gráfico 1.

Gráfico 1 – Educação

Elaboração: Mendonça, 2012.

Fonte: Ouvidoria/Secretaria da Educação – 2011.

De acordo com Adriana de Oliveira Ferreira, Chefe de Patrimônio da SIGA XII – Tancredo Neves, para atender aos estudantes da educação infantil ao 5º ano, o bairro conta com as escolas municipais abaixo apresentados:

Quadro 1 - Relação das Escolas Municipais.

ESCOLA	DIRETORIA	CONTATO
1. Escola Cabula I	Eugênio	(71) 3385-5680
2. Escola Municipal do Beirú	Jucelia	(71) 3461-3677
3. Escola Formigli	Valéria	(71) 3116-9099
4. Escola 22 de Abril	Katia	(71) 3461-2847
5. Colégio Municipal M ^a Conceição Imbassahy	Nome não disponível	(71) 3611-5512

Elaboração: Mendonça, 2012.

Fonte: Adriana de Oliveira Ferreira - Chefe de Patrimônio da SIGA XII – Tancredo Neves.

Nos Colégios Estaduais: Helena Magalhães e Zumbi dos Palmares é realizado o Programa Escola Aberta, nos quais as crianças e jovens participam de diversas atividades complementares, realizadas nos finais de semana, entre as quais: cursos, oficinas sobre africanidade, teatro, terapia coletiva, informática, artesanato, culinária, manicure, inglês, dança (balé, *hip hop*, *streetdance*) e capoeira. Sobre o referido programa, cabe informar que o mesmo incentiva e apoia a abertura, nos finais de semana, das unidades escolares públicas localizadas em territórios de vulnerabilidade social. A estratégia é potencializar a parceria entre escola e comunidade, com atividades educativas, culturais, esportivas, de formação inicial para o trabalho, dentre outros, oferecidos aos estudantes e à população do entorno. (BRASIL, 2012)

Com relação aos espaços culturais existentes na comunidade em estudo, quando realizado contato com a Ouvidoria da Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB), foi obtida a seguinte resposta:

em atenção a seu registro, informamos que a DIMAC/Espaços Culturais, em consulta ao seu banco de dados identificou 364 espaços de todo o Estado, cadastrados, que possuem alguma finalidade cultural, porém nenhum localizado no bairro de Tancredo Neves.

Em vista disso, a comunidade está engajada na construção de um Centro Cultural no bairro, inclusive, em 7 de julho de 2012, foi realizada a I Mostra Cine Art's.Doc no Beiru/Tancredo Neves com exibição, em espaço aberto, de nove produções de curta metragem documentários com temáticas educativas, históricas, culturais, de combate à violência e promoção dos direitos humanos. Importante salientar que foi apresentado um curta metragem documentário sobre o bairro. O evento ocorreu na Rua Guanabara, contando com a parceria do Coletivo Beirú em Movimento, onde foi colocada uma placa de protesto no local onde está sendo realizada uma obra de construção de uma praça, e que possivelmente poderia ser construído um Centro Cultural, como já existente nos bairros: Engenho Velho de Brotas, Plataforma e Uruguai. O valor da obra de responsabilidade do governo municipal é de R\$ 1.500.000,00, conforme a placa informa no local.

O Coletivo Beirú em Movimento se caracteriza como uma forma de organização coletiva de militância social, política e cultural, que se lança através de mobilizações ativas contra todos os descasos que a comunidade do Beirú e adjacências vêm enfrentando ao longo dos tempos. É um movimento de caráter revolucionário que traz como pautas principais, as lutas pelos direitos humanos, bem

como ações sociais contra todo tipo de preconceito e violência, e a segregação que atingem cada vez mais as comunidades negras e periféricas de Salvador.

Existem outros aliados na defesa dos interesses dos moradores do bairro, entre os quais as Associações Comunitárias e Beneficentes. A primeira Associação fundada no bairro foi a Associação de Proteção e Defesa Unidos do Beiru, que é organização da sociedade civil sem fins lucrativos, localizada atualmente na Rua Rosineide nº19, e que tem por finalidade prestar assistência à comunidade do Beirú, formulando e desenvolvendo programas comunitários, prestando assistência em questões como maternidade e infância, inclusive com assistência alimentar para a gestante e para a criança, e desenvolve também ações relacionadas à educação dos associados, dentre outras atividades.

Outra associação que desempenha um papel social importante no bairro é a Associação Beneficente Shekinah, também uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que presta serviços de assistência social. Dentre suas atividades é possível destacar a advocacia, atividades com crianças carentes, doação de roupas, livros, ensino de Libras, alimentação etc. A sede da associação está localizada na Rua Lafaete Moraes Sarmiento, nº 149 – E, Alto do Santo Antônio.

Existe também a Associação Beneficente Cultural e Religiosa Cajado de Prata, localizada na Rua Alagoas, nº 92/94, que foi fundada em 30 de Junho de 2006, e desenvolve as seguintes atividades:

1. Capoeira – terça-feira e sábado, matutino.
2. Confecção e toque de berimbau – terça-feira e sábado, matutino.
3. Basquetebol – quarta-feira e sexta-feira, matutino e vespertino.
4. Bordado – quarta-feira, vespertino.
5. Artesanato – quarta-feira e sábado, matutino (alternados).
6. Alfabetização de adultos – terça-feira e quinta-feira, noturno.
7. Violão – terça-feira e quinta-feira, matutino.

Em relação às personalidades que guardam as histórias e estórias do cotidiano do bairro podemos destacar: Rufino, filho de Manuel Rufino, que foi fotografado por Pierre Verger; a rezadeira Dona Talinha de Pirajuia; o compositor Brown do Naganzo, autor da música Fogo da Justiça, gravada pela Banda Araketu; os também compositores José Olissan e Domingos Sérgio, autores da música Revolta Olodum-Corisco, considerada a melhor e mais tocada música do carnaval de Salvador de 1990; a educadora Dona Luiza da Creche Beiru; a yalorixá Minha

Gal do Ilê Axé Gezumbu, falecida a poucos meses, inclusive pudemos conhecê-la em visita ao bairro; a Prof. Norma Ribeiro, que participa de todas as ações do bairro e defende a revitalização do Rio Arifundi; Seu Manelito, que também participa de inúmeras ações no bairro, considerado o morador mais antigo; Dona Roxinha, parteira antiga do bairro; Seu Severo Luis, já falecido, que fazia garrafada e rezava as pessoas do bairro; Prof. Débora do Colégio Helena Magalhães; Dona Dominga, organizadora da ala das baianas da entidade Mundo Negro; Roberto, responsável pela entidade Mundo Negro, pesquisador atuante sobre a cultura afrobrasileira; Dona Edina, que vende folhas sagradas; Dona Maria Ramos, que também tem uma barraca de folhas; o Mestre de Capoeira seu Messias; o poeta Everton Lima; dentre tantas outras personalidades que formam o patrimônio imaterial do referido bairro Beiru/Tancredo Neves.

Na prática do cotidiano da comunidade do Beiru/Tancredo Neves, podemos avaliar o quanto as religiões afrobrasileiras sofrem com o preconceito da grande mídia e a apropriação do mercado, através da comercialização dos símbolos, expressões, músicas, danças, culinárias e afins, com o cunho estritamente do lucro, folclorizando a nossa cultura. Quanto à adequação dos programas de ensino, sabemos que esta não é uma realidade, visto que nas escolas públicas os negros e negras sofrem todo tipo de preconceito, sendo necessário que um programa como o Escola Aberta, já citado, traga oficinas de africanidade, haja visto que não são trabalhadas as referências epistemológicas negras em sala de aula.

Desta forma, precisamos lutar também por uma justiça cognitiva, afinal as experiências sociais nos Terreiros de Candomblé, nas comunidades Quilombolas, na Capoeira, nos Blocos Afros, dentre outros espaços, são produtoras de conhecimento. A população negra tem direito à educação, e tem o direito de ter seus saberes reconhecidos, visto que a ciência só reconhece o que é quantificável e mensurável, portanto os saberes populares são silenciados. Os saberes populares devem ser tratados com a mesma excelência que os saberes científicos, ou seja, os mestres da cultura popular devem ter espaço aberto nas escolas e nas universidades, para trabalharem com os alunos a construção de outras epistemologias.

Sobre isto, segue informação em relação ao Beiru/Tancredo Neves:

não é à toa que nessa parte da cidade há uma grande concentração de terreiros de candomblé, em particular aqueles de origem Banto, ou seja, dos povos que vieram da região de Angola. O primeiro terreiro de origem Banto

do Beiru foi o de Miguel Arcanjo, o Terreiro Amburaxó, o segundo foi o de Manuel Ciríaco, Terreiro de Tumba Juncara, seguindo, o Terreiro de São Roque e o Terreiro Santa Cruz (ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CARNAVALESCA MUNDO NEGRO, 2007, P. 15)

Portanto, é importante a relação entre o Quilombo do Cabula, o nome Cabula e os terreiros, inclusive os de origem banto que se formaram neste território. Afinal, Cabula era um ritual que originou as atuais umbanda e quimbanda. (ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CARNAVALESCA MUNDO NEGRO, 2007).

Listamos a seguir os Terreiros de Candomblé existentes atualmente no bairro, de acordo com o Mapeamento dos Terreiros de Candomblé, realizado em 2005 pelas Secretarias Municipais da Reparação e da Habitação, em parceria com o Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia (ver fotos):

Foto 1. Azilô Kasangi Raiz de Omim Silê



Liderança: Ana Maria Santos Nascimento

Nação: Angola

Ano de fundação: 1977

Regente: Tempo

Rua Lafaete Sarmento, 253.

Tel: (71) 3376-2420.

Foto 2. Centro de Boiadeiro



Liderança: Edileuza dos Santos

Nação: Angola

Ano de fundação: 1989

Regente: Oxóssi

Rua Lafaete Morais Sarmento, 268

Tel: (71) 3363-0113.

Foto 3. Funanji Filho

Liderança: Marcus Conceição de Almeida

Nação: Angola

Ano de fundação: 2002

Regente: Tempo

Rua Ari Alex Brust, 28E

CEP: 41207-710.

Tel: (71) 3232-9075.

Foto 4. Ilê Axé Anjualé

Liderança: Edilene Souza Rosa

Nação: Keto

Ano de fundação: 2005

Regente: Oxumaré

Rua Cristo Rei, 20E

CEP: 41207-770.

Tel: (71) 3462-1357/ 8718-8668.

Foto 5. Ilê Axé Fili Bomim

Liderança: José dos Santos Bispo

Nação: Keto

Ano de fundação: 1992

Regente: Oxum

Rua Luis Freitas , 373

CEP: 41207-490.

Tel: (71) 3232-2669

Foto 6. Ilê Axé Iyaomiré



Liderança: Eliza Silveira Santos
 Nação: Keto Angola
 Ano de fundação: 1987
 Regente: Oxum e Oxóssi
 Rua Luis Cabral , 03 B
 CEP: 41207-725.
 Tel: (71) 3230-1442.

Foto 7. Ilê Axé Mojarê



Liderança: Matilde Cândida Sousa
 Nação: Keto
 Ano de fundação: 1998
 Regente: Ogum
 2ª Trav. Graça Maria, 39E,
 Alto do Macaco
 CEP: 41207-260.
 Tel: (71) 3232-0499.

Foto 8. Ilê Axé Ofan Onisidé Omim



Liderança: Antônio Brito de Jesus
 Nação: Keto
 Ano de fundação: 1981
 Regente: Oxalá
 Rua Bahia, 468E
 CEP: 41210-000.
 Tel: (71) 3461-6401.

Foto 9. Ilê Axé Pandamim Bomifá

Liderança: Conceição Angélica dos Santos

Nação: Keto

Ano de fundação: 1978

Regente: Oxum

Rua Maranguape, 102E

CEP: 41207-530.

Tel: (71) 3395-1276.



Foto 10. Nsumbu Tambula Dicolia Meia Dandalunda (Terreiro São Roque)

Liderança: Juciara Brito de O. Souza

Nação: Amburaxó Angola

Ano de fundação: 1943

Regente: Nsumbu Dandalunda

Rua Direta do Beirú

(Rua Direta de Tancredo Neves), 884E

CEP: 41205-000.

Tel: (71) 3461-2790.



Foto 11. Sessão de Giro

Liderança: Crispina Silva de Jesus

Nação: Keto

Ano de fundação: 2000

Regente: Oxalá, Oxum

Rua Valdemar Teixeira, 33, Fundo

Tel: (71) 3232-0435.



Foto12. Terreiro Olufanjá



Liderança: Elenice Oliveira da Conceição

Nação: Keto

Ano de fundação: 1969

Regente: Oxalá

Rua Alagoas, 92/94

CEP: 41210-160.

Tel: (71) 3230-8366.

Foto 13. Terreiro Oya Omim Olorum



Liderança: Valdelice Beatriz dos Santos

Nação: Keto

Ano de fundação: 2001

Regente: Iansã Balé

Rua Fernando Luis, 57E

CEP: 41207-500.

Tel: (71) 3361-8376.

Foto 14. Terreiro Tumbeci



Liderança: Geruna Passos Santos

Nação: Angola

Ano de fundação: XX

Regente: Kavungo

Rua Nossa Senhora da Conceição, 206 E

CEP: 41207-125. Tel: (71) 3362-5096.

Os Terreiros de Candomblé sofreram forte repressão policial durante longos anos, sendo inclusive proibidos de tocarem os atabaques, o que mudou significativamente na atualidade, apesar de continuarem sofrendo outros tipos de opressão. Na proposta desta pesquisa, entendemos que os referidos Terreiros se configuram como patrimônio material e imaterial da cultura afrobrasileira, uma cultura que consubstancia as ações no bairro Beiru/Tancredo Neves, como apresentado através das atividades das associações, nas escolas, entre suas personalidades, enfim, é parte integrante e dinamizadora da cultura do bairro, desde a sua origem, e que acreditamos, em conformidade com a comunidade, que pode deve ser o foco do atrativo turístico. Portanto, as conversas nas casas dos moradores, ou em seus pontos de comércio, como as barracas de folhas sagradas; a visita às escolas, às associações e aos terreiros; a participação de uma atividade realizada numa praça do bairro ou em um ensaio de um Bloco Afro, dentre outros fatores, se configuram em caminhos para um roteiro turístico de base comunitária no Beiru/Tancredo Neves.

Para tal proposta trazemos a discussão do Artigo 275 no Capítulo da Cultura da Constituição do Estado da Bahia, que coloca como dever do Estado, entre os quais:

II) proibir aos órgãos encarregados da promoção turística, vinculados ao Estado, a exposição, exploração comercial, veiculação, titulação ou procedimento prejudicial dos símbolos, expressões, músicas, danças, instrumentos, adereços, vestuários e culinária, estritamente vinculados à religião afro-brasileira;

IV) promover a adequação dos programas de ensino das disciplinas de geografia, história, comunicação e expressão, estudos sociais e educação artística à realidade histórica afro-brasileira, nos estabelecimentos estaduais de 1º, 2º e 3º graus.

Diário Oficial – Caderno 3 – Diário Legislativo, p. 37, de 06.10.1989.

Ou seja, está assegurado, conforme lei a preservação da cultura negra.

Devido ao número significativo de terreiros no Beiru/Tancredo Neves, cabe aqui apresentar uma informação, por ocasião da programação de homenagens da Federação Baiana do Culto Afrobrasileiro, no ano de 1976:

[...] o Governador do Estado foi alvo de várias homenagens prestadas pela comunidade religiosa afro-baiana. Destaca-se aqui a da Federação Baiana do Culto Afro-Brasileiro que lhe concedeu o título de Benemérito e ofereceu um “Opaxorô de Oxalá” como símbolo de gratidão por ter ele liberado os candomblés da Bahia da chancela policial (BRAGA, 1995, p. 185)

Braga traz a citação de uma matéria do Jornal da Bahia, em que demonstra o Beiru sendo palco da referida homenagem:

a festa de agradecimento programada pela Federação Baiana do Culto Afro-Brasileiro prevê para às 16 horas a inauguração dos retratos do Governador Roberto Santos e do ex-Governador Juracy Magalhães na galeria de honra da Federação. Às 19 horas, será co-celebrada missa solene, na Igreja da Misericórdia. Às 21 horas, o Governador Roberto Santos e a Sra. Maria Amélia se deslocarão para o terreiro Ilê Tomim Bokun, no Beiru, onde serão homenageados. A entrada do casal os atabaques baterão, enquanto dezenas de pombas brancas, em revoada, se soltarão no terreiro... (JORNAL DA BAHIA APUD BRAGA, 1995, p. 186)

A partir do que foi apresentado sobre o bairro, segue sugestão de roteiro turístico alternativo, conforme entendimentos mantidos com a comunidade nas visitas feitas *in loco*.

TÍTULO DO ROTEIRO: Beiru – Nossa ancestralidade africana

DESCRIÇÃO DO ROTEIRO

Primeiro dia:

Visita à Feira Livre

Localizada na Rua Direta do Beiru, em um trecho conhecido como Anjo Mau, reza a lenda que o local recebeu esse nome pelo fato de existir um bar com esse nome no início dos anos 80, e o nome teria relação com uma novela da Rede Globo de Televisão com o referido nome. A feira livre funciona todos os dias das 07h30 min às 18h00min. Nela encontra-se: frutas, verduras, legumes, utensílios para casa, roupas, calçados, doces, comidas, folhas sagradas, dentre outros produtos. Nos últimos anos a feira se expandiu em duas direções, no sentido final de linha e no sentido do Parquinho, inclusive devido à chegada de novos ambulantes, incluindo vendedores de artigos eletrônicos, cd's e dvd's.

Não obtivemos informação sobre qualquer tentativa de remoção da feira do local, apesar das queixas de alguns pedestres e motoristas pelo fato de alguns ambulantes ocuparem a calçada, de forma que os pedestres transitam entre a calçada e a pista.

Nesta feira os visitantes e/ou turistas poderão fotografar, conversar com os feirantes, incluindo as vendedoras de folhas, que podem orientar sobre banhos e utilidades medicinais. Será dada a opção de tomar café da manhã na feira.

Foto 15. Feira Livre



Fonte: Mendonça, 2012.

Visita ao Terreiro Olufanjá

No Terreiro Olufanjá há uma líder chamada Elenice Oliveira da Conceição conhecida como D. Nissinha Olufanjá que mora no bairro desde 1970. De nação Keto, o Terreiro foi fundado em 1969 e tem como regente Oxalá. D. Nissinha conhece bem a história do bairro Beiru, portanto o bate papo com ela possibilitará conhecer a história local, da família e a convivência no terreiro, assim como a relação com a natureza, o cultivo à sua preservação, dentre outros fatores. Neste espaço funciona a Associação Beneficente Cultural e Religiosa Cajado de Prata, que apresenta atividades como capoeira, confecção de roupas, toque de berimbau, basquetebol, bordado, artesanato, violão e alfabetização de adultos.

Almoço

O almoço poderá ser feito no próprio Terreiro a partir da iniciativa da própria comunidade. Outras opções são:

1. Complexo de bares do Condomínio Arvoredo – conjunto de bares na entrada do referido condomínio, em que alguns bares estão instalados em boxes, outros em disposições maiores. Principal ponto de encontro do bairro nos anos 1980 e início

dos anos 1990, o complexo entrou em decadência nos últimos anos. Portanto, a atividade turística poderá resgatar este espaço como ponto de encontro.

2. *Point* do acarajé – bar e restaurante localizado em frente à entrada do Condomínio Arvoredo, no qual encontramos uma banca de acarajé na entrada. O bar funciona há cerca de dez anos e ficou conhecido na região do Cabula pela qualidade do acarajé e do atendimento.

Visita à Associação Comunitária e Carnavalesca Mundo Negro

A Associação Comunitária E Carnavalesca Mundo Negro tem 26 anos de atuação na comunidade, o seu fundador é Roberto dos Santos Freitas, um pesquisador da cultura afrobrasileira e atuante nas questões relacionadas ao bairro, buscando recursos e apoio para o lançamento do livro informativo do Beiru. Por estes motivos o encontro dele com visitantes e/ou turistas para um bate papo informal possibilitará conhecimentos aprofundados sobre o bairro e o bloco carnavalesco, no que diz respeito aos associados, organizadores, história, indumentária, e outras questões relacionadas à participação no carnaval de Salvador.

Visita ao Colégio Estadual Helena Magalhães

O Colégio Estadual Helena Magalhães tem como responsável Wendel Costa da Silva e está localizado na Rua Direta do Beiru, com estudantes matriculados da seguinte forma: 544 alunos no Ensino Médio e 664 alunos no Ensino Fundamental e em Séries Finais. Com uma presença marcante na comunidade, o colégio disponibiliza atividades para crianças, jovens e adultos, através do Programa Escola Aberta. Este programa realiza uma parceria, entre a escola e a comunidade, ocupando de forma criativa o espaço escolar aos sábados e/ou domingos com atividades educativas, culturais, esportivas, de formação inicial para o trabalho e geração de renda, com o objetivo de incentivar e apoiar a abertura das escolas públicas localizadas em territórios de vulnerabilidade social nos finais de semana. Neste programa são disponibilizados cursos de capoeira, cinema, *street dance*, balé, *hip hop*, *jazz*, e outros. Desta forma, os visitantes e/ou turistas serão recepcionados pelos jovens, participarão de uma roda de conversa, e serão contemplados com uma apresentação realizada pelos estudantes. Neste espaço estarão sendo comercializados produtos feitos pelos artesãos desta localidade.

Segundo dia:

Visita ao Colégio Estadual Zumbi dos Palmares

O Colégio estadual Zumbi dos Palmares tem como responsável Lucia Moreira de Assis e está localizado na Rua Paraíba nº. 1389. Com a seguinte oferta e alunos matriculados: Ensino Médio - 192 alunos; Ensino Fundamental e Series Finais - 755 alunos; e Ensino Fundamental e Series Iniciais - 285 alunos. No Colégio Estadual Zumbi dos Palmares as atividades se iniciarão com café da manhã com professores e estudantes, onde os mesmos apresentarão a história de Zumbi dos Palmares. Posteriormente serão visitadas as instalações, com possibilidade de acompanhamento das oficinas de africanidade, teatro, artesanato, entre outros. O encerramento será com apresentação dos estudantes que participam do Programa Escola Aberta.

Almoço

As opções são:

1. Complexo de bares do Condomínio Arvoredo – conjunto de bares na entrada do referido condomínio, em que alguns bares estão instalados em boxes, outros em disposições maiores. Principal ponto de encontro do bairro nos anos 1980 e início dos anos 1990, o complexo entrou em decadência nos últimos anos. Portanto, a atividade turística poderá resgatar este espaço como ponto de encontro.
2. *Point* do acarajé – bar e restaurante localizado em frente à entrada do Condomínio Arvoredo, no qual encontramos uma banca de acarajé na entrada. O bar funciona há cerca de dez anos e ficou conhecido na região do Cabula pela qualidade do acarajé e do atendimento.

Visita ao Terreiro São Roque - Nsumbu Tambula Dicolia Meia Dandalunda

Com liderança de Juciara Brito de O. Souza, o Terreiro São Roque é de nação Amburaxó Angola, tem como regente Nsumbu Dandalunda e foi fundado em 1943. O referido Terreiro é dissidente do primeiro terreiro do bairro, o Terreiro Amburaxó de Miguel Arcanjo, considerado o primeiro residente do bairro. É um terreiro de origem banto, portanto, neste espaço podemos conhecer um pouco mais sobre esta

etnia, haja visto que a etnia nagô é mais prestigiada na nossa cultura, como discutido no capítulo 2. Miguel Arcanjo comprou as terras do bairro em 1910, ou seja, neste espaço podemos conhecer mais sobre a história do bairro e o processo de resistência negra africana nesta localidade.

Visita ao Parquinho

O Parquinho é o nome dado pela comunidade à uma pequena praça localizada em frente a 11ª Delegacia de Polícia Civil. É um local de encontro principalmente de adolescentes no período da noite. No Parquinho estará Seu Messias, mestre de capoeira, apresentando a cultura negra muito presente na comunidade. Após o bate papo com Seu Messias, Everton Lima, poeta, e o cordelista, Davi Nunes apresentarão poemas e a literatura de cordel O Negro Beiru.

No local estará sendo realizada a feira de artes com telas de Nilto Ribeiro, 39 anos, morador do bairro há 34 anos. Um grande destaque na comunidade, Nilto é artista plástico e possui seu próprio ateliê de pintura com uma galeria de artes, em vários estilos. Ele começou sua carreira como artista expondo suas telas no Pelourinho, quando decidiu abrir sua própria Galeria De Artes no bairro onde mora. Suas obras já foram vendidas para outros Estados, e também para países como China e Estados Unidos.

Também serão vendidos doces, salgados, sucos e quitutes feitos pelas doceiras e quituteiras da comunidade.

Para finalizar o dia as bandas: Negocio Feito, Plante e Dendê Dub farão apresentação musical, com a presença de Dj's, Skatistas e Grafiteiros. Haja vista que neste local tem pista de skate e muros para a arte de rua do grafite. O grafiteiro Charles Bracke, morador do bairro, poderá realizar uma oficina com visitantes e/ou turistas.

Importante salientar que, havendo organização e mobilização da comunidade os turistas podem se hospedar nas casas dos moradores durante as atividades dos dois dias. O roteiro será apresentado para a comunidade, e uma vez consolidado será divulgado no portal: www.tbc.uneb.br, como forma de apoio da UNEB. A partir daqui elaboramos os programas a seguir que contribuirão para a mobilização da comunidade na organização do TBC.

5 COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA NO BEIRU/TANCREDO NEVES

A partir do diálogo com os autores sobre o tema proposto, apresentamos a criação de uma programação para rádio comunitária, livre e/ou outorgada, e pautas para jornal comunitário com o objetivo de gerar mudanças de percepções sobre a história da comunidade do Beiru/Tancredo Neves. Como difusoras do (re)conhecimento destas histórias, as referidas rádios e os jornais se configuram em espaços de convivência vislumbrando colaboração e interatividade, onde a população é protagonista na produção dos conteúdos trabalhados na prática do dia-a-dia destas comunidades, o que se apresenta como uma abordagem praxiológica. A práxis, entendida como princípio da ação humana se configura num pressuposto recorrente na delimitação desta pesquisa.

As experiências do informativo Beiru, do Cordel do Beiru e do Jornal Comunitário do Beiru se configuram como ações em busca da difusão e do (re)conhecimento da história do bairro Beiru/Tancredo Neves, o que as caracterizam como ações resultantes do momento histórico e do contexto social em que estes moradores estão inseridos. Vale ressaltar que comumente este bairro é apresentado pela grande mídia, em particular pelos programas de televisão e pelos jornais impressos, pelo viés da violência e do tráfico de drogas.

A produção do Cordel O Negro Beiru foi premiada na 8ª Bienal do Livro da Bahia na categoria “Minha Primeira Impressão”, escrito pelo estudante de Letras Vernáculas da UNEB, Davi Nunes. Quanto ao informativo Beiru, foi organizado pela Associação Comunitária e Carnavalesca Mundo Negro com 26 anos de atuação na comunidade, e, assim como outros blocos afros de Salvador, busca resistência e legitimação da cultura afrobrasileira.

Quanto ao jornal comunitário denominado Jornal do Beiru, foi criado em 2002 com a intenção de desenvolver um trabalho de conscientização da negritude com a comunidade do bairro, em especial, com os jovens. O primeiro período do projeto do jornal aconteceu entre os anos de 2002 e 2005 e tinha sede no final de linha de transportes do bairro. Neste primeiro período, o Jornal do Beiru publicou nove edições, realizadas por jovens estudantes do Colégio Estadual Helena Magalhães, uma das quatro escolas públicas do bairro. Apesar de estar aberto à toda comunidade do bairro, o engajamento se deu com os alunos da referida escola porque os mesmos já participavam ativamente das questões escolares através dos

grêmios estudantis. Devido à dificuldade financeira o projeto ficou sem produção e publicação durante cinco anos.

Contudo, em 2011 o projeto do Jornal do Beiru foi retomado, através do financiamento do Edital Cultura Negra, realizado pela Fundação Pedro Calmon em parceria com o Fundo de Fomento à Cultura do Estado da Bahia. Com o título Oficina Permanente de Jornalismo do Jornal do Beirú: memória e história afrodescendente, duas publicações foram possíveis, entre setembro de 2011 e janeiro de 2012, tendo como protagonistas cerca de 40 jovens da comunidade, selecionados pela equipe executora do projeto, que tinha na sua composição três estudantes que participaram da primeira edição, portanto o objetivo era que os formandos se apropriassem do projeto em busca de novos editais e outras formas de sustentação. Os referidos jovens obtiveram formação sobre: cidadania, consciência negra, redação jornalística, fotografia, diagramação e produção gráfica.

Com distribuição gratuita e feita de porta em porta pela equipe de coordenação e educandos do projeto, o Jornal do Beiru trouxe em suas reportagens assuntos sobre violência e infraestrutura do bairro, entretanto em menor quantidade e com certa acuidade, priorizando a publicação de reportagens sobre as produções culturais e artísticas do bairro, como o grafite e o hip hop, sobre preconceitos referentes à raça, gênero, sexualidade, religiosidade, assim como matérias sobre a origem do bairro, o que nos interessa abordar. Tendo em vista estas informações podemos avaliar que o Jornal do Beiru publicou sobre arte, cultura, música, esporte, além de ter trazido reportagens sobre a história do bairro, contadas pelos próprios moradores. O referido veículo trazia chamadas em suas edições, convocando a participação da comunidade na construção do conhecimento acerca de sua história. No projeto de retomada do projeto do jornal, mais especificamente nas oficinas de fotografia foi realizada uma atividade na qual os educandos registravam fotos de moradores do bairro, que posteriormente foram impressas e coladas, pelas equipes, nos muros das casas, das escolas e dos estabelecimentos comerciais, no dia do fechamento das atividades da retomada do projeto.

Neste dia de fechamento foi realizado o Seminário: Comunicação, Linguagens e a Luta Antirracista, na Escola Zumbi dos Palmares que fica no final de linha do bairro Beiru/Tancredo Neves. Relevante destacar que o problema da auto-

sustentação avaliado por Peruzzo é a razão pela qual o projeto atualmente não está em andamento.

Na primeira publicação do jornal, em novembro de 2002, a reportagem de capa foi sobre a história do bairro e a problematização da mudança do nome, inclusive, com a afirmação de que em “[...] cada edição vamos trazer um capítulo da história do bairro [...]” (Jornal do Beiru, 2002, p. 1). Importante informar que tivemos dificuldade no acesso às edições, visto que não há uma sistematização sobre arquivamento das mesmas, sendo necessária uma busca minuciosa com os moradores que participaram como integrantes da equipe atuante na consecução do projeto.

O Jornal do Beiru serve como instrumento de mobilização e fomento à informação, educação, cultura, arte, inclusive trazendo citações importantes sobre o bairro, a exemplo de Pedreira (1973), através do mapa sobre os quilombos de Salvador nos séculos XVIII e XIX, e a transcrição do documento oficial que relata a extinção do Quilombo Cabula, ambos já apresentados no capítulo 3.

Sobre a organização da comunidade, é fundamental trazer à discussão o conceito de capital social, que é um elemento importante para o entendimento da funcionalidade das relações humanas. Putman (2000) indica que o engajamento cívico e o associativismo podem gerar melhorias nas condições do bem-estar de uma comunidade, entretanto o contexto histórico-cultural é decisivo, pois o processo se dá de forma lenta, sendo necessárias a confiança e a solidariedade. Segundo o referido autor: “capital social refere-se a aspectos da organização social, tais como redes, normas e laços de confiança que facilitam a coordenação e cooperação para benefícios mútuos” (Putman, 2000, p. 1). Outro autor que traz esta análise é Bourdieu (1980, p. 67), que definiu o conceito de capital social como: “o agregado de recursos atuais ou potenciais que estão ligados por posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de aquiescência ou reconhecimento mútuo”.

Propomos a mobilização para o turismo de base comunitária, por meio da história, e a partir também dos saberes populares e da memória coletiva existentes no bairro Beiru/Tancredo Neves. A pesquisa qualitativa acentua o processo da historiografia, que irá gerar efeitos na vida e na subjetividade da comunidade do referido bairro.

Sobre os estudos históricos Lopes (2005, p. 86) considera que: “[...] se referem à reconstrução histórica (de jornais, personagens, ciclos cinematográficos), e o método é documental”. Fizemos pesquisa documental, através de consulta a documentos institucionais conservados em arquivos, como institutos de pesquisa, assim como consultas a leis, projetos e regulamentos relacionados à questão da educação, da titulação das terras aos remanescentes de quilombolas, da comunicação e da comunicação comunitária no Brasil e na Bahia, assim como da Constituição Nacional e Estadual.

Lopes (2005, p. 98) afirma que a metodologia de uma pesquisa deve ser promovida: “[...] como dinâmica múltipla de instâncias e fases que se interpenetram dialeticamente”. A vida social humana é essencialmente prática, e é a práxis que faz a mediação entre o sujeito e o objeto, afinal os indivíduos se relacionam com o mundo através da ação, por meio do qual satisfazem as suas necessidades. Sobre a prática social Lopes afirma:

a “informação” torna-se dado mediante operações técnicas de observação. Essa transformação é feita na medida em que a significação das práticas sociais é apreendida como significação pertinente a uma problemática científica (LOPES, 2005, p. 129).

Como base teórica da pesquisa, fizemos um levantamento bibliográfico, com o propósito de construir um corpo teórico que possa auxiliar na investigação. Entretanto, o conhecimento empírico foi imprescindível neste estudo sobre comunicação comunitária e turismo de base comunitária, apesar da crítica que sofre no campo científico, principalmente dentro do paradigma positivista. Sobre isso temos a colocação de Lopes:

criticar o empiricismo não é (a não ser por má fé) fazer a defesa do teorismo; é, antes, reconhecer a fraqueza do trabalho teórico no campo da Comunicação como a provável causa principal de nossa crise de identidade e da ausência de uma orientação substantiva em nossa pesquisa (LOPES, 2005, p. 141).

Diante disto a amostragem foi não-probabilística, justificada pelas palavras de Lopes

na amostra não-probabilística a inferência estatística não pode ser legítima, uma vez que o pesquisador não conhece a probabilidade que cada unidade tem de ser selecionada para fazer parte da amostra. Neste caso, amostra é dita significativa ou de representatividade social (não-estatística), e os métodos de tratamento dos dados são qualitativos (LOPES, 2005, p. 145).

Nossas fontes, conseqüentemente, não se restringiram aos registros oficiais que, em geral, apresentam o ponto de vista oficial, habitualmente ligado aos grupos que impõem uma direção à sociedade. No intuito de conhecer as expressões de outros setores, procuramos outras evidências, como os manuscritos orais e imagéticos. Uma das formas de investigação foi através da memória coletiva presente na comunidade, que, partindo do real, opera através de uma dimensão onde as motivações inconscientes e subjetivas constituem o vetor determinante da sua construção. Sobre isto, Oliveira (2007, p. 121) afirma: “se o conceito de civilização separa as estruturas sociais dos valores religiosos, o da memória coletiva os aproxima”, o que cabe na análise do bairro em específico, visto que as religiões de matriz africana têm relação direta com os mesmos, como já apresentado.

Por motivos já apresentados, o bairro Beiru/Tancredo Neves se caracteriza por uma cultura marcadamente aguerrida e combatida, por isso se faz necessário versar sobre os afrodescendentes desde a tradição cultural africana no Brasil em busca de afirmação e ampliação da sua liberdade. Cabe aqui afirmação de Oliveira:

o legado da cultura africana se multiplicou em muitas, mas para efeitos de discurso, de ideologia e de política, e também para efeitos ontológicos e lógicos, é preciso estabelecer esse como o lugar de referência, muito embora essa referência não seja metafísica, mas empírica, histórica e socialmente construída. O entre-lugar da cultura afrodescendente é o que permite a ela estar em todos os lugares e ali jogar com suas possibilidades, que são sempre possibilidades de contexto. (OLIVEIRA, 2007, P. 63)

Por conseguinte, a cultura afrobrasileira é marcada por uma ancestralidade que é fruto da desterritorialização provocada pela diáspora, e por meio dela a África se faz presente nos afrodescendentes, inclusive os moradores do Beiru/Tancredo Neves.

5.1 (Re)conhecimento da história - Beiru

Por razões já apresentadas, elegemos a rádio comunitária para a elaboração de um programa com uma hora de duração, e os sujeitos participantes são: os profissionais das rádios, locutores e produtores, que habitualmente são moradores do bairro; a comunidade em geral, que são os ouvintes, e devem ter os canais de comunicação abertos à sua participação e intervenção; e a comunidade acadêmica que pesquisa sobre o campo de conhecimento específico, que pode ser convidada para que possa ocorrer o diálogo e a exposição dos assuntos a serem discutidos.

Obtivemos a informação, através de pesquisa para o Projeto TBC na região do Cabula e entorno, de que no bairro Beiru/Tancredo Neves já existiram quatro rádios comunitárias, conforme quadro abaixo:

Quadro 2 – Rádios Comunitárias.

Rádio Comunitária livre e/ou outorgada	Informações	Situação atual
Rádio Corsário	Fundando em 1995. Foi parceira do Jornal Comunitário do Beiru em 2002 e 2003.	Fechada
Rádio Pirata Monte FM	Programação com música e anúncios publicitários.	Fechada em 2011
Rádio Cidade	Programação com entrevistas, músicas e anúncios publicitários.	Fechada em 2007
Rádio Nova Onda Comunitária	Está com as atividades paralisadas, aguardando a aquisição de equipamentos.	Fora do ar.

Elaboração: Santos, 2012.

Além das rádios do Beiru/Tancredo Neves, podemos listar mais três rádios comunitárias existentes nos bairros adjacentes que são: Rádio Hits da Engomadeira, cujo responsável é Seu Esquerdinha que afirma que a rádio deve ser um espaço de: “abertura para que a sociedade possa falar por si” (Esquerdinha, 2011); Rádio Odeon em Pernambués que mantém suas portas abertas para que a comunidade possa falar livremente; e a Rádio A Voz do Gueto em Sussuarana que mantém parcerias com as associações do bairro, com o balcão de justiça, e com 3 bandas que promovem eventos sociais. A Voz do Gueto ainda realiza o Natal solidário com arrecadação de alimentos para cestas básicas que são doadas para pessoas carentes da comunidade, e produzem um jornal comunitário.

O responsável pela Rádio Nova Onda Comunitária do Beiru/Tancredo Neves é Guto Mosca, que está aguardando a doação de equipamentos por parte de Seu Esquerdinha da Rádio Hits para enfim colocar a rádio no ar. Assim se apresenta uma possibilidade de veiculação do programa proposto nesta pesquisa.

Diante disto, esboçaremos aqui o formato do programa que, obviamente, não deve ter um caráter acadêmico, afinal deve-se buscar uma linguagem adequada ao padrão do público ouvinte, além da possibilidade de podermos trabalhar as questões de origem e pertencimento daquela localidade de forma mais divertida e convidativa, o que se difere da seriedade que comumente se usa no processo de projetos comunitários de comunicação, como abordado anteriormente.

Este projeto também atende à Resolução do Conselho Nacional de Educação que instituiu as diretrizes para a “Educação das Relações Étnico-Raciais”, no ensino superior, e para o “Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana”, no ensino médio e fundamental.

A proposta é de elaborar o conteúdo acerca do assunto a ser discutido, apresentando um cronograma, com começo, meio e fim. Este momento será muito importante, pois as lideranças comunitárias do Beiru/Tancredo Neves, junto com as associações, moradores, estudantes, professores, pesquisadores, os movimentos sociais, em especial o movimento negro, devem assumir as pautas.

A partir daí partimos para a produção das vinhetas do programa: abertura, exibição e fechamento, onde os cordelistas, musicistas e poetas assumem a produção. Partimos então para o agendamento da data do programa, ou um plano de periodicidade de apresentação, com a proposta de fazer um ciclo de debates, em que novos participantes poderão se agregar.

Na execução do projeto, o locutor da rádio, âncora do programa, apresenta o programa e o tema, bem como faz a apresentação das pessoas convidadas, solicitando a participação da comunidade, os ouvintes, a partir das ferramentas comunicacionais disponíveis.

Os referidos participantes entram na comunicação e começam a expor a temática abordada, podendo estar entre os mesmos, moradores antigos do bairro, estudantes, professores e pesquisadores, dentre outros. O diálogo se dá com a participação dos ouvintes, através de canais disponíveis, como telefone, *site*, *blog*, *twitter*. Aqui, o papel da produção do programa é indiscutível na organização e

sistematização deste diálogo. Os convidados podem responder às possíveis perguntas feitas, esclarecendo e tirando dúvidas.

Partimos então para o fechamento do programa, com a apresentação das considerações, momento em que é solicitada, através do locutor, uma avaliação dos ouvintes sobre o programa apresentado. Atrelado à programação da rádio pode ser pensando um jornal, trazendo todos os aspectos levantados pelo programa, com a composição de uma equipe de jornalistas, estudantes e pesquisadores para, inclusive produzirem reportagens com os moradores.

Importante informar que a oficialização da mudança do nome do bairro só ocorreu em 2007, como publicado no Diário Oficial do Legislativo em 26/11/07 de nº 2.865, através do projeto de Lei de nº 343/07, onde decreta que: “O Bairro de Tancredo Neves, localizado entre os bairros da Engomadeira, Sussuarana e Avenida Paralela, passa a denominar-se Bairro do Beiru”, o que caracteriza uma conquista da comunidade.

5.1.1 A voz do povo negro do Beiru

PAUTA 1: Origem do nome Beiru.

Etapas:

- Seleção do tema a partir de reunião com a comunidade. Podemos começar pela origem do nome Beiru.
- Produção das vinhetas do programa: abertura, exibição e fechamento. Neste ponto podem assumir a produção: os cordelistas, como Davi Nunes, os poetas, como Everton Lima, e os músicos, como Uelinton Oliveira, vocalista da Banda Dendê Dub, além de outras bandas como Negócio Feito e Plante.
- Agendamento da data do programa.
- Exibição e gravação do programa.
- Seleção dos participantes do programa: estudantes, professores, pesquisadores e profissionais. Como convidados iniciais podemos convocar o cordelista Davi Nunes, e Roberto, Presidente da Associação Comunitária e Carnavalesca Mundo Negro.
- Formatação do programa – começo, meio e fim. O conteúdo acerca do tema a ser debatido no programa é a origem do nome do bairro. Desta forma Davi Nunes pode ler o Cordel o Negro Beiru, comentando sua fonte de pesquisa e

sua relação de pertencimento àquela localidade. E Roberto da Mundo Negro pode dividir com os ouvintes a experiência de 26 anos de atuação da entidade na comunidade, e contar o processo de pesquisa e lançamento do livro informativo sobre o bairro.

- Feedback do programa pelos ouvintes.

- **Tema/conteúdo**

Origem do nome Beiru.

- **Objetivos**

Debater com o público ouvinte a respeito do tema, a partir de uma visão educativa, com a colaboração de profissionais, estudantes e pesquisadores, assim como de personalidades que guardam as histórias do Beiru/Tancredo Neves. Desta forma, as associações, os terreiros de candomblé, as escolas, os comerciantes, e as personalidades do bairro, entre eles: Seu Manelito, Mestre Messias, Poeta Everton Lima, Roberto dos Santos – Mundo Negro, Sargento Abisolon Pereira – Diretor da Academia de Policial Militar, professora Norma Ribeiro, D. Nissinha Olufanjá, dentre tantos outros, devem se apropriar da pauta.

- **Como será abordado o conteúdo?**

O âncora do programa, locutor da emissora, apresentará o programa e o tema, bem como fará a apresentação das pessoas convidadas para a exposição, Feito isto, o locutor solicitará a participação da comunidade, os ouvintes, a partir das ferramentas comunicacionais disponíveis na emissora.

Os participantes entram na comunicação e começam a expor a temática abordada: Conceito – características – causas – consequências.

- Participação dos ouvintes

A produção dirá se há algum ouvinte solicitando a participação e este ouvinte entrará no ar, ou será lida a sua mensagem enviada por *e-mail*, torpedo SMS, *twitter*, *site*, *blog*, *facebook*.

- Os convidados respondem às perguntas feitas, esclarecendo, tirando dúvidas
- Fechamento do programa – apresentação das possíveis soluções à problemática debatida.
- Solicitação do âncora do programa, locutor da emissora, para uma avaliação dos ouvintes sobre o programa apresentado, bem como de uma nova temática para um próximo programa.
- Disponibilização do programa no formato *podcasting* no site da rádio, se houver
- Disponibilização do programa para a equipe de profissionais responsáveis pela organização do jornal comunitário.

PAUTA 2: Roteiro TBC no Beiru/Tancredo Neves.

Etapas:

- Seleção do tema a partir de reunião com a comunidade. Com o levantamento de informações apresentados no primeiro programa sobre a origem do nome do bairro, neste segundo momento devem ser apresentados os possíveis pontos turísticos para um roteiro de TBC na comunidade, que já conhece sobre TBC, através das Rodas de Conversa do Projeto TBC na região do Cabula e entorno. Neste será possível fazer a diferenciação do turismo convencional para o TBC visando mobilizar a comunidade para se organizarem em rede para a criação dos roteiros.
- Produção das Vinhetas do programa: abertura, exibição e fechamento. Neste ponto podem assumir a produção: os cordelistas, os poetas, e os músicos.
- Agendamento da data do programa.
- Exibição e gravação do programa.
- Seleção dos participantes do programa: estudantes, professores, pesquisadores e profissionais. Como convidados podemos convocar os artistas da comunidade, assim como os representantes das associações, dos terreiros de candomblé, das escolas, dos comerciantes, e as personalidades do bairro, já apresentados no capítulo anterior.
- Formatação do programa – começo, meio e fim. O conteúdo acerca do tema a ser debatido no programa é o Roteiro TBC no bairro.

- Feedback do programa pelos ouvintes.

- **Tema/conteúdo**

Roteiro TBC no Beiru/Tancredo Neves.

- **Objetivos**

Debater com o público ouvinte a respeito do tema, a partir de uma visão educativa, com a colaboração de profissionais, estudantes e pesquisadores, assim como de personalidades que guardam as histórias do Beiru/Tancredo Neves. Desta forma, as associações, os terreiros de candomblé, as escolas, os comerciantes, e as personalidades do bairro devem se apropriar da pauta.

- **Como será abordado o conteúdo?**

O âncora do programa, locutor da emissora, apresentará o programa e o tema, bem como fará a apresentação das pessoas convidadas para a exposição. Feito isto, o locutor solicitará a participação da comunidade externa, os ouvintes, a partir das ferramentas comunicacionais disponíveis na emissora.

Os participantes entram na comunicação e começam a expor a temática abordada: Conceito – características – causas – consequências.

- Participação dos ouvintes

A produção dirá se há algum ouvinte solicitando a participação e este ouvinte entrará no ar, ou será lida a sua mensagem enviada por *e-mail*, torpedo SMS, *twitter*, *site*, *blog*.

- Os convidados respondem às perguntas feitas, esclarecendo, tirando dúvidas
- Fechamento do programa – apresentação das possíveis soluções à problemática debatida.
- Solicitação do âncora do programa, locutor da emissora, para uma avaliação dos ouvintes sobre o programa apresentado, bem como de uma nova temática para um próximo programa.

- Disponibilização do programa no formato *podcasting* no site da rádio, se houver
- Disponibilização do programa para a equipe de profissionais responsáveis pela organização do jornal comunitário.

Diante das duas pautas iniciais sugeridas, as apresentaremos para a comunidade, indicando que os próximos sejam discutidos e apropriados por ela. Quanto ao jornal, importante que os educandos formados pela última turma do Jornal do Beiru se apropriem desta atividade e coloquem em prática todo o aprendizado e conhecimento adquiridos na própria comunidade. Assim será um jornal atrelado aos assuntos debatidos no programa, com possibilidade de mais aprofundamentos com entrevistas aos convidados do programa, que por vezes serão os próprios moradores.

Os indivíduos que se engajam em processos de comunicação comunitária, como a proposta apresentada, desenvolvem a capacidade de trabalhar em equipe, aprendem a respeitar as diferenças individuais e coletivas, e compreendem melhor a realidade social em que vivem. Desta forma, adquirem mais conhecimento, pois buscam se informar mais através de pesquisas para promover eventos locais e, desta forma, apreendem os mecanismos de funcionamento dos meios de comunicação, as ideologias que permeiam as relações neste cenário, e desenvolvem o senso crítico e a capacidade de identificar as estratégias de manipulação do Estado.

É possível conferir este desenvolvimento na afirmação de Vilma Neres (2011): “eu não tinha consciência de identidade antes de conhecer o projeto do jornal”. Ela foi estudante na primeira fase do Jornal do Beiru e coordenadora na segunda fase, após ter cursado jornalismo estimulada pelas atividades iniciais desenvolvidas no jornal.

Por meio das atividades do Jornal do Beiru, que fazia entrevistas com os moradores, o então estudante Enéas Andrade, hoje formado em Relações Públicas pela UNEB, afirma que “caiu no meu colo o movimento negro aos 22 anos” (Enéas Andrade, 2011), devido às reportagens com temáticas étnico-raciais veiculadas pelo jornal, acompanhadas das discussões com e na comunidade.

Faz-se necessário destacar que os jornais comunitários surgiram em meio à eclosão de veículos comunitários, com o objeto de dar voz à comunidade e aos

diferentes grupos excluídos da sociedade, promovendo uma abertura aos até então esquecidos. No Brasil, eles tiveram maior incidência na década de 1980 e 1990. O único jornal comunitário que aborda a experiência de desmistificação do estereótipo de inferioridade negra no Cabula é o Jornal do Beiru. Com uma linguagem escrita, o referido jornal transmite aos jovens o valor da comunicação oral herdada dos ancestrais que formaram a socioexistência do bairro, mas, ao mesmo tempo, os transmitem pela forma como o afrodescendente é aliado do espaço de poder, que é a escrita, de origem ocidental, com características totalmente contrárias as linguagens verbais africanas.

Através destes veículos, ações comunitárias, como a 2ª Etapa de Skate dos Coroas & Hip Hop - Grito dos desempregados 2011, ocorrido no Beiru/Tancredo Neves em 01 de maio 2011, do qual participamos, pode ser mostrada, haja visto que não recebe apoio da grande mídia. Neste evento, em específico, a participação da comunidade em geral, com a presença de crianças, pais, mães e jovens, subjaz se fazem importantes no entendimento acerca da mobilização social e do engajamento cívico muito presente nesta comunidade.

O evento 2ª Etapa de skate dos coroas & Hip Hop grito dos desempregados 2011 teve o apoio de alguns comerciantes do bairro e do Vereador Pedrinho Pêpê que disponibilizou os troféus. Os participantes salientaram a importância de revitalização do Parquinho que está localizado próximo à 11ª Delegacia. Contudo, alguns problemas foram enfrentados pelos organizadores, como: falta de banheiros químicos; falta de limpeza e capinação do espaço; melhorias na infraestrutura da pista de skate; falta de apoio às manifestações culturais, de esporte e lazer.

Apesar das dificuldades, a comunidade mostrou habilidade e capacidade de mobilização e organização, com destaque para os skatistas, Dj's, grafiteiros e músicos. Quanto ao descaso da mídia de massa em cobrir eventos como esse Uelinton Oliveira, vocalista da banda Dendê Dub (2011) afirmou: "se fosse alguma morte ou briga ou até drogas *Se Liga Bocão* já estava aqui". Uelinton Oliveira conta a história da Dendê Dub:

era final de 2009 quando 3 jovens insatisfeitos com a cena alternativa de Salvador resolvem juntar-se para a criação do Coletivo Dendê Dub, alguns desses vindos de outras experiências musicais como Dj Hilex vindo de cena eletro house, dubstep e que atua na cena reggae, Dj Vitinho vindo da cena eletro house e eu que tive uma breve passagem pela cena punk e que ultimamente fazia vocal em uma banda de new metal (Dicção), banda que durou de 2003 até começo de 2009. Trazendo toda essa bagagem musical e a busca pelo novo e o inusitado é que faz com que o Coletivo Dendê Dub

na sua formação atual: Rone DumDum, Dom Uelinton (vocal), Dj Brak e Dj Hilex nas pick ups e efeitos, oferecera o melhor de cada um para crescer a cada dia mais na cena ragga, dub local e mundial. O coletivo Dendê Dub faz uma conexão da cultura sound system jamaicana com os ritmos regionais do nordeste, visando o fortalecimento das raízes africanas e nordestinas, trazendo uma musicalidade experimental com letras ácidas bem humoradas de auto-afirmação sobre questões do cotidiano e humanistas.

Seguem fotos do evento:

Foto 16 – Troféus e medalhas



Fonte: Santos, 2011.

Foto 17 – Pista de Skate do Parquinho



Fonte: Santos, 2011.

Foto 18 – Mesa do Dj Ivan



Fonte: Santos, 2011.

Foto 19 – Grafite



Fonte: Santos, 2011.

Foto 20 – Música

Fonte: Santos, 2011.

Sobre esta questão da violência relacionada pela mídia de massa aos bairros periféricos, como o Beiru/Tancredo Neves, sinalizada por Uelinton Oliveira, importante destacar a atuação do Sargento Abisolon Pereira, Diretor da Academia da Polícia Militar da Bahia e coordenador de um projeto no bairro denominado Academia de Polícia Humanista Mirim da Bahia. Desde 14 de março de 1996, o Sargento Abisolon desenvolve atividades com as crianças, buscando conscientizá-las da separação entre sociedade civil e militar, da discriminação sofrida no bairro, e solicita o reconhecimento do projeto na cidade de Salvador e em toda a Bahia. Ele afirma que “os policiais estão sem autonomia” e clama por “mudanças na Polícia Militar da Bahia” (Abísolon, 2011). Inclusive ele afirma a retaliação sofrida pela instituição: “fui preso durante 15 dias por reivindicar” (Abisolon, 2011).

Atualmente a comunidade do bairro está conectada na organização do Fórum Social do Beiru – FSB – que é uma iniciativa que nasce de forma organizada para discutir as problemáticas sociais do bairro, trazendo no seu âmbito possíveis soluções dentro das reais necessidades dos moradores da comunidade. O grupo do Projeto Moinho Solidário atua na formação de jovens e adultos dentro de três oficinas estruturantes: comunicação, assessoria de imprensa e produção, e assim se iniciaram os trabalhos de realização de FSB. O principal objetivo do FSB é reunir a comunidade do Beiru para participarem dos Grupos de Trabalhos – Gt’s - que terão

os seguintes temas: 1) habitação; 2) saúde; 3) segurança 4) comunicação; 5) terceira idade e memória; 6) educação, infância e juventude 7) comércio local, economia solidária, turismo de base comunitária, cultura, esporte e lazer. O Fórum Social do Beiru será realizado na Escola Municipal Maria da Conceição Santiago Imbassahy, entre os dias 02 e 03 de março de 2013 das 8h às 18h.

Seguindo este intento é preciso que caminhemos para a construção de uma nova cultura política, na qual integre igualdade/desigualdade e diferença/exclusão, e deve-se pensar ao mesmo tempo nestas duplas perspectivas. Portanto, apresenta-se o desafio em trabalhar a cultura numa sociedade desigual e excludente, conforme análise de Moura sob o contexto da escravidão e do preconceito racial, uma realidade estruturante da comunidade do Beiru:

a nossa estrutura social ainda é entravada no seu dinamismo em diversos níveis pelo grau de influência que as antigas relações escravistas exerceram no seu contexto. Relações de trabalho e propriedade, familiares, sexuais, artísticas, políticas e culturais estão impregnadas ainda das reminiscências desse passado escravista. Quer no nível de dominação, quer no de subordinação, esse relacionamento guarda funda ligação com o estrangulamento que existia durante o escravismo. Não querer ver isto e supervalorizar algumas áreas urbanas modernizadas e apresentá-las como aquelas que determinaram o nosso *ethos* e o ritmo de desenvolvimento das nossas instituições é uma posição que – ela própria – demonstra até que ponto a nossa cultura e, por conseqüência, os nossos intelectuais assimilaram inconscientemente esses valores do nosso passado escravista (MOURA, 1981, p. 13).

Este cenário apresenta os interesses políticos e econômicos centrados no anseio de se manter o controle da sociedade inclusive através dos veículos de comunicação de massa, portanto uma discussão necessária para se chegar à democratização da comunicação, e, por conseguinte, numa sociedade efetivamente democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade desta pesquisa se apresenta de forma desafiadora, pois a sua validade é apresentada na práxis, no exercício cotidiano de reflexão e ação entre teoria e prática, permanecendo a inquietação e a busca de novas possibilidades. Desta forma, as considerações finais que se seguem tem o objetivo de avaliar os resultados do percurso da pesquisa, dentro dos seus limites, direcionada para novos questionamentos e novos desafios acerca da democratização da comunicação e sua relação com a construção e difusão do conhecimento.

Os avanços tecnológicos na área de comunicação favorecem o uso do rádio enquanto veículo de difusão do (re)conhecimento da história da comunidade do Beiru/Tancredo Neves, contudo, para tal, se evidencia que programas em emissoras de rádio e/ou TV necessitam de tempo para amadurecimento, reconhecimento e identificação do ouvinte/telespectador, no sentido de estabelecer aceitação ou recusa dos mesmos.

A proposta metodológica desenvolvida e a discussão teórica que a sustentou, direcionou para a sinalização das possibilidades das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) em prol de um processo de desenvolvimento de ações de comunicação comunitária, em especial à rádio comunitária e a mídia impressa, enquanto veículos de divulgação e propagação de conhecimento. Todavia, é importante salientar que o veículo de comunicação por si só não é capaz de gerar mudanças sociais, pois se configura enquanto ferramenta utilizada numa prática em que a ação humana será imprescindível.

Especificamente tratando de rádio e jornal comunitários, algumas dificuldades se apresentaram, visto que sua estrutura e funcionamento, que não tem um caráter comercial, dificulta a contratação de funcionários que se comprometam com a produção de programas de rádio e pautas para jornal, o que dificulta a continuidade dos mesmos. Não obstante, neste contexto, existe a possibilidade de interação entre as universidades e as rádios comunitárias de sua região, a exemplo, da UNEB que tem, na comunidade do entorno, a existência de algumas rádios comunitárias, já citadas. Contudo, atualmente no bairro Beiru/Tancredo Neves não há nenhuma rádio comunitária em funcionamento, por conta dos problemas apresentados no capítulo anterior. Porém, uma alternativa é a aproximação da produção do conhecimento

realizado na universidade, com o conhecimento dos moradores da comunidade local, rompendo assim o distanciamento comum entre comunidade e universidade, e articulando estudantes e/ou pesquisadores para atuarem nos projetos junto às comunidades.

A colonização portuguesa e o uso de mão de obra escrava indígena e negra africana compõem a nossa constituição enquanto território, povo e nação, contudo as razões que culminaram nesta realidade e os possíveis “caminhos” que poderíamos ter construído, como os levantes e as organizações de quilombos, apesar da tentativa de apagar da nossa história oficial, devem ser revistos na prática cotidiana de apropriação da nossa história e cultura, o que resultará em mudanças significativas na nossa realidade social. (BACELAR, 2003) Neste sentido, a penetração das rádios comunitárias será importante nesta prática, ao atrelar comunidade, estudantes, professores, pesquisadores, dentre outros, na busca da referida apropriação.

Outro veículo que seria também importante na execução de projetos como este é a Televisão Digital, que se instituiu no Brasil através do Decreto - 4.901/03. O Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T) tem como objetivos: promover a inclusão social, a diversidade cultural do País e a língua pátria por meio do acesso à tecnologia digital, visando à democratização da informação; e propiciar a criação de rede universal de educação à distância.

A TV digital se configura como transmissão do áudio e do vídeo feita através de sinais digitais (*bits*) que, codificados, permitem o uso mais eficiente do espectro eletromagnético (distribuição da radiação eletromagnética com relação ao seu comprimento e frequência), devido ao aumento da taxa de transmissão de dados na banda de frequências disponível.

No Art. 13 é definido que: A União poderá explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, observadas as normas de operação compartilhada a serem fixadas pelo Ministério das Comunicações, dentre outros, para transmissão de:

I - Canal do Poder Executivo: para transmissão de atos, trabalhos, projetos, sessões e eventos do Poder Executivo;

II - Canal de Educação: para transmissão destinada ao desenvolvimento e aprimoramento, entre outros, do ensino à distância de alunos e capacitação de professores;

III - Canal de Cultura: para transmissão destinada a produções culturais e programas regionais;

IV - Canal de Cidadania: para transmissão de programações das comunidades locais, bem como para divulgação de atos, trabalhos, projetos, sessões e eventos dos poderes públicos federal, estadual e municipal.

O Canal de Cidadania pode ser o difusor do (re)conhecimento que aqui propomos através de rádio comunitária, afinal as possibilidades de interação da TV Digital não se resumem a critérios técnicos, como a grande mídia tenta nos fazer crer, mas também a critérios econômicos, de inclusão digital e serviço público, permitindo a democratização da televisão. O número de canais abertos (devido ao aumento da taxa de transmissão de dados na banda de frequências disponível), quebra com o monopólio das poucas famílias que dominam o setor de comunicação no Brasil. A TV digital é uma nova forma de fazer televisão, afinal: “a ‘mensagem’ de qualquer meio ou tecnologia é a mudança de escala, cadência ou padrão que esse meio ou tecnologia introduz nas coisas humanas” (McLuhan, 2007, p. 22)

Em 2 de dezembro de 2007 se deu o início da transmissão da TV digital no Brasil, começando por São Paulo, com conclusão prevista para 29 de junho de 2016, quando o atual padrão analógico de transmissão será completamente desativado. Após a implantação na capital paulista, o sistema foi levado às outras regiões do país, seguindo um roteiro: até 31/12/2009, transmissão em todas as capitais brasileiras; até 31/12/2013, em todos os municípios.

Contudo, na construção do conhecimento de forma crítica, consciente e colaborativa, se permite entender o poder que as tecnologias digitais possuem, enquanto solução para sérios problemas da humanidade. Em vista disto, apesar de podermos trabalhar com até 4 canais por onde só era possível 1 em canal analógico, está inacessível à população a execução de propostas de comunicação participativa, com significativa campanha da grande mídia contra esta possibilidade, fazendo com que a população continue na crença de que comunicação se faz a partir de recepção e não de interação.

Diante desta realidade, as rádios comunitárias livres e/ou outorgadas resistem e continuam com as atividades nas comunidades, algumas com cunho mais político, outras religioso, contudo em grande parte personificadas, pois a comunidade não se apropria e se organiza para que sua execução atenda à sua demanda. Entendemos que tão importante quanto a luta e reivindicação para melhorias na educação, na saúde, no saneamento básico, na moradia, na segurança, é também a reivindicação acerca de um serviço efetivamente público de comunicação no país. E estas experiências iniciais e locais, como a nossa proposta, subsidiam futuras ações em âmbito nacional.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Enéas. Correspondência pessoal. Salvador: UNEB, setembro de 2011.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. **Quilombos**. Tradições e Cultura da Resistência. Fotografia de André Cypriano. SP: Aori Comunicação, 2006, 240 p, 27x30 cm.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. **Conexão Atlântica: História. Memória e Identidade**. Salvador: Seminário Relações no Atlântico Sul: História e Contemporaneidade, 28-30 de abril de 2003.

BACELAR, Jeferson, CAROSO, Carlos. **Brasil: um país de negros?** 2. ed. RJ: Pallas, 1999.

BACELAR, Tânia. **As Políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios**. Texto retirado de: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos et al. (organizadores). Políticas Públicas e Gestão Local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003. In. http://www4.fct.unesp.br/grupos/gedra/textos/Texto1_politicas_publicas_no_br_Tania_Bacelar.pdf

BAHIA. Capítulo XXIII, Art. 289. Dispõe sobre publicidade estadual a inserção de uma pessoa da raça negra, quando houver mais de uma pessoa. Disponível em: .< <http://www.al.ba.gov.br/>>. Acesso em: 24 de agosto de 2008.

BARBOSA, Silvia Maria Silva. **O PODER DE ZEFERINA NO QUILOMBO DO URUBU: uma reconstrução histórica político-social**. São Bernardo do Campo, 2003.

BARRADAS, Carla Daiane da Cruz. **TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO ESPAÇO URBANO: uma análise da potencialidade turística do Parque São Bartolomeu, em Pirajá, Salvador-Bahia**. 2010

BEIRU, **Associação Comunitária e Carnavalesca Mundo Negro**. Salvador: Edição Educativa, 2007.

BOSI, Ecléa. **Cultura de Massa e Cultura Popular: Leituras operárias**. Petrópolis, Vozes, 2007. 240p.

BOURDIEU, Pierre. **Le capital social** – notes provisoires. In: Actes de La recherche em scienses sociales, Paris, n. 31, janeiro de 1980, p.23 Trad. Denise Barbara Catani; Afrânio Mendes Catani.

BRAGA, JULIO. **Na Gamela do Feitiço**: Repressão e Resistência nos Candomblés da Bahia, Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia, 1995.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

CARVALHO, Nelly de. **Publicidade – A linguagem da sedução**. SP: Afiliada, 2000

CONCEIÇÃO, Fernando. **Como fazer amor com um negro sem se cansar**. SP: Terceira Margem, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. “Resolução nº 1, de 17 de outubro de 2004”. Disponível em: <[http:// pfdc.pgr.mpf.gov.br/grupos-de-trabalho/educacao/docs_afrobrasileira/Resolucao_01_CNE.pdf](http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/grupos-de-trabalho/educacao/docs_afrobrasileira/Resolucao_01_CNE.pdf)>. Acesso em: 29 de mar. 2009.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. “Parecer CNE/CP, n33/2004, de 10 de março de 2004”. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdr/ccs/Diretor2006/DiretorF_parecer3_2004_resolucao1_04.pdf>. Acesso em: 29 de mar. 2009.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 4. ed. SP: Unesp, 1998.

ESQUERDINHA. Correspondência pessoal. Salvador: UNEB, setembro de 2011.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. **O objeto da comunicação / A comunicação como objeto**. IN: Teorias da Comunicação. Petrópolis: Vozes, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. 51. ed. SP: Global, 2006.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. SP: Paulus, 2004.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **A grande Salvador** – Posse e uso da terra. Projetos urbanísticos integrados – Simpósio sobre o barateamento da construção habitacional. Salvador-Bahia, 1978.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento** – A gramática moral dos conflitos sociais. SP: Editora 34, 2003.

JORNAL DO BEIRU. Salvador: n. 1, nov. 2002.

JORNAL DO BEIRU. Salvador: n. 2, mar. 2003.

JORNAL DO BEIRU. Salvador: n. 4, maio 2003.

JORNAL DO BEIRU. Salvador: n. 5, ago. 2003.

JORNAL DO BEIRU. Salvador: n. 6, nov. 2003.

JORNAL DO BEIRU. Salvador: n. 7, dez. 2003.

JORNAL DO BEIRU. Salvador: n. 8, maio 2004.

JORNAL DO BEIRU. Salvador: n. 8, fev. 2005.

JORNAL DO BEIRU. Salvador: n. 9, set. 2005.

JORNAL DO BEIRU. Salvador: n. 10, nov./dez. 2011.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil**. 2. ed. RJ: Paz e Terra, 1994.

LIMA, Jamile de Brito. **Os “Cabulas” de Salvador**: confrontando as delimitações de 1992 e de 2010. Monografia apresentada como trabalho de conclusão de curso junto ao departamento de Ciências Exatas e da Terra da UNEB, defendida em 24 de agosto de 2010.

LOPES, Maria Imacolata Vassalo de. **Pesquisa em comunicação**. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MAGNOLI, Demétrio. **Uma gota de sangue**: história do pensamento racial. São Paulo: Contexto, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Trad. Sueli Tomazzini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2002.

MATOS, Patrícia. **O Reconhecimento, entre a Justiça e a Identidade**. SP: Lua Nova: Revista de Cultura e Política, 2004.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Trad. Décio Pignatari. SP: Cultrix, 2007.

MELO, José Marques de. **Teoria da Comunicação: Paradigmas Latino-Americanos**. Petrópolis, RJ. Vozes, 1998. cap. 13, p. 225 – 236.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala**, SP: Edições Zumbi, 1959.

_____, Clóvis. **Os Quilombos e a Rebelião Negra**, SP: Editora Brasiliense, 1981.

_____, Clóvis. **Quilombos: Resistência ao Escravismo**, SP: Editora Ática, 1987.

MUNANGA, Kabengele. **UMA ABORDAGEM CONCEITUAL DAS NOÇÕES DE RACA, RACISMO, IDENTIDADE E ETNIA**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação. Rio de Janeiro: 2003.

NERES, Vilma. Correspondência pessoal. Salvador: UNEB, setembro de 2011.

NINA RODRIGUES, Raymundo. **Os africanos no Brasil**. Salvador: Madras, 2008.

NUNES, Davi. O Negro Beiru – Literatura de Cordel. Salvador. Universidade do Estado da Bahia, 2008.

OLIVEIRA, Eduardo David de. **A ancestralidade na encruzilhada**. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007.

_____, Eduardo David. **Filosofia da ancestralidade**: corpo de mito na filosofia da educação brasileira. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007.

OLIVEIRA, Uelinton de Jesus de. Correspondência pessoal. Salvador: Beiru/Tancredo Neves, **2ª Etapa de skate dos coroas & Hip Hop grito dos desempregados**, maio de 2011.

PEDREIRA, Pedro Tomas. **Os Quilombos Brasileiros**. BA: Departamento de Cultura da SMEC, Prefeitura Municipal de Salvador, 1973.

PENA, João Soares. **A especulação imobiliária chega à periferia urbana de Salvador**: origens e perspectivas do cabula sob a ótica da habitação. Monografia apresentada como trabalho de conclusão de curso junto ao departamento de Ciências Exatas e da Terra da UNEB, defendida em 24 de agosto de 2010.

PEREIRA, Absolon. Correspondência pessoal. Salvador: UNEB, **I Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária**, julho de 2011.

PERUZZO, Cecília Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. RJ: Vozes, 1998.

PESSOA DE CASTRO, Yeda. **A influência das línguas africanas no português brasileiro**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais/UFBA, 1990.

_____, Yeda. Correspondência pessoal. Salvador: UNEB, **Curso de Línguas Africanas**, março e junho de 2010.

PLANO NACIONAL DE OUTORGAS PARA RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA. Disponível em. < www.mc.gov.br >. Acesso em 25 de julho de 2011.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Trad. Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Trad. Luiz Alberto Monjardim, 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. SP: Companhia das Letras, 1996.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil**: a história do levante dos malês em 1835. Edição revista e ampliada. SP: Companhia das Letras, 2003.

REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários de Angola**: Irmandades de Africanos e Crioulos na Bahia Setecentista. São Paulo: Alameda, 2011.

RÜDIGER, Francisco. **Introdução à teoria da comunicação**, São Paulo: Edicon, 1998.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **Selvagens, exóticos, demoníacos**: idéias e imagens sobre uma gente de cor preta. Estud. afro-asiát., Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/eaa/v24n2/a03v24n2.pdf> >. Acesso em 20 de outubro de 2008.

SANTOS, Milton. **Economia espacial**: críticas e alternativas. 2 ed. SP: Editora da Universidade de SP, 2007.

_____, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. SP: Editora da Universidade de SP, 2009.

SANTOS, Elisabete. et.al. **O Caminho das Águas em Salvador**: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010. 486p. :il.; .- (Coleção Gestão Social)

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instrumentos e questão racial no Brasil – 1870-1930. SP: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. **Racismo discursivo na mídia brasileira: pesquisas brasileiras e movimentação social**. Santiago, 2005. Disponível em .< http://www.neab.ufpr.br/publicacoes/Racismo_discursivo_na_midia_brasileira.pdf >. Acesso em 18 de outubro de 2008.

SIQUEIRA, José Jorge. **Os Congressos Afro-Brasileiros de 1934 e 1937 face ao I Congresso do Negro Brasileiro de 1950**: rupturas e impasses. Augustus, Rio de Janeiro: Vol. 10, N. 21, Jul./Dez. 2005, Semestral.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**: identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SOUZA, Maria de Mello. **África e Brasil Africano**. 2 ed. SP: Editora Ática, 2007.

THORNTON, John Kelly. **A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800**. Trad. Maria Rocha Mota. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.

UFBA. **CEAO**. Mapeamento dos Terreiros de Candomblé. Disponível em .< www.terreiros.ceao.ufba.br>. Acesso em 27 de março de 2010.

VOZES DA DEMOCRACIA: história da comunicação na redemocratização do Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Intervezes – Coletivo de Comunicação Social, 2006.

WOOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. Trad. de Karina Jannini. 2. ed. SP: Martins Fontes, 2005.

APÊNDICE A

Primeiro dia:

08:30 - Visita à feira livre e ao comércio local

10:00 - Visita ao Terreiro Olufanjá para diálogo com sua líder, D. Nissinha Olufanjá que contará histórias do bairro. Serão realizadas atividades na Associação Beneficente Cultural e Religiosa Cajado de Prata.

12:00 - O almoço poderá ser feito no próprio terreiro a partir da iniciativa da própria comunidade. Outras opções são:

1. Complexo de bares do Condomínio Arvoredo – conjunto de bares na entrada do referido condomínio, que foi o principal ponto de encontro do bairro nos anos 1980 e início dos anos 1990, entrando em decadência nos últimos anos. Portanto, a atividade turística poderá resgatar este espaço como ponto de encontro;

2. *Point* do acarajé – bar e restaurante localizado em frente à entrada do Condomínio Arvoredo, no qual encontramos uma banca de acarajé na entrada. O bar funciona há cerca de dez anos e ficou conhecido na região do Cabula pela qualidade do acarajé e do atendimento.

14:00 - Visita à Associação Comunitária e Carnavalesca Mundo Negro e bate papo com seu gestor, Roberto dos Santos Freitas.

15:30 - Visita ao Colégio Estadual Helena Magalhães com apresentação dos grupos culturais: capoeira, cinema, *street dance*, balé, *hip hop*, *jazz* do Programa Escola Aberta.

Segundo dia:

09:00 – Visita ao Colégio Estadual Zumbi dos Palmares para acompanhamento das oficinas: africanidade, teatro, artesanato, entre outros do Programa Escola Aberta.

12:00 – Almoço- as opções são:

1. Complexo de bares do Condomínio Arvoredo – conjunto de bares na entrada do referido condomínio, que foi o principal ponto de encontro do bairro nos anos 1980 e início dos anos 1990, entrando em decadência nos últimos anos. Portanto, a atividade turística poderá resgatar este espaço como ponto de encontro;

2. *Point* do acarajé – bar e restaurante localizado em frente à entrada do Condomínio Arvoredo, no qual encontramos uma banca de acarajé na entrada. O bar funciona há cerca de dez anos e ficou conhecido na região do Cabula pela qualidade do acarajé e do atendimento.

14:00 - Visita ao Nsumbu Tambula Dicolia Meia Dandalunda – Terreiro São Roque, de origem banto, dissidente do primeiro terreiro do bairro, o Terreiro Amburaxó de Miguel Arcanjo, considerado o primeiro residente do bairro.

16:30 - Concentração no Parquinho para diálogo com Seu Messias, Mestre de Capoeira. Posteriormente recital de poesia e literatura de cordel organizado pelo poeta Everton Lima e pelo cordelista Davi Nunes. Feira de Artes com Nilto Ribeiro. Oficina de Grafite com Charles Bracke. Apresentação musical com bandas e Dj's do bairro.